



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Felipe de Andrade Constancio

Oração principal: dos bastidores gramaticais à cena discursiva

Rio de Janeiro

2018

Felipe de Andrade Constancio

Oração principal: dos bastidores gramaticais à cena discursiva



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. André Nemi Conforte

Rio de Janeiro

2018

Felipe de Andrade Constancio

Oração principal: dos bastidores gramaticais à cena discursiva

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 28 de março de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. André Nemi Conforte (Orientador)
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Lúcia Deborah Ramos de Araujo
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Fernando Vieira Peixoto Filho
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

Para Fábio, Hellen, Lucirlene, Marcelo, Martins, Neiva e Roberto, as razões da minha vida.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo fomento por meio de Bolsa foi primordial à elaboração desta Dissertação.

Ao André Nemi Conforte, o meu orientador, a quem sou grato por toda forma de contribuição neste período desafiador da minha trajetória como professor de português.

À Lúcia Deborah Ramos de Araujo e ao Fernando Vieira Peixoto Filho, que mais uma vez se doaram, em termos de sabedoria e de contribuição à minha formação.

Ao José Carlos de Azeredo, a quem sou grato por ter me ensinado muitas lições de sintaxe.

Aos meus alunos de Ensino Fundamental e Médio, que estimulam as minhas pesquisas diariamente.

Aos meus amigos: Carla da Nóbrega, Felipe Pimentel, Joel das Neves, Luciano Marques, Lucile de Oliveira, Márcia Alves, Patrícia Vieira e Pilar Paschoal. Cada um necessário à minha formação afetiva e humana.

- Vamos agora ver como estas Orações se classificam quanto ao papel que representam no Período – disse Dona SINTAXE. – Elas podem ser de três classes – Coordenadas, Principais e Subordinadas.

(...)

- Oração Principal? – estranhou a menina.

- Oração Principal é a que pensa que é independente mas não é, porque depende das outras para completar o que ela quer dizer.

Monteiro Lobato

RESUMO

CONSTANCIO, Felipe de Andrade. *Oração principal: dos bastidores gramaticais à cena discursiva*. 2018. 129f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Estudar e sistematizar as regularidades das categorias gramaticais são funções atribuíveis a qualquer gramática. No entanto, conjugar estas regularidades com possíveis valores significativos e/ou pragmáticos mapeados a partir das relações e das escolhas operadas entre as categorias é função de uma corrente linguística, o funcionalismo. Nesse sentido, a gramática funcional recobre uma série de demandas dos usos da linguagem: predicação, referenciação, junção, gramaticalização e modalização, entre outras. Este trabalho busca esse respaldo teórico para observar determinados usos de orações principais no interior do que se costuma chamar modalização ou marcas de comprometimento em cartas de leitor de veículo impresso de comunicação midiática – Revista *Veja*. A escolha da oração principal, dessa forma, dá-se pelo fato de que se trata de uma categoria pouco explorada em compêndios e, além disso, pelo fato de que a atribuição de significado a essa categoria sugere um trabalho proveitoso com sequências linguísticas argumentativas em leitura e em produção textual.

Palavras-chave: Sintaxe. Modalização. Oração principal.

ABSTRACT

CONSTANCIO, Felipe de Andrade. *Main clause: from the grammatical backstage to the discursive scene*. 2018. 129f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Studying and systematizing the regularities of grammatical categories are functions attributable to any grammar. However, combining these regularities with possible meaningful and / or pragmatic values mapped from the relations and choices operated between the categories is a function of a linguistic current, the functionalism. In this sense, functional grammar covers a series of demands of the uses of language: predication, referencing, junction, grammaticalization and modulation, among others. This paper seeks this theoretical support to observe certain uses of main clauses within what is usually called modalization or compromise marks in printed vehicle reader letters of media communication - *Veja Magazine*. The choice of the main clause, in this way, is due to the fact that it is a category not explored in compendia and, moreover, because the attribution of meaning to this category suggests a useful work with argumentative linguistic sequences in reading and textual production.

Keywords: Syntax. Modification. Main clause.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Paradigma e sintagma.....	22
Tabela 2 – Abordagens pré-NGB.....	34
Tabela 3 – Abordagens pós-NGB.....	38
Tabela 4 – Abordagens descritivas recentes.....	43
Tabela 5 – Abordagens do português europeu.....	54
Tabela 6 – Abordagens dos livros didáticos.....	64
Tabela 7 – Primeira síntese dos dados.....	97
Tabela 8– Segunda síntese dos dados.....	106

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	CATEGORIAS DA GRAMÁTICA E CATEGORIAS DA SINTAXE....	16
1.1	Quais são as categorias de uma gramática?.....	16
1.2	Paradigma e sintagma.....	18
1.3	Classes e funções.....	20
2	ORAÇÃO PRINCIPAL: CATEGORIA “BASTARDA” DA SINTAXE.....	23
2.1	Por que estudar oração principal?.....	23
2.2	Mistura de critérios para definição de oração principal.....	26
2.3	Estudo de um grupo específico de oração principal.....	28
3	ORAÇÃO PRINCIPAL NA HISTORIOGRAFIA GRAMATICAL BRASILEIRA.....	30
3.1	Oração principal na gramática normativa.....	30
3.1.1	<u>Ótica pré-NGB</u>	31
3.1.2	<u>Ótica pós-NGB</u>	35
3.2	Oração principal na gramática descritiva.....	40
3.2.1	<u>Ótica formal</u>	40
3.2.2	<u>Ótica discursiva</u>	44
4	ORAÇÃO PRINCIPAL NAS GRAMÁTICAS PORTUGUESAS.....	47
4.1	<i>Gramática da língua portuguesa</i> de Mira Mateus e outras autoras.....	47

4.2	<i>Gramática da língua portuguesa</i> de Ingedore Koch e Mário Vilela.....	50
4.3	<i>Gramática do português</i> de Eduardo Raposo e outros autores...	51
5	ORAÇÃO PRINCIPAL NOS LIVROS DIDÁTICOS	56
5.1	Problemas de delimitação e de conceituação	57
5.2	Dois livros didáticos	58
5.3	Sugestão de atividades em livros didáticos	61
6	ORAÇÃO PRINCIPAL E CONJUNÇÃO INTEGRANTE	66
6.1	Gramaticalização de conjunções integrantes	67
6.2	Construção de blocos cristalizados	69
6.3	Combinação de itens na oração principal	71
6.4	Marcação de tipologia opinativo-argumentativa	73
7	ORAÇÃO PRINCIPAL NA GRAMÁTICA FUNCIONAL	76
7.1	Conceituação de modalização	78
7.2	<i>Dictum e Modus</i>	80
7.3	Materialidade linguística da modalização	81
7.4	Materialidade linguística da modalização no período composto por subordinação	84
8	ORAÇÃO PRINCIPAL NO <i>CORPUS</i>	86
8.1	Por que analisar a ocorrência das orações principais em cartas de leitor	87
8.2	Metodologia	91

9	ANÁLISE DOS DADOS.....	97
9.1	Frequência.....	104
9.2	Implicações discursivas.....	105
9.3	Dados atípicos.....	110
9.4	Implicações discursivas inesperadas.....	111
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
	REFERÊNCIAS	116
	ANEXO.....	120

INTRODUÇÃO

Mário Perini (2008, p. 28), em *Estudos de gramática descritiva*, diz: “a tradição não é uma vaca sagrada, mas tampouco pode ser simplesmente atirada pela janela”. Essas palavras iniciais conduzem o investigador de uma determinada língua ao seguinte questionamento: ao lidar com a descrição de um fato da língua, podem linguistas e gramáticos prescindir da tradição em torno desse fato?

Revisitar o cânone gramatical traz a possibilidade de fazer reparos e de redirecionar propostas. É na esteira da reparação e do redirecionamento que este trabalho surge, uma vez que revisita uma categoria amplamente explorada no âmbito do período composto por subordinação, mas que não recebe um tratamento adequado em termos de investimentos discursivos nas pesquisas linguísticas. Trata-se da oração principal.

Ao longo dos nove capítulos deste trabalho, a oração principal é observada a partir de óticas distintas. Relendo conceitos de teorias linguísticas distintas e de abordagens históricas dos estudos gramaticais, pressupomos que as orações principais receberam pouco investimento descritivo, no sentido de que são escassas as páginas destinadas ao seu tratamento estrutural e, por consequência, parecem raros também os estudos destinados à sua investigação na ótica discursiva.

Está assim organizado o trabalho:

No primeiro capítulo, busca-se apreender o conceito de categoria gramatical e o conceito de categoria sintática, já que ambos tornam-se relevantes para a delimitação da categoria das orações principais. Uma tentativa de delimitação de categorias torna-se oportuna porque há a possibilidade de revisitar os conceitos de paradigma e de sintagma, de modo a delimitar o campo de atuação das principais no eixo sintagmático, cuja peculiaridade é a possibilidade do arranjo sintático, entendido pela via da posição e do deslocamento dos itens no nível do enunciado.

Ainda neste capítulo, opera-se com outra relevante distinção no par paradigma *versus* sintagma, a saber: investe-se na diferenciação entre classes e funções, uma vez que estas parecem remeter, por proporcionalidade, aos eixos paradigmático e sintagmático, respectivamente. Investindo na noção de que as classes estariam para a delimitação peculiar dos membros de uma categoria assim como as funções estariam para a combinação dos itens na cadeia da frase, o tópico

retoma o par da dicotomia saussureana, a fim de defender a noção de que a oração principal restringe-se ao eixo das combinações sintáticas.

No segundo capítulo, expõem-se as motivações para o estudo sistemático das orações principais. Neste tópico, apontam-se os diferentes critérios - sintático e semântico - usados para a conceituação das orações principais, como sendo as causas metodológicas e teóricas para o fato de haver um tratamento ineficaz desse grupo particular de orações.

Como o trabalho não pôde explorar os diferentes tipos de orações principais que existem, neste segundo capítulo há a delimitação de um grupo específico dessas orações, a saber: investe-se nas principais que figuram em posição prototipicamente anterior às orações substantivas, um grupo oracional, portanto, estudado no período composto por subordinação da tradição gramatical.

Ao terceiro capítulo reserva-se a abordagem das orações principais em algumas gramáticas brasileiras. O estudo dessas gramáticas restringiu-se a dois casos: à abordagem da gramática normativa e à abordagem da gramática descritiva. Quanto à delimitação temporal das produções, a abordagem normativa desdobra-se em duas óticas, pré-Nomenclatura Gramatical Brasileira e pós-Nomenclatura Gramatical Brasileira; já a abordagem descritiva desdobra-se em intervenções formais (apenas estruturais) e discursivas (com um investimento no potencial dos usos linguísticos e expressivos das principais).

No quarto capítulo, recorre-se a três gramáticas contemporâneas do português europeu para observar o tratamento de linguistas e de vários especialistas em língua portuguesa diante das orações principais. Embora esse tratamento não seja exaustivo, ele fornece pistas para a seguinte constatação: não há uma distância significativa entre as abordagens brasileiras e europeias a respeito das orações principais. Pode-se dizer que, basicamente, o investimento maior no tratamento dessa unidade gramatical diz respeito às várias terminologias em torno das quais se valem as gramáticas de modo geral.

O tratamento das orações principais nos livros didáticos está condicionado ao quinto capítulo. Neste item, exploram-se os nítidos problemas de delimitação e de conceituação das principais em alguns livros didáticos, sem perder de vista os problemas pedagógicos gerados no âmbito da escola básica.

Procura-se pontuar no quinto capítulo o fato de que os livros didáticos direcionam o seu teor descritivo às questões de delimitação do período composto e,

por conseguinte, não operam com uma descrição mais voltada à exploração do potencial discursivo das principais, uma vez que as orações subordinadas, em certa medida, merecem maior destaque nesse posicionamento descritivo.

A contribuição da conjunção integrante à composição significativa das orações principais está reservada ao sexto capítulo. Embora as conjunções integrantes recebam o rótulo tradicional de categorias esvaziadas semanticamente, mostra-se neste trabalho que a sua escolha torna-se preponderante para que haja matizes de significado distintos em termos da construção e do uso das orações principais.

Revisitando o conceito de gramaticalização das conjunções integrantes, observa-se que o seu condicionamento no nível oracional pode afetar o arranjo das principais e pode, até mesmo, criar segmentos oracionais cujo conteúdo semântico aponta o comprometimento de um enunciador no uso específico de um enunciado. Neste capítulo, investe-se na noção de que os itens circundantes e internos da oração principal contribuem para a sua constante reinterpretação em contextos linguísticos específicos.

O tratamento das orações principais relacionado à abordagem da sintaxe de cunho funcionalista consta no sétimo capítulo. Neste tópico, busca-se mapear as orações principais no que se costuma chamar, nos estudos sintático-funcionais, de *modalização*, uma categoria do discurso em que a noção de comprometimento emerge, ancorada nas estruturas linguísticas, para os usos efetivos da língua.

Para subsidiar o enfoque das principais, procura-se neste capítulo conjugar, junto aos materiais linguísticos responsáveis pela modalização dessas orações, outras estruturas que portam/veiculam material modalizador, como o caso dos advérbios e outras unidades linguísticas em questão.

No oitavo capítulo, investe-se no mapeamento sintático-funcional das orações principais em cartas de leitor. Buscando uma metodologia quantitativo-qualitativa, organizam-se os materiais linguísticos das principais em dois grupos: diferenciam-se as orações principais diante de orações substantivas desenvolvidas e reduzidas; diferenciam-se as orações principais a partir de seu material linguístico, a saber: se são construídas por meio de verbo suporte ou se são construídas por meio do verbo de ligação seguido de adjetivo/substantivo. Neste item, são encontrados, efetivamente, os percursos metodológicos deste trabalho.

A delimitação na constituição sintático-discursiva das orações principais localiza-se, por fim, na sistematização dos dados do nono capítulo e atende, portanto, às demandas de pesquisa realizada com o intuito de verificar se o material modalizador das principais atende às especificidades da modalização epistêmica ou da modalização deôntica. Essa investigação ancorada em estruturas textuais de cartas de leitores permite ao analista observar quais são as escolhas mais frequentes na busca por conteúdos discursivos mais ou menos comprometedores na produção desse gênero opinativo-argumentativo.

Pretende-se com a proposição deste trabalho dar visibilidade aos conteúdos sintático-discursivos pela ótica do que se tem comumente chamado nos estudos linguísticos de “gramática de usos”. Uma gramática de usos, em linhas gerais, aponta e sugere caminhos para uma abordagem que coaduna dois fatores à descrição: a investigação da estrutura sintática, porque ela ancora os sentidos; a investigação dos fatores discursivos, porque eles sugerem que a língua é dinâmica. Um trabalho desta natureza, nunca é demais repetir, contribui para que haja revisão de tópicos da gramática cujas abordagens menosprezam os fatores implicados nos usos da língua.

1 CATEGORIAS DA GRAMÁTICA E CATEGORIAS DA SINTAXE

Os estudos sobre orações principais são muito escassos nos materiais de descrição em Língua Portuguesa. A constatação dessa descrição insuficiente dá-se, talvez, pela pouca relevância e tratamento que recebem algumas categorias da sintaxe, uma vez que, por vezes, só são consideradas categorias da gramática as palavras e as suas respectivas classes. O objetivo deste capítulo, em linhas gerais, é sinalizar quais são as classes gramaticais de uma gramática e, mais especificamente, como se comportam as categorias gramaticais da sintaxe. Para tanto, recorreremos à definição de categoria gramatical e revisitaremos os conceitos de *paradigma* e *sintagma* e de *classes* e *funções*, respectivamente.

1.1 Quais são as categorias de uma gramática?

De imediato, apresentar uma resposta para esse questionamento implica recuperar um histórico oportuno sobre a tradição gramatical no Ocidente, já que são os gregos os primeiros a apresentar, em sua gramática lógica, o conceito de categorias gramaticais e uma lista delas. Não é nosso objetivo recuperar integralmente esse histórico. Por ora, o que se pode dizer é que a gramática brasileira, sobretudo a gramática normativa, herdou essas categorias/classes, enquadrando-as em dez, a saber: substantivo, artigo, numeral, pronome, adjetivo, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição, de acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira (HENRIQUES, 2009, p. 138).

Mas o que são categorias ou classes gramaticais?

Jean Dubois (2014, p. 94-95), no *Dicionário de linguística*, diz que “o termo categoria designa uma classe, cujos membros figuram nos mesmos ambientes sintáticos e mantêm entre si relações particulares”. Nessa mesma acepção, o verbete “categoria” é comparado, pelo autor, com o seu sinônimo “classe”. Não há menção que dê conta de quais são os domínios da morfologia e quais são os domínios da sintaxe no verbete explorado.

Na segunda acepção do verbete “categoria”, Dubois (2014, p. 94-95) sinaliza que se deve fazer a distinção oportuna entre as “categorias sintáticas” e as “categorias gramaticais”. Para o autor, as ditas categorias sintáticas assumem o papel de constituintes na organização lógica da frase; já as categorias gramaticais existem para desempenhar o papel das modificações que os constituintes podem sofrer no interior das frases. Como se vê, não ficam claras as delimitações no terreno da morfologia e da sintaxe neste dicionário, na medida em que há flutuações e inconsistências no que diz respeito aos territórios dessas duas seções de uma gramática.

Trask (2015, p. 52-53), no *Dicionário de linguagem e linguística*, apresenta dois verbetes, a saber: “categoria gramatical” e “categoria sintática”. Para a categoria gramatical, o autor aponta “qualquer categoria linguística que tenha o efeito de modificar as formas de alguma classe de palavras numa língua”; para a categoria sintática, Trask (2015, p. 52-53) direciona a definição do verbete para “cada um dos vários tipos de unidade gramatical por meio dos quais são construídas as sentenças de uma língua”.

Vê-se nitidamente que a própria organização de dois verbetes para conceituar essas distintas categorias constitui-se um método mais rigoroso para o tratamento dos domínios dessas categorias. Além disso, Trask (2015, p. 52-53) lança mão de termos-chave para essa delimitação: no primeiro verbete, o autor faz alusão a “formas” e, para o segundo verbete, no interior da longa definição, há menção ao termo “combinação”.

A intervenção oportuna das definições de Trask (2015, p. 52-53) dá-se na menção das categorias sintagmáticas, na medida em que o autor diz que “um ou outro sintagma pode conter uma única palavra ou uma dúzia delas”. Nota-se, portanto, que há claramente uma flutuação no que se considera palavra, já que se torna obscuro o seu domínio, ou seja, não se sabe ao certo se palavra é uma unidade da morfologia ou da sintaxe, justamente pelo fato de ser uma categoria de interseção.

Nosso interesse reside no fator de combinação de categorias sintagmáticas, como unidades com certa extensão e segmentação, que contribuem para a ordenação de unidades maiores, as categorias sintáticas. Reivindicar para a sintaxe um tratamento mais adequado para algumas categorias, como a oração principal, constitui o direcionamento deste trabalho, uma vez que a não menção da

terminologia “categorias sintáticas” implica por vezes um menor espaço para a descrição estrutural e, até mesmo, discursiva dessas categorias.

No histórico da linguística, a distinção entre categorias gramaticais e categorias da sintaxe pode ser recuperada na dicotomia saussureana *paradigma* e *sintagma*, respectivamente. Nessa dicotomia, como se verá adiante, as relações de escolha e de combinação são fatores para se delimitar os domínios da morfologia e da sintaxe nesta ordem. As contribuições da linguística estruturalista, de origem saussureana portanto, têm muito a acrescentar à organização das unidades significativas em nossas gramáticas normativas (entenda-se gramática de origem escolar ou gramática de cunho prescritivista).

Ainda no território das contribuições da linguística contemporânea, outra distinção torna-se relevante para os domínios da morfologia e da sintaxe: trata-se da diferenciação entre classes e funções. Segundo a nossa tradição gramatical, as unidades significativas de uma gramática são divididas entre unidades que podem assumir semelhança estrutural – as classes – e unidades que assumem um papel em relação a outras unidades – as funções. Nos tópicos a seguir, exploraremos essas distinções.

1.2 Paradigma e sintagma

Está em Saussure (1995, p. 142-147) a distinção do par dicotômico das relações associativas e das relações sintagmáticas. Para o linguista genebrino, as relações associativas não são organizadas em séries ordenadas, o que implica, de modo geral, a noção de que as associações se dão na esfera da memória, na medida em que unidades são recuperadas pelo fator virtual da memória. Essas unidades, segundo o linguista suíço, existem na língua e constituem um acervo que está na lembrança de um falante, que coloca a seu serviço outras unidades semelhantes, as palavras.

As relações sintagmáticas, por sua vez, são organizadas em séries. Segundo Saussure (1995, p. 142-147), as relações sintagmáticas são “combinações”, uma vez que se apoiam no fator de extensão e aplicam-se “às palavras”, “grupos de palavras” e “unidades complexas”. Está, portanto, em Saussure (1995) a delimitação

mais pontual sobre unidades da morfologia e unidades da sintaxe. Observe-se que mais uma vez a palavra é o ponto de interseção entre as relações associativas ou paradigmáticas e as relações sintagmáticas.

Após os pressupostos de Saussure (1995), chegou a nós, como um legado, o estudo das unidades significativas da língua em oposição ao estudo das unidades significantes (fonema e sílaba, por exemplo). Conforme aponta Sautchuk (2010, p. 05), consideram-se unidades significativas o morfema, a palavra, o sintagma, a frase e o texto. As duas primeiras unidades advêm das relações associativas e as três últimas, das relações sintagmáticas.

Dessa forma, a menor unidade significativa, o morfema, é resultado da relação associativa ou de semelhança com outras unidades. Neste sentido, um morfema está virtualmente projetado no inconsciente de um falante, que precisa organizar essa unidade mínima dentro de uma unidade maior, a palavra.

De igual modo, as palavras são/estão projetadas no inconsciente do falante que, sem se dar conta, na maioria das vezes comunica-se de modo a usar unidades infinitas em uma relação constante de similaridade. Reorientando a perspectiva saussureana, Sautchuk (2010, p. 10) afirma que a recorrência a esse acervo virtual dá-se por meio de “escolhas”, na medida em que é nele que estão as possibilidades de palavras em relações de similaridade. Para tanto, vale-se da expressão “eixo paradigmático” para se referir às relações associativas mencionadas por Saussure (1995) e, ainda, acrescenta que a esse eixo pode-se projetar uma linha vertical ou eixo do paradigma.

Avançando em relação às ideias pioneiras de Saussure (1995), Sautchuk (2010, p. 12) constata que o “campo de atuação da sintaxe é o eixo sintagmático e o da morfologia é o eixo paradigmático”. Como nosso interesse reside na organização sintagmática das unidades significativas de uma gramática, passemos ao entendimento de como se dão as relações sintagmáticas.

Diz respeito à sintaxe, portanto, o estudo das relações sintagmáticas, no sentido de que as palavras analisadas em relação a outras palavras constituem sintagmas; os sintagmas analisados em relação a outros sintagmas assumem peculiaridades formais; e as orações analisadas em relação a outras orações desempenham funções que apresentam valores sintático-semânticos distintos.

Estudar a organização dos sintagmas simples e complexos constitui tarefa da sintaxe, uma vez que as relações sintagmáticas implicam processos de

deslocamento, substituição e apagamento de unidades que estão em relação hierárquica e são potenciais para a ordenação (combinação) do que se quer veicular em textos orais ou escritos. Essa relação só é possível porque o falante/escritor pode distinguir entre o que é possível e o que não é possível em sua língua materna, neste caso, o português.

Nosso interesse particular dá-se pela organização de sintagmas complexos, ou seja, na relação sintático-semântica que se estabelece entre orações principais e orações substantivas. Dessa forma, consideramos, para efeito deste estudo, que orações principais e orações substantivas são categorias da sintaxe e, mais especificamente, funções desempenhadas por sintagmas complexos (oracionais) que estão em relação simbiótica – além do encaixe permitido por uma certa organização formal, a existência de uma dessas orações é crucial para que a outra também exista. Vejamos, a seguir, como se caracterizam as funções.

O estudo das funções diz respeito aos domínios da sintaxe. Pela tradição das gramáticas brasileiras – pautadas pela disseminação do domínio discursivo escolar e pelo respaldo da Nomenclatura Gramatical Brasileira – fica a cargo da sintaxe do período simples e pela sintaxe do período composto descrever como se dão as relações formais e as relações significativas dos segmentos em função.

Torna-se necessária a distinção entre classe e função, recorrentemente mencionada neste percurso teórico-metodológico, já que esta é, sem sombra de dúvida, a linha limítrofe entre os domínios da morfologia e da sintaxe. Neste sentido, considerar o aspecto sintático da hierarquia de constituintes torna-se oportuno para elucidar, com mais clareza, os níveis de análise em que se opera no eixo das relações sintagmáticas.

1.3 Classes e funções

Perini (2006, p. 137) faz a seguinte distinção entre classes e funções:

(...) todas as funções têm uma importante característica em comum: são relações entre dois ou mais elementos presentes em uma mesma sentença. As classes, por outro lado, não são relações entre elementos presentes na mesma sentença.

A distinção proposta por Perini (2006, p. 137) pode trazer-nos a seguinte proporção: as classes estão para as associações paradigmáticas assim como as funções estão para as associações sintagmáticas. Portanto, reconhecemos classes por intermédio de traços semânticos comuns e reconhecemos funções por traços que estão na ordem da formalidade relacional – sujeito, predicado, plural etc.

Para se chegar aos elementos que compõem uma classe, Perini (2006, p. 137) diz que é necessário observar as peculiaridades dos itens comuns a essa classe, daí a necessidade de mapear os traços identitários. No caso do português, a distinção entre classes gramaticais faz-se por meio de associações paradigmáticas: o substantivo tem a peculiaridade de designar, os numerais quantificam a experiência do falante com o mundo da linguagem, os verbos são palavras que apontam para o traço da temporalidade e do caráter flexional por excelência.

De modo geral, as classes podem ser tomadas isoladamente para o seu estudo empírico e descritivo. No eixo paradigmático, estão alocados os estudos que dão conta da morfologia flexional e da morfologia derivacional. Em ambas, os itens passíveis de descrição são o morfema e a palavra, uma vez que são os itens cujo conteúdo significativo pode ser verificado dentro dos estudos gramaticais e linguísticos. Compete à morfologia, *grosso modo*, verificar as regularidades ou traços no estudo dos morfemas e das palavras, de modo a colocá-los em classes identitárias.

Já o estudo das funções compete à sintaxe. Nesta seção dos estudos gramaticais, a relação que se estabelece entre dois itens, para retomar as palavras de Perini (2006, p. 137), envolve necessariamente relações formais, como na ordem da concordância nominal e da concordância verbal. Neste sentido, só há função porque se observa o comportamento de um item gramatical em relação a outro item gramatical.

Para se chegar ao reconhecimento de uma função sintática, é necessário verificar, conforme alerta Perini (2006, p. 137), o contexto no qual uma palavra se encontra. O contexto (a posição, o deslocamento, o apagamento) pode evidenciar na cadeia sintagmática (ordenação) a função que um item contrai. Dessa forma, o estudo da sintaxe envolve basicamente o comportamento das palavras em uma relação mútua. Como categorias sintagmáticas ou sintáticas, temos basicamente o sintagma, a oração e o período, uma vez que são unidades descritivas significativas e passíveis de ordenação.

Abaixo está a Tabela 1, ilustrativa para o reconhecimento das unidades linguísticas significativas. Nosso estudo incidirá especificamente sobre as orações principais.

Tabela 1 – Paradigma e sintagma

MORFOLOGIA		SINTAXE		
Morfema	Palavra	Sintagma	Oração	Período

2 ORAÇÃO PRINCIPAL: CATEGORIA “BASTARDA” DA SINTAXE

As poucas páginas destinadas à descrição das orações principais, as definições e os exemplos para evidenciar essa categoria, a mistura de critérios pouco delimitados para se chegar à definição desse tipo de oração, tudo isso parece convergir para esta constatação: não há nas obras reconhecidas da gramaticografia brasileira uma descrição suficiente acerca da categoria gramatical “oração principal”.

Neste capítulo, pontuamos as razões pelas quais nos interessamos pela descrição de orações principais dentro do quadro teórico do período composto por subordinação. Para tanto, valer-nos-emos da crítica aos critérios estabelecidos por correntes distintas dos estudos gramaticais, para enfim chegarmos à nossa proposta de estudo.

2.1 Por que estudar oração principal?

No estudo do período composto por subordinação, há sempre evidências sintáticas (estruturais) e semânticas (significativas) a respeito das orações substantivas, adjetivas e adverbiais. A categoria gramatical “oração principal” recebe uma abordagem teórica insuficiente nos estudos descritivos em Língua Portuguesa.

Algumas das razões para essa pouca relevância descritiva são listadas abaixo:

- a) como o estudo do período composto por subordinação dá sequência ao estudo do período simples, as gramáticas e os manuais de análise sintática, em sua maioria, enfatizam a função sintática representada pelas orações substantivas, adjetivas e adverbiais, negligenciando, por vezes, as funções sintáticas possíveis de uma oração principal;
- b) pelo fato de o estudo e o ensino do período composto restringirem-se, em certa medida, à bipartição pela marca formal do conector, analisam-se apenas os conteúdos estruturais e semânticos das orações subordinadas canonizadas pela NGB.

c) as orações principais são consideradas, em algumas teorias linguísticas, apenas encaixe de orações subordinadas, o que impede o seu estudo pela linha de abordagem sintático-semântico-discursiva, nesta ordem.

Como salienta Perini (2008, p. 27-28), no estudo de um fato da língua as tradições e os avanços são necessários para se compreender empiricamente o conteúdo descritivo desse fato. Vejamos o que o autor diz:

(...) eu não defenderia a ideia de que qualquer fator, de qualquer natureza, seja em princípio relevante para a análise de qualquer aspecto de uma língua (como quando se afirma que o estudo de qualquer aspecto da língua só faz sentido se se levar em conta fatores discursivos). Acho essa posição metodologicamente inconveniente, primeiro porque desconsidera resultados importantes da investigação linguística – a tradição não é uma vaca sagrada, mas tampouco pode ser simplesmente atirada pela janela.

O estudo que ora se oferece caminha por este “trilho metodológico”: parte das investigações da chamada gramática tradicional, aproveita as intervenções da chamada gramática descritiva e explora os resultados discursivos oferecidos pela gramática de vertente funcionalista. Como se vê, a oração principal será tratada por via de uma incursão pela historiografia gramatical brasileira.

Essa incursão, obviamente, não se pauta apenas pela mera crítica ao “descaso” da descrição gramatical no tópico das orações principais. Muitos são os estudos recentes, inclusive os de Perini (2008), que têm operado um verdadeiro redirecionamento no trato das questões descritivas em Língua Portuguesa.

A primeira razão, portanto, para o estudo das orações principais pode estar, por exemplo, na busca por uma definição concisa e descritivamente coerente acerca do que sejam, de fato, orações principais. O fato de não haver uma definição dessa natureza pode acarretar problemas em nível de descrição e de ensino, uma vez que as investigações descritivas podem ter repercussões significativas na sala de aula da escola básica.

Sobre essa ausência de definições coerentes a respeito de categorias gramaticais, Haug (1986, p. 3) comenta e acrescenta:

A ausência de espírito crítico, as falsas definições, a má exemplificação, a falta de uma revisão rigorosa nas edições e reedições de compêndios gramaticais, tudo isso documenta o descaso de muitos gramáticos pelo sistema linguístico do Português.

Além dessa crítica às definições que não se sustentam empiricamente, o texto de Haug (1986, p. 3) é enfático em relação aos exemplos usados para a descrição

de fatos da língua, uma vez que, por vezes, o exemplo desabona o que o teórico considera sua linha de raciocínio sobre um fato da língua.

A segunda motivação para o estudo das orações principais reside no fato de que o conteúdo sintagmático (das palavras relacionadas) pouco recebe de enfoque no tratamento estrutural dessas orações. Como se verá adiante, a ordenação e a seleção dos itens da oração principal anteposta ao conector (e por que não posta após a própria oração subordinada?) dizem muito sobre o conteúdo sintático-semântico de uma principal. Testes operados com uma oração do tipo “é visível que a escola precisa de reforma” têm nos dado as seguintes textualizações:

- 1) “visível é que a escola precisa de reforma” (deslocamento de item lexical dentro da oração principal);
- 2) “Que a escola precisa de reforma é visível” (deslocamento da principal em relação à oração subordinada).

Além da pouca exploração do conteúdo estrutural das orações principais, há conseqüentemente pouca exploração do conteúdo semântico-discursivo de tais unidades. A terceira razão para o estudo dessas orações está norteada pelas contribuições recentes da chamada gramática funcional, já que essa corrente dos estudos da linguagem ocupa-se, primordialmente, das considerações de cunho significativo sobre as categorias da língua.

Para dar prosseguimento ao estudo descritivo que se quer operar a respeito das principais, sugerimos, portanto, uma definição provisória, que poderá se sustentar ou não depois do teste dos dados sugeridos na análise do *corpus* ao fim do trabalho. Por ora, acreditamos que uma oração principal pode ser: uma função sintática desempenhada no interior do período composto, a partir da qual se pode observar comportamento sintático (combinação de itens lexicais e possibilidade de deslocamento) e comportamento discursivo (a partir de sua intensa retextualização, essa categoria sintática pode portar conteúdos de comprometimento do enunciador).

2.2 Mistura de critérios para definição de oração principal

Em estudo pioneiro e consistente de descrição de orações principais, Schlee (2010, p. 86) reivindica, por meio de um levantamento bibliográfico crítico, uma conceituação coerente para as principais:

Discutir a definição de oração principal por meio de uma revisão crítica do tratamento dado ao tema na tradição gramatical consiste, primeiramente, em proceder a um levantamento dos conceitos da estrutura em foco em compêndios gramaticais de orientação tradicional anteriores ao advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e em gramáticas que já tenham incorporado os conceitos e denominações preconizadas por esse instrumento. Em seguida, cabe apresentar contribuições recentes sobre o assunto.

Segundo Schlee (2010, p. 86), a recorrência aos estudos feitos em dois recortes – um pré-NGB e outro pós-NGB – oferece-nos pistas valiosas para um redirecionamento na descrição e na repercussão do ensino em torno das orações principais. Mais uma vez o que se sugere na pauta dos estudos linguísticos é um tratamento que leve em consideração a consistência de critérios para uma descrição menos impressionista e, portanto, mais coerente desse item gramatical.

Ainda segundo Schlee (2010, p. 86), em consulta a manuais distintos da historiografia gramatical brasileira, misturam-se critérios, ora de cunho sintático ora de cunho semântico, para o tratamento das orações principais. De certa forma, esses critérios não se excluem, mas a sua devida delimitação passa a ser uma reivindicação na agenda dos estudos mais tradicionais ou mais funcionais, como sugere a autora.

Em pesquisa bibliográfica empreendida em compêndios gramaticais brasileiros, e até mesmo portugueses, Schlee (2010, p. 87) observa que as gramáticas, em sua maioria, dão mais destaque às orações ditas subordinadas, uma vez que sua pretensão descritiva recai sobre fatores tais como “identificação e classificação das orações subordinadas”, ao mesmo tempo em que dedicam bastante espaço para o reconhecimento da forma e da função dessas orações.

Quando os compêndios gramaticais dedicam espaço às orações principais, não há uma conceituação em que não se misturam critérios, e é esta a constatação a que chega Schlee (2010, p. 87):

Ainda assim, não é pacífica entre os gramáticos a definição de oração principal. Observam-se diferentes posturas que ora privilegiam exclusivamente o critério sintático ora o mesclam ao semântico na definição dessa estrutura, tornando-a, muitas vezes, imprecisa e inconsistente. E há ainda, sob um mesmo critério de análise, maneiras distintas de tratar a questão de acordo com diferentes estudiosos.

Em outro estudo recente, Campos (2014, p. 163-165) aponta que não é um consenso entre gramáticos o fato de a oração principal ter ou não função sintática. Segundo a autora, a razão para essa falta de coerência pode residir no fato de que à descrição do período composto está atrelada a noção de dependência sintática, geralmente desempenhada pela oração subordinada, mas pouco explorada nas orações principais, tornando-as meros suportes das subordinadas.

Mais uma vez, o que se destaca no trabalho de Campos (2014, p. 163-165) é a incoerência no discurso de gramáticos que, por vezes, valem-se dos pressupostos taxonômicos e descritivos sugeridos pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, mas que destoam do tratamento em relação às orações principais (uma das categorias cuja falta de consistência na abordagem pode implicar a produção de dados descritivos sem comprovação empírica, como no caso do sujeito gramatical de uma oração – categoria em que se misturam critérios igualmente).

Além das considerações sobre a noção de dependência sintática construída entre as orações subordinadas e as orações principais, Campos (2014, p. 164) traz à tona uma outra discussão proveitosa, a saber: qual é o limite da oração principal? Propostas há, segundo a autora, que consideram todo o período composto como sendo o território privilegiado da oração principal, uma vez que, se cabe a ela o título de principal, sua delimitação, geralmente apontada pela conjunção integrante, pode dar-lhe um legado de oração secundária, o que de certa forma seria arbitrário (pela sua própria denominação de principal).

Uma última contribuição sugerida por Campos (2014, p. 165) é o estudo do período composto, incluindo-se aí as orações principais, sem a arbitrariedade da mera divisão de itens formais, de modo que, como sugere a autora, essa divisão afetaria um trabalho mais proveitoso com as unidades gramaticais que formam as orações do período composto.

Em linhas gerais, este trabalho filia-se a essa reflexão e busca dar contribuições no estudo das orações principais, explorando o seu potencial sintático e, ao mesmo tempo, discursivo. Nos tópicos seguintes, damos especial atenção às

diferentes correntes gramaticais e aos variados compêndios gramaticais que se debruçaram sobre a descrição da categoria sintática *oração principal*.

2.3 Estudo de um grupo específico de oração principal

Antes de passarmos à apreciação das diferentes correntes gramaticais, para noticiar as abordagens a respeito da categoria sintática *oração principal*, convém destacar o tipo de oração principal que nos interessa, como conteúdo estrutural e discursivo: trata-se da oração principal organizada com os itens verbo de ligação + adjetivo (que não necessariamente precisam estar nesta ordem).

No estudo do período composto, as orações principais podem figurar, prototipicamente falando, antes de orações substantivas, adjetivas (neste caso, a oração principal pode ser intercalada pela oração adjetiva) e adverbiais (neste caso, a oração principal pode sofrer deslocamento por fatores diversos). Nosso investimento dar-se-á, sobretudo, na construção verbo de ligação + adjetivo que esteja anteriormente expressa às orações substantivas.

Nosso interesse por essa classe de oração principal decorre de algumas motivações, a saber:

- a) a primeira delas é de cunho estrutural (sintático): o verbo de ligação + adjetivo pode ter a sua ordem invertida, dentro da própria oração principal (adjetivo + verbo de ligação) ou na própria construção do período composto. A depender de sua ordenação, a oração seguinte poderá ser subjetiva ou predicativa, como se verá;
- b) a segunda delas é de cunho discursivo (funcional): a seleção do adjetivo que compõe a oração principal pode fornecer conteúdos semânticos, tais como: maior certeza ou menor certeza por parte do redator/enunciador; maior comprometimento ou menor comprometimento em situações enunciativas distintas.

Nesse sentido, cabe lembrar que muitos são os estudos que têm explorado o potencial semântico de orações adjetivas e adverbiais. Na tradição dos estudos gramaticais, pouco investimento tem sido dado à significação da conjunção integrante (e sua potencialidade de gramaticalizar-se), à significação da oração

substantiva (prototipicamente esvaziada de sentido) e, menos ainda, à significação da oração principal dentro do quadro teórico do período composto.

Nosso investimento, além de residir nos aspectos estruturais, reside no aspecto discursivo implicado no uso do verbo de ligação + adjetivo como suporte de oração substantiva. O objetivo torna-se, portanto, fazer juízos de valor de um grupo de orações ao qual a gramática não dá tanto enfoque, por dizer que se trata de um grupo sem conteúdo semântico, cujo papel é o de mero “coadjuvante” na articulação de orações no período composto por subordinação.

Torna-se necessário destacar que o estudo de uma categoria sintática dessa natureza opera uma cisão significativa nos estudos descritivos, já que passa a considerar como fator descritivo a bidirecionalidade da investigação: de um lado estão as considerações da sintaxe a respeito de como se comportam estrutural e funcionalmente as orações principais e, de outro, estão as contribuições dos estudos discursivos, cujo objetivo é sedimentar a descrição com vistas a um melhor aproveitamento do conteúdo manifestado pragmaticamente nos usos linguísticos. A seguir, fazemos uma incursão sobre esses diferentes direcionamentos.

Em estudo sobre essas questões, Schlee (2008, p. 140) oferece relevante contribuição ao estudo das orações principais:

O trabalho contribui também para ampliar a compreensão sobre as relações entre gramática e discurso, uma vez que, na perspectiva sistêmico-funcional, a relação entre a semântica e a gramática é de interpretação: as estruturas gramaticais interpretam ou codificam o significado, e são, por sua vez, interpretadas a partir de sua funcionalidade em situações concretas de uso, isto é, sem uma ‘gramática’ não é possível explicitar uma interpretação do sentido de um texto. Esse estudo tem, assim, o mérito de resgatar a importância da gramática para a análise de textos.

É bem verdade que não utilizaremos o modelo teórico – a Linguística Sistêmico-Funcional – usado por Schlee (2008) para dar conta das orações principais. Nossa pretensão é usar a linha teórica *gramática de vertente funcionalista* para tal empreendimento. Nessa ótica, estreitam-se os limites entre texto e gramática, o que sugere que a gramática e o texto, materializado em gênero textual, podem trazer significados discursivos para a análise de orações principais. Esse significado tem se manifestado, na estrutura em análise, no conteúdo da modalização, como visto adiante.

3 ORAÇÃO PRINCIPAL NA HISTORIOGRAFIA GRAMATICAL BRASILEIRA

Este capítulo é dedicado ao estudo da oração principal em uma linha temporal que recorta dois momentos: a intervenção da gramática normativa e a intervenção da gramática descritiva. O que se pretende fazer, considerando-se esses dois direcionamentos teóricos distintos, é recuperar tratamentos também distintos para a conceituação, a delimitação e a exemplificação do conteúdo estrutural e semântico das orações principais.

O estudo da oração principal por via da gramática normativa subdividir-se-á em dois direcionamentos: no primeiro deles, considerando-se a ótica pré-NGB, encontram-se estudos divulgados por manuais anteriores à promulgação, por via de portaria, da Nomenclatura Gramatical Brasileira; no segundo direcionamento, considerando-se a ótica pós-NGB, há um investimento maior na tentativa de recuperar tratamentos diferenciados para a categoria em análise.

Os tópicos destinados à observação da oração principal por via de análise descritiva trazem considerações mais recentes sobre essa categoria. Trata-se de estudos que, de certa forma, acrescentam conteúdos estruturais, mas não só. Em pesquisas mais recentes da teorização descritiva, as orações principais, além de possuírem um fator de encaixe para outras orações, como as subordinadas substantivas, manipulam e acrescentam em sua estruturação conteúdos semânticos relevantes. Passemos à revista.

3.1 Oração principal na gramática normativa

Para o exame da oração principal na ótica pré-NGB, recorreremos aos estudos de autores como Almeida (1951), Cruz (1955), Góis (1948), Melo (1954) e Rocha Lima (1956). A seleção desses manuais obedece, basicamente, a um fator comum a todos: trata-se de obras que não mantêm homogêneo o tratamento de categorias gramaticais variadas. Nesse sentido, a sua seleção atende ao ideário que se verificava antes da promulgação da NGB no país, isto é, não havia tratamento de taxonomia ou de definição idêntico nos diversos manuais que existiam, o que, de

certo modo, demonstrava a liberdade com que gramáticos e linguistas lidavam na sua descrição particular de fenômenos da língua.

Para o exame da oração principal na ótica pós-NGB, selecionamos os seguintes autores: Azevedo Filho (1968), Bechara (2009), Brandão (1963), Cunha & Cintra (2008), Kury (1999), Luft (2002), Rocha Lima (2011) e Said Ali (1964). A escolha desses manuais atende, em linhas gerais, ao fato de que eles tratam as categorias gramaticais, senão totalmente, pelos menos parcialmente, de acordo com a descrição sugerida pela NGB, adotada a partir de 1959, cujo objetivo basicamente era este: evitar nomenclaturas divergentes, o que passou a oferecer, sobretudo ao ensino da gramática, uma maior homogeneidade de tratamento.

3.1.1 Ótica pré-NGB

Como nosso objetivo neste tópico não é dar conta ou esgotar todos os manuais que figuraram como relevantes no período anterior à Nomenclatura Gramatical Brasileira, selecionamos os autores mais representativos, sem pretensão de fixar datas limites, para extrair de seu pensamento à época uma descrição de oração principal que atendesse de modo elementar à definição e à representação estrutural dessa categoria.

O primeiro trabalho figurativo de uma ótica pré-NGB que consultamos foi a *Gramática metódica da língua portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida (1951). Trata-se de uma gramática que, pioneiramente, defende que a oração principal tem uma função sintática (1951, p. 410-411). Além disso, trata-se de um manual que expõe claramente a definição de oração principal em tópico:

Proposição principal é a que tem o sentido principal no período complexo, e que, embora não dependa de outra proposição, tem seu sentido inteirado por outra ou outras: ‘Convém que ele vá’ – ‘Desejo que ele fique’ – ‘Isso depende de que ele venha’ – ‘A ignorância não duvida, porque desconhece que ignora’. (ALMEIDA, 1951, p. 411)

Embora traga uma definição no interior de sua descrição, Almeida (1951, p. 411) parece contradizer o próprio conteúdo de sua definição: em um momento, diz ele que a “proposição principal” (aqui sinônimo de oração principal) não depende da oração subordinada, mas, em seguida, diz ele que o “sentido” é “inteirado” pela

oração seguinte. Veja-se que, além de tratar do conteúdo estrutural das principais (pela exposição dos exemplos), o autor acrescenta a importância dessa oração para o período: “tem o sentido principal no período complexo”.

No manual *Português prático*, de José Marques da Cruz (1955), não há um tópico destinado à descrição das orações principais. O que o autor faz é mencionar, em quadros com exemplos distintos de análise do período composto, uma sucinta definição para oração principal: “Principal (não começa por conjunção)” (CRUZ, 1955, p. 142). Vê-se, nitidamente, que o autor dá mais ênfase à exposição dos exemplos do período composto, uma vez que dedica muitas páginas a tal empreendimento.

No mesmo manual, como era de se esperar, Cruz (1955) dedica bastante espaço à descrição das orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais e não menciona com clareza qual a intervenção operada pelas orações principais no interior do período composto. Como se verá mais à frente, a definição de Cruz (1955) a respeito das principais – “não começa por conjunção” – não se sustenta.

Na obra também pioneira de Carlos Góis (1948), *Sintaxe das relações*, não há igualmente um tratamento claro para as orações principais, que podem receber, até mesmo, a denominação de “orações intercalares”:

Alguns professores consideram a oração intercalar como principal, e consideram a outra como seu objeto direto, isto é, como subordinada objetiva direta. Outros entendem o contrário: consideram como principal a não intercalar, e consideram a intercalar como uma oração de ‘sentido à parte’ (...) (GÓIS, 1948, p. 77).

Não fica claro na exposição do compêndio do professor Carlos Góis (1948, p. 77) nem o que é uma “oração intercalar” nem o que é uma “oração principal”. Sem exemplos após essa exposição, não se pode recuperar a título de elucidação o que sejam, respectivamente, as orações mencionadas pelo autor.

O que fica claro, porém, na exposição de Góis (1948) é o tratamento que se dá às orações do período composto. O autor dedica parte de sua exposição à descrição das orações substantivas, adverbiais e adjetivas, elaborando esquemas bem elucidativos a respeito da delimitação de cada uma dessas categorias oracionais. Trata-se, dessa maneira, de mais um manual que se ocupa do reconhecimento e da classificação das orações subordinadas, sem destinar um espaço conceitual para as orações principais.

No *Novo manual de análise sintática*, Gladstone Chaves de Melo (1954) dedica especial atenção ao estudo integral do período composto – considerando-se para fins descritivos orações subordinadas e orações principais. Trata-se de um dos poucos manuais de origem anterior à NGB que se ocupa da descrição abrangente em nível de período composto.

Melo (1954, p. 111-121) parece antever em seu trabalho as nomenclaturas que figurariam no quadro taxonômico sugerido pela NGB poucos anos depois. Na sequência das definições e demais conceitos, Melo (1954, p. 111-121) elenca uma série de exemplos com claro interesse de ilustrar a sua exposição. Vejamos o que diz o autor a respeito das orações principais e sua conseqüente figuratividade no período composto por subordinação:

(...) deve-se acrescentar que o conceito de oração principal é relativo: uma oração é principal em relação a outra a ela subordinada; não, porém, em relação a outras orações independentes como ela, se as houver no período. Andam por aí critérios discriminantes segundo os quais principal é a oração que tem sentido completo. É fácil ver que não (MELO, 1954, p. 114).

O manual de Melo (1954) é um dos poucos que, neste período em tela, viabiliza uma descrição mais refinada da chamada oração principal. Aqui, observa-se claramente que o autor passa em revista o conceito das principais, uma vez que se ocupa de sua segmentação e, ao mesmo tempo, investiga a sua caracterização como unidade gramatical que constrói sentido ao lado das orações subordinadas. Trata-se de um manual por meio do qual ficam aparentes os critérios conceituais de dependência/independência sintática e semântica nesta ordem.

Para encerrar este tópico que busca dar conta da descrição das orações principais em período anterior à NGB, trazemos à tona a exposição de Carlos Henrique da Rocha Lima (1956) em *Teoria da análise sintática*. Neste manual, diferentemente dos outros, há um capítulo inteiro, “Da oração principal”, destinado a apresentar delimitação conceitual, estrutural, funcional e, até mesmo, valores estilísticos no uso das orações principais. É o manual que mais espaço destina (vê-se pelo número de páginas!) à descrição das principais.

Rocha Lima (1956) dedica mais espaço à descrição de orações principais aliadas a orações substantivas (nosso interesse neste trabalho) e a orações adverbiais. No território das substantivas, o autor acrescenta apenas as funções sintáticas que as duas – tanto a principal quanto a subordinada – exercem; já no território das orações adverbiais, fica nítida no trabalho do autor a intervenção

semântica no uso das duas orações. Observe: “Ele se matou porque estava arruinado – a oração *porque estava arruinado* está a mostrar-nos a razão, o motivo, a causa pela qual *ele se matou*” (LIMA, 1956, p. 64).

A descrição do professor Rocha Lima (1956) torna-se neste particular proveitosa para o que se sugere aqui: sua descrição questiona a delimitação estrutural das orações principais, mas, de igual modo, questiona a intervenção semântica que a oração principal opera no interior da oração subordinada, e vice-versa. Trata-se de um manual pioneiro na medida em que, antes mesmo da promulgação da NGB, faz um recorte da estrutura dessa oração em análise e dá-lhe um tratamento pontual.

Além de recortar o objeto conceitual, este manual apresenta muitos exemplos a título de exposição das ditas orações principais. Vejamos a seguir como Rocha Lima (1956, p. 63) conceitua e delimita a intervenção das principais:

Chama-se principal à oração de que se originam subordinadas. Escusado é, portanto, acrescentar que somente pode existir principal no período composto por subordinação. Num período composto por coordenação e subordinação, a principal será aquela a que se prende uma ou mais subordinadas.

Observe-se na Tabela 2, a seguir, a síntese do tratamento que dão as obras, anteriores à NGB, à oração principal:

Tabela 2 – Abordagens pré-NGB

AUTORES/OBRAS	CONCEITOS
Almeida (1951, p. 411) / <i>Gramática metódica da língua portuguesa</i>	“Proposição principal é a que tem o sentido principal no período complexo (...)”.
Cruz (1955, p. 142) / <i>Português prático</i>	“Principal (não começa por conjunção)”.
Góis (1948, p. 77) / <i>Sintaxe das relações</i>	“Alguns professores consideram a oração intercalar como principal (...). Outros entendem o contrário: consideram como principal a não intercalar (...)”.
Melo (1954, p. 114) / <i>Novo manual de análise sintática</i>	“(...) uma oração é principal em relação a outra a ela subordinada (...)”.
Lima (1956, p. 63) / <i>Teoria da análise</i>	“Chama-se principal à oração de que se

<i>sintática</i>	originam subordinadas”.
------------------	-------------------------

3.1.2 Ótica pós-NGB

Circunscrevemos nesta ótica as obras, sobretudo as gramáticas, produzidas sob influência da Nomenclatura Gramatical Brasileira, mesmo que tenham destoado significativamente dos preceitos conceituais ou taxonômicos do projeto de lei aprovado em 1959. Dessa forma, há unanimidade destas obras descritas abaixo no que se refere ao tratamento da chamada oração principal, pelo menos no que diz respeito à nomenclatura adotada por todas elas na descrição desse item do período composto.

Na *Gramática básica da língua portuguesa*, Leodegário de Azevedo Filho (1969, p. 183) dispõe de um capítulo intitulado “Classificação de orações”, no qual há a seguinte definição: “Oração principal é aquela da qual outra depende. Ex.: *Espero que você venha. O aluno que estuda aprende. Cheguei, quando ele partia*”.

Nesta obra, escrita com o compromisso de explicar a recém-aprovada NGB, o autor assume um enviesamento didático tanto na seleção dos exemplos como na exposição das definições das categorias gramaticais. Note-se que, no manual, há exemplos de orações principais figurando antes de orações substantiva, adjetiva e adverbial, como um certo compromisso expositivo com o consulente. Como em outras obras figurativas do período, o autor abre a seção “Modelos de análise sintática”, no fim do manual, para explorar, sobretudo, a divisão e a classificação de orações.

Na *Moderna gramática portuguesa*, Bechara (2009, p. 462) usa o exemplo “O caçador percebeu que a noite chegou” e diz sobre o período o seguinte: “dizemos, então, que a unidade sintática *que a noite chegou* é uma oração subordinada. A gramática tradicional chama à unidade *o caçador percebeu* oração principal”.

Embora delimite a extensão do período composto e, conseqüentemente, delimite a extensão da oração principal, por meio do exemplo, Bechara (2009, p. 462) não define diretamente as orações principais. No capítulo dedicado à exploração do período composto por subordinação, o autor vale-se mais da conceituação das chamadas orações substantivas, adjetivas e adverbiais.

Cláudio Brandão (1963, p. 137), em *Sintaxe clássica portuguesa*, acrescenta que “o período é composto por subordinação, quando nele há uma proposição principal, isto é que encerra o sentido dominante, e uma ou várias subordinadas”. Vê-se, por esta conceituação, que Brandão (1963, p. 137) deixa a cargo da oração principal (no texto do autor: “proposição principal”) a peculiaridade de portar todo o valor semântico que o período composto por subordinação pode apresentar.

Cunha & Cintra (2008, p. 609), em tópico intitulado “Características da oração principal”, assim se posicionam na *Nova gramática do português contemporâneo*:

Em verdade, a ORAÇÃO PRINCIPAL (ou um de seus termos) serve sempre de suporte a uma ORAÇÃO SUBORDINADA. Mas não é esta a sua característica essencial; e, sim, o fato de não exercer nenhuma função sintática em outra oração do período. Ora, no PERÍODO COMPOSTO POR SUBORDINAÇÃO só há uma que preenche tal condição. A esta, pois, se deve reservar, com exclusividade, o nome de PRINCIPAL.

Observação:

A Nomenclatura Gramatical Brasileira eliminou a designação de ORAÇÃO PRINCIPAL sob o argumento de não fazer falta ao estudo desses processos e de ‘dar ensejo a duplas interpretações, quer no plano lógico, quer no plano gramatical’.

Sobre a afirmação dos autores de que a oração principal não exerce função sintática em relação a uma oração subordinada, pensamos que, talvez, esta reflexão não se enquadre na relação com todas as orações subordinadas. Como se verá mais à frente, nossa defesa reside justamente no fato de que, quando uma oração principal se articula a uma oração substantiva, aquela pode, de fato, assumir um conteúdo estrutural e semântico em decorrência das escolhas léxico-gramaticais de um período.

Embora o trabalho de Cunha & Cintra (2008) seja significativo no que se refere à sua recorrente aceitação no meio acadêmico, vale questionar a validade da afirmação taxativa feita acima, já que há evidências suficientes para se provar a eficácia estrutural (funções sintáticas possíveis) das chamadas orações principais.

Em *Novas lições de análise sintática*, Adriano da Gama Kury (1999, p. 142) sinteticamente sugere, no breve capítulo “Tipos de orações”, que as orações principais “têm outra(s) dependente(s) dela(s)”. Não há nesta obra, portanto, maior aprofundamento conceitual a respeito das principais. Assim como em outros manuais, Kury (1999) demonstra, por meio de um apêndice de exercícios, a prática de divisão e classificação de unidades oracionais, entre elas, a dita oração principal.

Carlos Henrique da Rocha Lima (2011, p. 356-357), na *Gramática normativa da língua portuguesa*, faz remissão ao que se disse no texto de Cunha & Cintra (2008) – a oração principal não desempenha função sintática no período composto por subordinação –, mas, a seguir, Lima (2011, p. 357) faz a ressalva pontual:

Todavia, armando-se o período composto por subordinação assim a modo (como já o dissemos) de uma ‘constelação sintática’-, a verdade é que a dita ORAÇÃO PRINCIPAL, JUNTAMENTE COM AS DEMAIS, forma um bloco sintático-semântico de tal ordem uno e coeso, que não pode ter separadas as partes que o integram.

Sobre os potenciais articulatório (sintático) e significativo (semântico) explorados por Lima (2011), vale ressaltar que as orações principais têm um padrão de encaixe sintático diante de orações substantivas. Para este assunto, dedicamos atenção especial às chamadas orações encaixadas e às orações encaixadoras, nomenclaturas utilizadas em pesquisas recentes acerca das orações substantivas e das principais, nesta ordem.

Celso Pedro Luft (2002, p. 72), em sua *Moderna gramática brasileira*, faz a seguinte definição: “Principal é aquela que traz inserida uma subordinada. ‘Principal’ é termo relativo: uma oração é principal em relação a sua(s) subordinada(s)”. Ainda de acordo com o autor, cabe ressaltar o seguinte dado descritivo: “Dentro de nossa tradição gramatical, parece praxe classificar como ‘principal’ apenas aquela que não é subordinada a nenhuma outra” (LUFT, 2002, p. 72).

Como é de se esperar, na análise de períodos relativamente extensos, a noção de que uma oração só pode ser principal ou só pode ser subordinada também não se sustenta. Como demonstra o próprio Rocha Lima (2011), casos há em que uma oração pode receber o rótulo de principal e, ao mesmo tempo, ser subordinada. Esse comportamento estrutural tem se revelado, sem sombra de dúvida, em períodos em que haja a interveniência de orações coordenadas e subordinadas, no que alguns gramáticos chamam “período misto”.

Como último item de uma suposta ótica pós-NGB a respeito das orações principais, trazemos a reflexão de Said Ali¹ (1964, p. 130), na *Gramática secundária da Língua Portuguesa*:

1 Localizar a obra de Said Ali (1964) na perspectiva pós-NGB parece configurar certo anacronismo; no entanto, estamos considerando o fato de que sua obra, essa em particular, foi acrescida das contribuições de outros linguistas/gramáticos.

A COMBINAÇÃO SUBORDINATIVA consta de uma oração principal e uma ou mais secundárias ou subordinadas.

Orações subordinadas ou secundárias são desdobramento do sujeito, do complemento ou dos determinantes atributivos ou adverbiais em novas orações.

Quando a subordinada representa o sujeito, um complemento essencial ou um termo atributivo de função restritiva, a oração principal sem a dita subordinada é uma proposição imperfeita e truncada.

A abordagem de Said Ali (1964, p. 130) corrobora o que temos ressaltado ao longo deste percurso: às vezes, faltam conceituações claras a respeito das orações principais nos manuais e nas gramáticas consultadas, mas há muitas contribuições nessas obras. Uma delas é a que está evidente no próprio Said Ali (1964): a oração principal, além de ser uma oração prototipicamente favorável ao encaixe sintático, favorece implicações semânticas responsáveis pela veiculação de conteúdos semânticos, sem os quais o período deixaria de significar.

No próximo tópico, será discutida a validade sintático-semântica das orações principais em estudos descritivos mais recentes em diversas correntes linguísticas que “observam” as orações principais sob óticas distintas. O percurso intencionado na sugestão deste tópico da historiografia gramatical brasileira visa à revisitação de conceitos que, embora sejam divergentes, contribuem para que haja um estudo das ideias e notícias de que dispomos das orações principais.

Por ora, segue abaixo a Tabela 3, cuja funcionalidade é dar conta dos conceitos que a tradição gramatical legou ao estudo das orações principais. Por meio dela, é possível observar vieses distintos no tratamento da categoria em revista.

Tabela 3 – Abordagens pós-NGB

AUTORES/OBRAS	CONCEITOS
Azevedo Filho (1969, p. 183) / <i>Gramática básica da língua portuguesa</i>	“Oração principal é aquela da qual outra depende”.
Bechara (2009, p. 462) / <i>Moderna gramática portuguesa</i>	“dizemos, então, que a unidade sintática <i>que a noite chegou</i> é uma oração subordinada. A gramática tradicional chama à unidade <i>o caçador percebeu</i> oração principal”.
Brandão (1963, p. 137) / <i>Sintaxe clássica</i>	“(…) o período é composto por

<i>portuguesa</i>	subordinação, quando nele há uma proposição principal, isto é que encerra o sentido dominante, e uma ou várias subordinadas”.
Cunha & Cintra (2008, p. 609) / <i>Nova gramática do português contemporâneo</i>	“(…) a ORAÇÃO PRINCIPAL (ou um de seus termos) serve sempre de suporte a uma ORAÇÃO SUBORDINADA. Mas não é esta a sua característica essencial; e, sim, o fato de não exercer nenhuma função sintática em outra oração do período (…)”.
Kury (1999, p. 142) / <i>Novas lições de análise sintática</i>	“Principais: têm outra(s) dependente(s) dela(s)”.
Lima (2011, p. 357) / <i>Gramática normativa da língua portuguesa</i>	“(…) a dita ORAÇÃO PRINCIPAL, JUNTAMENTE COM AS DEMAIS, forma um bloco sintático-semântico de tal ordem uno e coeso, que não pode ter separadas as partes que o integram”.
Luft (2002, p. 72) / <i>Moderna gramática brasileira</i>	“Principal é aquela que traz inserida uma subordinada. ‘Principal’ é termo relativo: uma oração é principal em relação a sua(s) subordinada(s)”.
Said Ali (1964, p. 130) / <i>Gramática secundária da língua portuguesa</i>	“Quando a subordinada representa o sujeito, um complemento essencial ou um termo atributivo de função restritiva, a oração principal sem a dita subordinada é uma proposição imperfeita e truncada”.

3.2 Oração principal na gramática descritiva

Os conceitos acerca da oração principal constantes neste tópico são coletados em gramáticas de direcionamentos teóricos bastante distintos. Há gramáticas aqui que selecionam o *corpus* falado como objeto de estudo e há outras que, por outro lado, buscam descrever a língua por via de um *corpus* escrito; há aquelas que direcionam um olhar atento apenas às estruturas da língua e outras que buscam aliar ao conteúdo estrutural conteúdos semânticos, pragmáticos e discursivos.

Selecionamos cinco obras/autores, que, pelo teor que agregam, são figurativos de estudos mais recentes e mais substanciados pelas pesquisas recentes na área da Linguística, a saber: Azeredo (2011), Casseb-Galvão (2016), Castilho (2012), Ilari (2001) e Perini (2009). Destas obras/autores, extraímos dois direcionamentos: um de ordem formal (estrutural) e outro de ordem discursiva (pragmática) em torno dos usos de orações principais.

3.2.1 Ótica formal

Na *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, Azeredo (2011, p. 298) explora as potencialidades da “transposição” para se referir ao processo de encadeamento de orações subordinadas e orações principais:

Uma ‘oração subordinada’ é, portanto, um sintagma derivado, capaz de ocupar a posição de um substantivo, de um adjetivo ou de um advérbio em outra oração que chamamos oração superordenada ou principal. O transpositor tem o poder de conferir uma classe à construção por ele introduzida, a saber: **substantiva**, se o transpositor é uma conjunção integrante; **adjetiva**, se o transpositor é um pronome relativo; e **adverbial**, se o transpositor é uma conjunção adverbial.

Embora Azeredo (2011, p. 298) não se dedique à explicação do que seja uma “oração superordenada”, em seu capítulo sobre a subordinação, a exposição sobre o período composto (sobretudo, a exposição de sua estruturação e de seu

funcionamento) passa necessariamente por um direcionamento teórico acerca da “transposição”.

Com um exemplo bastante elucidativo, Azeredo (2011, p. 298) explica o processo da “transposição” sintática. O autor usa uma oração do período simples – “O cachorro avançou no carteiro” – para mostrar como essa mesma unidade comporta-se no período composto: “Ela teme **que o cachorro avance no carteiro**” (em que a oração superordenada ou principal é a sublinhada, e a oração substantiva é a que está em negrito); “O cachorro **que avançou no carteiro** está solto” (em que a oração superordenada ou principal é a sublinhada, e a oração adjetiva é a que está em negrito); “Eu chegava à janela **quando o cachorro avançou no carteiro**” (em que a oração superordenada ou principal é a sublinhada, e a oração adverbial é a que está em negrito).

Depreende-se dos exemplos utilizados por Azeredo (2011, p. 298) que uma oração superordenada pode ser aquela que recebe uma oração modificada pelo processo da transposição. Pode estar aqui, obviamente, a explicação para a denominação “período complexo”, como chamam muitos teóricos que se dedicam ao estudo do período composto. Pelo processo de “transposição” sintática por meio do qual passam várias orações, pode-se ter um vislumbre mais sistemático do funcionamento da subordinação.

No capítulo “As construções subordinadas substantivas”, da obra *A construção das orações complexas*, Casseb-Galvão (2016, p. 69-121) dedica farto estudo ao processo “encaixamento sintático”, por meio do qual a autora usa termos afins para nomear as orações substantivas (“oração encaixada”, “oração completiva”) e para nomear as orações principais que recebem as orações substantivas (“sentença matriz”, “sentença principal”, “predicado encaixador”).

Vejamos o que diz a autora (2016, p. 69) sobre o “encaixamento sintático” que envolve orações principais:

Em vista dessa noção, neste capítulo, os termos *subordinada*, *encaixada*, *completiva* e suas formas variantes serão usados intercambiavelmente para identificar esse tipo de relação dada por termos complexos. Serão referidas como *sentença matriz* ou *sentença principal* as sentenças que têm seus núcleos, ou predicados, expandidos por esses termos complexos.

Trata-se, portanto, de um estudo que se dedica aos “parâmetros formais da sentença matriz”, nas palavras de Casseb-Galvão (2016, p. 76). Entenda-se por “parâmetros formais” no estudo das orações principais, *grosso modo*, uma linha

investigativa (uma das poucas que vimos até agora) que se debruça sobre as estruturas possíveis de constituição de orações principais. A autora, em linhas gerais, faz um recorte das orações principais em posição pré-oração substantiva para tecer uma descrição funcional e semântica dessas orações.

Na *Nova gramática do português brasileiro*, Castilho (2012, p. 361), em estudo multissistêmico a respeito da “sentença matriz” (nome, portanto, dado à oração principal), diz: “A sentença matriz expressa uma avaliação do conteúdo proposicional da subordinada substantiva, que é (i) asseverado; (ii) posto em dúvida; (iii) considerado como uma ordem”.

É neste estudo que Castilho (2012, p. 361) também dedica farto espaço à descrição estrutural e semântica das orações principais. Trata-se de uma exposição que explora as potencialidades discursivas da oração principal, observando que essa categoria porta conteúdos semânticos indispensáveis à descrição coerente do período composto por subordinação.

Em *A expressão do tempo em português*, Ilari (2001, p. 70) ressalta a importância do conteúdo sintático-semântico dos verbos de orações principais como um fator de preponderância na escolha dos verbos das orações substantivas: “É sabido que as orações substantivas têm verbo no indicativo ou no subjuntivo dependendo de características lexicais do verbo da oração regente”.

Ilari (2001, p. 70) aponta casos elucidativos sobre a dualidade de tempos, como o pretérito e o presente, evidentes, por exemplo, na oração “Pedro disse que a carta chega hoje”. Seu estudo reside, basicamente, na seleção modo-temporal do verbo da “oração regente” (no caso, a oração principal) como um fator de seleção do verbo da oração substantiva subsequente. Neste particular, trata-se de um estudo pioneiro na descrição de orações principais.

Mário Perini (2009, p. 131), no tópico “Limites da oração principal” de sua *Gramática descritiva do português*, assume um posicionamento sobre a segmentação operada entre orações principais e orações substantivas:

Um aspecto da análise que contraria a tradição tem a ver com os limites da oração principal. Eu disse acima que a oração principal de (1) é *titia disse que nós desarrumamos a casa*. Mas tradicionalmente se afirma que a principal é apenas *titia disse* – presumivelmente porque o resto do período, *que nós desarrumamos a casa*, teria de ser reservado para ser a subordinada.

Esta inconveniência descritiva reclamada por Perini (2009, p. 131) torna-se relevante, na medida em que um segmento de análise, chamado oração principal pela ótica da tradição, não recebe um tratamento sintático (esquece-se da importância do objeto direto oracional como termo necessário à estruturação da dita oração principal) e um tratamento semântico (a oração principal só faz sentido quando tem presa a si a oração substantiva).

Embora a reivindicação de Perini (2009, p. 131) seja pertinente ao tratamento minucioso que deveria ser dado às orações principais, optamos, neste trabalho, por continuar segmentando as orações principais à moda da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Por ora, apresentamos a Tabela 4, que sistematiza o olhar das descrições mais recentes a respeito das orações principais, em obras cujo conteúdo é substanciado e sedimentado por investigações também recentes no recorte sincrônico.

Tabela 4 – Abordagens descritivas recentes

AUTORES/OBRAS	CONCEITOS
Azeredo (2011, p. 298) / <i>Gramática Houaiss da língua portuguesa</i>	“Uma ‘oração subordinada’ é, portanto, um sintagma derivado, capaz de ocupar a posição de um substantivo, de um adjetivo ou de um advérbio em outra oração que chamamos oração superordenada ou principal”.
Casseb-Galvão (2016, p. 69) / “As construções subordinadas substantivas”	“Serão referidas como <i>sentença matriz</i> ou <i>sentença principal</i> as sentenças que têm seus núcleos, ou predicados, expandidos por esses termos complexos”.
Castilho (2012, p. 361) / <i>Nova gramática do português brasileiro</i>	“A sentença matriz expressa uma avaliação do conteúdo proposicional da subordinada substantiva, que é (i) asseverado; (ii) posto em dúvida; (iii) considerado como uma ordem”.
Ilari (2001, p. 70) / <i>A expressão do</i>	“É sabido que as orações substantivas

<i>tempo em português</i>	têm verbo no indicativo ou no subjuntivo dependendo de características lexicais do verbo da oração regente”.
Perini (2009, p. 131) / <i>Gramática descritiva do português</i>	“Um aspecto da análise que contraria a tradição tem a ver com os limites da oração principal. Eu disse acima que a oração principal de (1) é <i>titia disse que nós desarrumamos a casa</i> . Mas tradicionalmente se afirma que a principal é apenas <i>titia disse</i> – presumivelmente porque o resto do período, <i>que nós desarrumamos a casa</i> , teria de ser reservado para ser a subordinada”.

3.2.2 Ótica discursiva

Das gramáticas mais recentes, cuja descrição incide sobre o português em um recorte sincrônico, selecionamos a *Gramática Houaiss da língua Portuguesa*, de Azeredo (2011), e a *Nova gramática do português brasileiro*, de Castilho (2012), para observar o comportamento das orações principais pela ótica discursiva nessas obras.

Azeredo (2011, p. 91) abre um tópico em sua gramática para abordar o conteúdo sintático-semântico da “modalização”:

A **modalização** diz respeito à expressão das *intenções* e *pontos de vista do enunciador*. É por intermédio da modalização que o enunciador inscreve no enunciado seus julgamentos e opiniões sobre o conteúdo do que diz/escreve, fornecendo ao interlocutor ‘pistas’ ou instruções de reconhecimento do efeito de sentido que pretende produzir.

O autor vale-se de orações do período composto para sugerir o conteúdo da modalização em orações principais usadas nos seguintes exemplos: “É possível que chova no carnaval”; “Garanto que eles foram ao cinema”; “Dizem que ela conhece o segredo do cofre”. Para cada uma das orações principais sublinhadas nos exemplos, Azeredo (2011, p. 91) atribui, respectivamente, os seguintes conteúdos modalizantes: “suposição”, “certeza e empenho ou compromisso” e “declaração com que o enunciador abdica da convicção pessoal”.

Pela mesma ótica, observa Castilho (2012, p. 361) os recursos modalizadores dos quais dispõem as orações principais em posição de pré-encaixe em relação a orações substantivas. Segundo o autor, a partir do conteúdo do verbo ou do adjetivo estruturante da oração principal, é que se pode atentar para os conteúdos semânticos de orações principais, que podem ser: “modalizadores epistêmicos asseverativos”, “modalizadores epistêmicos dubitativos” ou “modalizadores deônticos”.

De acordo com Castilho (2012, p. 361), ocorre o processo semântico da “modalização epistêmica asseverativa” quando há um conteúdo de certeza ancorado em algum item gramatical (verbo/adjetivo) da oração principal. Para ilustrar esse processo, o autor (2012, p. 361) usa o exemplo “Eu sei que os filmes eram muito ruins”, em que o verbo da oração principal sublinhada denota o conteúdo modalizante da certeza.

Sobre o processo semântico da “modalização epistêmica dubitativa”, Castilho (2012, p. 362) afirma que há menos certeza enunciativa notada no verbo ou no adjetivo da oração principal. O autor usa o período composto “Eu acho que esse salário de dez mil cruzeiros fará diferença”, para constatar a materialidade dubitativa evidente no verbo da oração principal que, como já se viu, é também chamada pelo autor de “sentença matriz”, por ter o conteúdo semântico direcionador e ancorador de todo o período.

Em relação à “modalização deôntica”, Castilho (2012, p. 363) usa o exemplo “É obrigatório que toda cirurgia implique em despesas”, para conceituar o caráter deôntico como aquele em que o enunciador vale-se da oração principal sublinhada para veicular um conteúdo semântico de imposição/obligatoriedade.

Embora esteja vinculada a um projeto de tratamento das unidades gramaticais pela ótica da estilística/textualidade, a obra de Garcia (2010), *Comunicação em prosa moderna*, já havia direcionado esforços investigativos para

os usos da oração principal no tópico “Relevância da oração principal: o ponto de vista”. Vejamos o que diz Garcia (2010, p. 63):

Em face do exposto em tópicos precedentes, a respeito da coordenação e da subordinação, pode-se afirmar que, em tese, a oração *principal* encerra quase sempre a ideia *principal*, seja porque constitui o núcleo da comunicação seja porque, simplesmente, desencadeia as demais do período.

Bem se vê que um tratamento sintático-discursivo em torno das orações principais é ensaiado em várias obras, seja da tradição gramatical, seja das pesquisas recentes na área da Linguística. Nosso interesse, portanto, é dar continuidade a este tratamento, na medida em que o consideramos proveitoso, sobretudo, quando circunscrito às atividades de leitura e de produção textual, momentos em que, de fato, são/devem ser acionados os conteúdos gramaticais. A seguir, daremos continuidade a este estudo pela via teórica da gramática do português europeu.

4 ORAÇÃO PRINCIPAL NAS GRAMÁTICAS PORTUGUESAS

Embora o direcionamento deste trabalho enfoque tão somente a descrição da oração principal na gramática pensada e produzida no Brasil, cumpre destacar neste tópico a necessidade de um olhar investigativo a respeito de obras produzidas em Portugal e, por isso, com uma descrição do português europeu, sobre as orações principais.

Neste tópico, será explorada, portanto, a descrição da categoria oração principal em três gramáticas, a saber: *Gramática da língua portuguesa*, produzida por Mira Mateus e outras autoras (2003), *Gramática da língua portuguesa*, escrita por Ingedore Koch e Mário Vilela (2001), e *Gramática do português*, escrita por Eduardo Raposo e outros autores (2013a; 2013b). O fato de essas descrições constarem neste trabalho deve-se, portanto, ao fato de que todas elas adicionam ao conteúdo sintático das descrições noções discursivas em torno dos usos das orações principais.

4.1 *Gramática da língua portuguesa de Mira Mateus e outras autoras*

A *Gramática da língua portuguesa*, escrita por Maria Helena Mira Mateus e por outras autoras portuguesas (2003), teve sua primeira edição em 1983 pela Almedina. É uma das obras contemporâneas de descrição do português europeu, cuja amplitude alcança todos os níveis (fonologia, morfologia, sintaxe e semântica) em uma obra de referência no âmbito da lusofonia.

Conforme apontam as autoras (2003, p. 17), “a variedade da língua contemplada nesta obra é a norma-padrão do português europeu, embora em muitas circunstâncias indiquem-se características de outras variedades”. Não há menção, segundo elas, a respeito do *corpus* utilizado para tal descrição, o que não retira o mérito da obra pelo fato de abarcar um tratamento minucioso das categorias da língua.

A particularidade desse tratamento minucioso (o que é revelado no escopo do texto, que tem mais de mil páginas) parece ser contemplada, na obra, pelo

investimento na interface sintaxe-discurso, em que se verificam os equilíbrios entre o tratamento estrutural da língua e o tratamento pragmático/discursivo incidindo nas categorias da gramática. Em relação à oração principal não é diferente. A abordagem de Inês Duarte (2003, p. 593-651), autora do capítulo “Subordinação completiva”, igualmente lança mão de uma investigação sobre as orações principais tendo em vista a sintaxe e suas implicaturas pragmático-discursivas.

No capítulo das “Subordinadas completivas”, nome dado nesta obra portuguesa às orações substantivas (em paralelo à Nomenclatura Gramatical Brasileira), destaca Inês Duarte (2003, p. 595):

A subordinação completiva é um dos grandes tipos de subordinação, caracterizável pelo fato de a frase subordinada constituir um argumento de um dos núcleos lexicais da frase superior, tendo, por isso, uma distribuição aproximada da das expressões nominais.

Não há menção, nem neste capítulo específico nem ao longo de toda a obra, à designação oração principal. No entanto, assim como há uma possível extensão de significado entre subordinação completiva e oração substantiva, há outros termos afins, a saber: “frase subordinada” como termo sinônimo de oração subordinada e “frase superior” como termo sinônimo de oração principal.

Embora não faça menção direta às orações principais, o texto de Inês Duarte (2003, p. 596) investe no tratamento específico dos núcleos das frases superiores (o que na tradição gramatical brasileira seria o mesmo que palavra responsável pelo encaixe da oração substantiva à oração principal). Segundo a autora (2003, p. 596), os verbos, os adjetivos e os substantivos ocupam uma posição estratégica no interior das “frases superiores”, e isso torna possível o encaixe das chamadas “orações completivas”. Vejamos os exemplos dados pela autora:

- (3) “O João prometeu que telefonava logo à noite”. (em que o termo sublinhado é o verbo da frase superior que recebe o encaixe da oração completiva);
- (4) “Os miúdos são capazes de escalar essa colina”. (em que o termo sublinhado é o adjetivo da frase superior que recebe o encaixe da oração completiva);
- (5) “Os estudantes tiveram a ideia de organizar uma feira de protótipos”. (em que o termo sublinhado é o substantivo da frase superior que recebe o encaixe da oração completiva).

Não é só o núcleo verbal das frases superiores que recebe o foco de Inês Duarte (2003). Para a autora, há um outro fator implicado, por exemplo, na seleção

do modo verbal do verbo suporte das frases superiores/orações principais: esse verbo suporte pode estar, paralelamente ao verbo da oração completiva/oração substantiva, em uma relação de simetria gramatical (implicada por fatores como gramaticalidade, eufonia, prosódia, discursividade).

Inês Duarte (2003, p. 599-605) distingue dois modos específicos de configuração dos verbos das frases superiores e das frases completivas, o “modo indicativo” e o “modo conjuntivo”. Em ambos, a relevância mostra-se nos usos na medida em que os dois verbos, nas duas orações, conectam-se em esquema de paralelismo sintático, no sentido de que o uso de um intervém sobremaneira no uso do outro. Vejam-se os exemplos da autora:

(6) “Acontece que eu não sei a tua morada”. (verbo no modo indicativo na frase superior; verbo no modo indicativo na oração completiva);

(7) “Entristece-a que o filho tenha tido maus resultados no exame”. (verbo no modo indicativo na frase superior; verbo no modo conjuntivo/subjuntivo na oração completiva).

Além dos núcleos verbais das frases superiores, Duarte (2003, p. 600) descreve os “núcleos adjetivais”:

(8) “É evidente que ele te vai convidar para a festa. (adjetivo na frase superior; verbo no modo indicativo na oração completiva).

A autora menciona o conteúdo epistêmico do adjetivo como item preponderante para que haja, potencialmente, a inclusão de fatores discursivos diluídos no interior da frase superior/oração principal, de modo a trazer a participação de dúvida ou de certeza por parte de enunciadores de frases superiores em contextos específicos de usos.

Nesta obra, há ainda um investimento nos fatores de negação contida no interior da frase superior:

(9) “Não digo que ele saiba/sabe muito sobre fractais”. (presença de partícula negativa na frase superior; escolha do verbo no modo indicativo ou no modo conjuntivo na oração completiva);

(10) “Penso que ele ainda esteja na faculdade a esta hora”. (ausência de partícula negativa na frase superior; escolha do verbo no modo conjuntivo na oração completiva).

Por tratar de modo estrutural e de modo discursivo a constituição das frases superiores, a descrição de Duarte (2003) evidencia a oportunidade de dialogar, de

forma consistente, fatores relacionados às construções do português aos fatores relacionados à cultura lusófona. Nesse particular, a descrição das orações principais na *Gramática da língua portuguesa* pode ser entendida com uma oportunidade para compreender o estreitamento dos usos desse tipo de oração na sua comparação com as orações substantivas, sobretudo, no que diz respeito à constituição dos seus núcleos.

4.2 *Gramática da língua portuguesa* de Ingedore Koch e Mário Vilela

A *Gramática da língua portuguesa*, publicada em Portugal por Ingedore Koch e Mário Vilela (2001), traz uma relevante contribuição aos estudos linguísticos e discursivos do português. Trata-se de uma obra que, em linhas gerais, busca avaliar três unidades em seu projeto descritivo, são elas: o léxico (pela descrição do que se entende por palavra), a frase (pela descrição do que se entende por sintaxe) e o texto (pela descrição do que se entende por discurso). É uma obra que investe nesses três planos.

No subcapítulo “Subordinação”, Koch e Vilela (2001, p. 390) fazem a seguinte distinção entre as orações:

Nos casos da combinação subordinativa (hipotaxe) existem, entre as frases parciais de uma frase composta, relações sintáticas de dependência. Todas as frases dependentes são chamadas frases subordinadas e a frase dominante, superior às subordinadas, é a subordinante.

Neste capítulo da *Gramática da língua portuguesa*, também não há menção ao “rótulo” oração principal. No entanto, ao falar da relação sintática entre as orações no período composto por subordinação, os autores fazem uma relevante distinção entre oração “subordinada” e oração “subordinante”. Ao que tudo indica, orações subordinadas seriam aquelas comparáveis à tradição gramatical brasileira (substantivas, adjetivas e adverbiais), e orações “subordinantes” contrairiam os papéis estruturais de orações principais.

Neste modelo descritivo, não há menção aos papéis discursivos da oração principal. Os autores investem tão somente em uma descrição estrutural das chamadas orações subordinantes, o que equivale dizer que o modelo em que se

ancoram para tanto está na contribuição da gramática de valências, cujo direcionamento analítico reside, basicamente, no fato de que existem elementos nucleares e, a partir deles, surgiriam argumentos (noção tratada na gramática tradicional como complementos do verbo, por exemplo).

As orações subordinantes/principais, segundo esta ótica da gramática de valências, selecionariam argumentos (complementos) à sua direita (posição prototípica) dentro do período, a partir de alguns direcionamentos, a saber: a) a depender do verbo que seleciona um argumento específico; b) a depender do conector (a conjunção integrante, neste caso) que encabeça a oração subordinada; c) a depender do grau de comprometimento do enunciador ao selecionar um argumento específico.

A respeito desse grau de comprometimento do enunciador ao usar determinadas construções argumentais na oração subordinante, ressaltam os autores (2001, p. 393) nos seguintes exemplos:

(11) “É bom que você tenha vindo”. (“a subordinante representa a avaliação de um estado de coisas que é apresentado na frase sujeito”);

(12) “É certo que as coisas se vão resolver”. (“a subordinante exprime uma tomada de posição de natureza diferente”).

Diante desse enfoque mais voltado à constituição dos itens argumentais, a abordagem de Koch e Vilela (2001) privilegia a organização sintática da chamada “subordinação”, de modo a explorar com menor teor o conteúdo discursivo implicado na seleção argumental dos verbos suportes das orações subordinantes/principais.

4.3 *Gramática do português de Eduardo Raposo e outros autores*

Como apontam Eduardo Raposo e os demais organizadores (2013a, p. 25) na introdução aos dois volumes:

A *Gramática do Português* descreve, de modo tão exaustivo quanto possível, a língua portuguesa na sua variedade europeia contemporânea. É inovadora em muitos aspetos, destacando-se o facto de serem considerados todos os níveis de análise linguística: fonético e fonológico (o estudo dos sons); morfológico (o estudo da forma das palavras e da sua estrutura interna); lexical (o estudo da organização das palavras no léxico); sintático (o estudo da maneira como as palavras se combinam para formar

orações e frases); semântico (o estudo do tipo de significado que os vários elementos linguísticos apresentam).

Trata-se, em linhas gerais, de uma obra produzida recentemente com o intuito de mapear as variedades do português europeu contemporâneo, o que não exclui, por exemplo, os pontos de diálogo que os autores estabeleceram com pesquisadores de outros países, inclusive pesquisadores brasileiros, cuja contribuição torna-se significativa para a comparação entre o português europeu e o português brasileiro.

A *Gramática do português* investe, como em Mira Mateus (2003), na descrição e no uso da terminologia “orações completivas”, retomando a tradição e a contribuição da *Gramática da língua portuguesa*, feita também em coautoria. Seguindo o mesmo percurso descritivo, a obra de Raposo (2013b) faz novamente menção à teoria argumental, no sentido mais comum do termo, que é a exploração da capacidade que os núcleos predicadores têm de expandir-se tanto à esquerda como à direita dos verbos (basta revisar as categorias de sujeito e de complementos para compreender os pressupostos desta teoria).

Nesta obra em particular, há mais espaço à descrição das orações completivas (orações substantivas) do que à descrição das orações predicadoras (outra terminologia que o texto sugere para as orações principais). Dessa forma, são dedicadas às orações ditas completivas mais páginas, e, em contrapartida, dedica-se menos espaço à abordagem sintático-discursiva das orações predicadoras.

No entanto, uma consideração é feita, por meio de uma nota de rodapé, na *Gramática do português* (2013b, p. 1821-1822):

O predicador (verbal, adjetival ou nominal) que seleciona uma oração subordinada encontra-se na oração que a subordina imediatamente, tecnicamente a oração subordinante. Em praticamente todos os exemplos que apresentamos neste capítulo, no entanto, a oração subordinante é a oração mais abrangente da estrutura frásica, ou seja, é também a oração principal. Daí que, neste capítulo (e também no capítulo seguinte, sobre a subordinação infinitiva), se use quer o ‘oração subordinante’ quer o termo ‘oração principal’ para designar a oração que contém o predicador que seleciona uma oração subordinada.

Embora sejam mencionados no texto os níveis de implicatura entre os usos dos verbos, adjetivos e substantivos como itens seletores de orações substantivas, não se exploram de modo particular neste capítulo da *Gramática do português* os diversos valores semânticos (epistemicidade e deonticidade, por exemplo) no trato mais direto com as orações principais. O objetivo teórico parece focar globalmente o

fator de encaixe entre os predicadores/orações principais e as orações completivas/orações substantivas.

No entanto, está em outro capítulo de Raposo (2013^a, p. 623) a noção de “modalidade”, definida como “a forma de exprimir, por meios linguísticos, atitudes e opiniões dos falantes ou das entidades referidas pelo sujeito sobre o conteúdo proposicional dos enunciados que produzem”. Os autores apresentam os variados meios linguísticos por meio dos quais a modalidade se apresenta, sendo um deles a veiculação do comprometimento por via dos predicadores/orações principais:

(13) “Eu tenho a certeza de que Deus existe”. (a modalidade epistêmica confere grau de certeza ao uso da oração principal);

Neste tópico, o que se evidenciou foi o fato de que as orações principais descritas em obras de referência do português europeu parecem receber um tratamento não só estrutural como também discursivo. Embora as obras consultadas estejam circunscritas às primeiras décadas do século XXI, percebe-se que, em todas, o componente discursivo é acrescentado na abordagem das orações em revista.

O que se evidenciou, ainda, neste breve levantamento conceitual nas gramáticas do português europeu, é o fato de a maioria delas fazer menção, ainda que em momentos restritos, à designação oração principal, de modo a retomar os pressupostos e as abordagens das gramáticas brasileiras. Esse levantamento teórico aponta, portanto, a ampla difusão e reconhecimento que as gramáticas brasileiras assumem no cenário da descrição do período composto por subordinação.

Mesmo que esse reconhecimento aproxime os quadros teóricos no tratamento das orações principais, vale reconhecer que só recentemente as correntes linguísticas (as que lidam com correntes do discurso, sobretudo) no Brasil têm demonstrado maior interesse pela interface sintaxe-discurso, de modo a trazer um aspecto de cunho pragmático para a descrição das orações do período composto. Talvez esse enviesamento teórico tenha surgido por conta dos diálogos operados atualmente entre o português europeu e o português brasileiro, dadas as suas especificidades.

Tabela 5 – Abordagens do português europeu

AUTORES/OBRAS	CONCEITOS
Mira Mateus <i>et. al.</i> (2003, p. 595) / <i>Gramática da língua portuguesa</i>	“A subordinação completiva é um dos grandes tipos de subordinação, caracterizável pelo fato de a frase subordinada constituir um argumento de um dos núcleos lexicais da frase superior, tendo, por isso, uma distribuição aproximada da das expressões nominais”.
Koch & Vilela (2001, p. 390) / <i>Gramática da língua portuguesa</i>	“Nos casos da combinação subordinativa (hipotaxe) existem, entre as frases parciais de uma frase composta, relações sintáticas de dependência. Todas as frases dependentes são chamadas frases subordinadas e a frase dominante, superior às subordinadas, é a subordinante”.
Raposo <i>et. al.</i> (2013b, p. 1821-1822) / <i>Gramática do português</i>	“O predicador (verbal, adjetival ou nominal) que seleciona uma oração subordinada encontra-se na oração que a subordina imediatamente, tecnicamente a oração subordinante. Em praticamente todos os exemplos que apresentamos neste capítulo, no entanto, a oração subordinante é a oração mais abrangente da estrutura frásica, ou seja, é também a oração principal. Daí que, neste capítulo (e também no capítulo seguinte, sobre a subordinação infinitiva), se use quer o ‘oração subordinante’ quer o termo ‘oração principal’ para designar a oração

	que contém o predicador que seleciona uma oração subordinada”.
--	--

5 ORAÇÃO PRINCIPAL NOS LIVROS DIDÁTICOS

Assim como existem problemas de conceituação em gramáticas e em compêndios de referência na tradição descritiva do português a respeito da constituição sintático-funcional das orações principais, existem inconsistências pedagógicas no trato desse tópico da língua em materiais didáticos.

Veja-se o que diz Neves (2017, p. 123-124):

Tenho acompanhado seguidamente a questão, e neste texto volto a uma análise empírica, agora balizada pelo exame de livros didáticos em uso na segunda faixa do atual ensino fundamental. O estudo situa-se no processo escolar de estudo da língua materna, buscando verificar, muito especificamente, nessas obras destinadas ao uso direto pelos alunos, o modo de conceituação das classes gramaticais, dentro do quadro de entidades tradicionalmente reconhecidas na gramática do português.

Embora Neves (2017, p. 123-124) aborde os problemas de conceituação de categorias gramaticais em seu estudo, eles são discutidos à luz dos conteúdos gramaticais analisados no nível do ensino fundamental. Diferentemente dessa proposta, a análise do tratamento das orações principais é operada, neste capítulo, por via da investigação em materiais didáticos voltados ao ensino médio.

A seguir, sugere-se uma discussão relacionada aos seguintes aspectos: os materiais didáticos parecem não contemplar um diálogo entre o que se opera no período simples e a sua respectiva repercussão no período composto; os domínios da coordenação e da subordinação parecem ser trabalhados em descompasso, na medida em que a decomposição de períodos ainda é uma prática recorrente nas aulas de língua portuguesa; conseqüentemente, o tratamento das orações principais fica aquém das expectativas da análise do período composto, uma vez que se dedicam maiores esforços na descrição de orações substantivas, adjetivas e adverbiais.

Além dessas críticas pontuais, o capítulo busca fundamentar a insuficiência de abordagem das orações principais na análise de dois livros didáticos destinados à última série do ensino médio, fase escolar em que os alunos são imersos no território específico de estudo do período composto. Analisam-se, ainda, algumas propostas de exercícios voltados ao reconhecimento das orações principais, especificamente antepostas às orações substantivas, que são o objeto de nossa

investigação. Em linhas gerais, o capítulo torna-se, portanto, mais uma tentativa de observar que um estudo improdutivo com as orações principais no ensino básico ratifica a noção de que há uma herança das abordagens linguísticas tradicionais que repercute na escola.

5.1 Problemas de delimitação e de conceituação

Sobre a abordagem desse temática revisitada, pontua Duarte (2014, p. 206): “é lamentável que muitas gramáticas pedagógicas mais recentes só tratem desses dois mecanismos de organização sintática – a coordenação e a subordinação – no âmbito do período composto”. A reclamação da autora parece configurar uma problemática que está na ordem do dia.

De fato, parece não haver um reconhecimento das noções de coordenação e de subordinação no período simples. Em relação à subordinação, que configura, de modo geral, o interesse mais amplo deste trabalho, as designações *oração principal* e *orações subordinadas* estão destacadas prototipicamente nas seções dedicadas, em livros didáticos, ao período composto por subordinação.

A crítica de Duarte (2014) reside, portanto, no fato de que o trabalho em “seção” parece anular a validade desses estatutos que podem ocorrer simultaneamente em períodos, cuja concomitância revela nitidamente um conhecimento linguístico-discursivo por meio do qual o utente da língua lança mão em contextos de fala ou de escrita variados. A abordagem da coordenação e da subordinação perde, nos materiais didáticos, a possibilidade de se operar com estruturas complexas da língua em uso.

Assim sugere Duarte (2014, p. 207):

Em resumo, quando falamos/escrevemos utilizamos dois processos fundamentais de organização sintática: a coordenação e a subordinação. No primeiro caso, colocamos lado a lado estruturas (simples ou oracionais) independentes uma da outra sintaticamente: uma não é constituinte da outra; no segundo, subordinamos termos (simples ou oracionais), isto é, construímos estruturas em que um termo se subordina a outro, isto é, funciona como constituinte do outro.

Além de toda essa negligência, revista e reivindicada por Duarte (2014), a autora reporta-se, neste momento, a um outro problema observado na descrição desses estatutos em materiais didáticos, a saber: as definições e os exemplos parecem não coadunar uma linha coerente no tratamento do período composto.

Por vezes, a definição das categorias do período composto não dá conta de uma realidade específica de uso observada nos próprios exemplos utilizados como *corpora*, uma vez que estes desabonam a conceituação, por meio de suas possibilidades de usos que apresentam flutuação das potencialidades sintático-semânticas distintas daquelas que são preconizadas no material didático.

A seguir, investe-se na análise mais detida no processo de descrição das orações principais em dois livros didáticos. Vale ressaltar que o objetivo do capítulo, mais uma vez, insere-se na proposta mais ampla do trabalho que é dar visibilidade à estrutura da oração principal que geralmente precede as orações substantivas, o que equivale dizer que orações principais que precedem orações adjetivas e adverbiais não são contempladas nem aqui nem no escopo geral da pesquisa.

5.2 Dois livros didáticos

Para examinar especificamente a conceituação e a exemplificação das orações principais no eixo do período composto, mais detidamente no encadeamento dessas orações ditas principais com as orações substantivas, são postos em análise dois livros didáticos, a saber: *Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*, de Cereja e outros autores (2016), e *Português: contexto, interlocução e sentido*, de Abaurre e outros autores (2016), ambos destinados ao trabalho com a terceira série do ensino médio.

No livro didático *Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*, de Cereja e outros autores (2016), a descrição do período composto fica reservada a um apêndice no fim da obra, cuja designação é “Análise sintática do período composto”. Sobre a justificativa para a existência do capítulo, pontua Cereja (2016, p. 330):

A análise da função que as orações podem exercer nos períodos, também conhecida como análise sintática do período composto, já teve, no passado, bastante relevância nos estudos de gramática na escola.

Nos dias de hoje, quando os estudos de língua se voltam mais para as funções sociais do texto e a adaptação da linguagem a situações de comunicação diversas – isto é, o uso da língua para produzir e ler textos dos mais variados gêneros de forma adequada e coerente – a análise das orações perdeu prestígio. Alguns de seus conceitos básicos, entretanto, podem auxiliar no estudo de certos tópicos importantes da gramática prescritiva e da norma-padrão, como a pontuação.

Embora façam menção à designação período composto, os autores (2016) não conceituam esse tópico da dita “gramática prescritiva”. Há a conceituação das orações subordinadas: “são aquelas que mantêm uma dependência sintática em relação à oração principal, ou seja, desempenham uma função sintática em relação a outra” (CEREJA, 2016, p. 331). A oração principal também é mencionada no dito apêndice gramatical, mas, igualmente, não é conceituada.

O manual, neste sentido, parece pressupor que o leitor já tem pleno domínio da designação oração principal, uma vez que faz menção à existência desse tipo de oração no período composto por subordinação, por exemplo, no item “orações substantivas”. Veja-se como, mais uma vez, é negligenciada a conceituação das principais, quando o autor define as orações substantivas:

São aquelas que têm valor de substantivo e exercem em relação à oração principal uma das funções próprias do substantivo, que pode ser de sujeito, de objeto direto, de objeto indireto, de complemento nominal, de predicativo do sujeito e de aposto. Introduzidas pelas conjunções integrantes que e se. (CEREJA, 2016, p. 331).

Por meio de exemplos descontextualizados, Cereja (2016, p. 331) ocupa-se tão somente de classificar e de separar as orações principais das orações substantivas, por meio de um espaço em branco. Segue um exemplo do autor (2016, p. 331):

(14) “É bom que você chegue mais cedo amanhã”.

or. principal or. subord. subst. subjetiva

Além de os exemplos serem criados pelo autor (2016), eles só priorizam o aspecto classificatório, uma vez que os segmentos separados não oferecem ao suposto consulente (alunos do ensino médio, vale lembrar) as razões que o levaram a classificar segmentos oracionais com as denominações “oração principal” e “oração subordinada substantiva subjetiva”. O leitor não tem, portanto, acesso a uma conceituação de oração principal.

O livro didático *Português: contexto, interlocução e sentido*, de Abaurre e outros autores (2016) divide-se em três seções – Literatura, Gramática e Produção

de texto. Os conteúdos referentes à exploração das orações principais estão localizados, na obra, na seção de Gramática, mais especificamente, em três capítulos.

Abaurre (2016, p. 181) define o período composto por subordinação e as respectivas orações que dele participam; a oração principal, no entanto, não é conceituada. Diferentemente do livro de Cereja (2016), a autora (2016, p. 181) investe em muitos exemplos que ajudam a ancorar a compreensão das estruturas oracionais do período composto junto aos respectivos usos das orações.

A oração principal é diversas vezes mencionada ao longo de três capítulos sobre o período composto por subordinação, mas em nenhum deles recebe um enfoque direcionado para as suas questões conceituais, assim como não recebe um enfoque a respeito de sua constituição interna. A oração principal é vista como mero coadjuvante no processo de subordinação de períodos:

Período composto por subordinação é aquele constituído por uma oração principal à qual se subordinam as demais orações, que atuam, sintaticamente, como termos da oração principal (sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, predicativo, aposto, agente da passiva, adjunto adnominal e adjunto adverbial). (ABAURRE, 2016, p. 181).

Embora não haja uma conceituação de oração principal na obra de Abaurre (2016), a autora lança mão de análises específicas da estrutura interna das principais. Por meio de exemplos e de recursos visuais, muitos registros são usados para ilustrar o encadeamento entre as orações principais e as orações substantivas.

No exemplo abaixo, Abaurre (2016, p. 195) investe em uma análise morfossintática dos constituintes das orações do período composto:

(15) “Não, acho que ele tá rindo!”

Por meio de quadros distribuídos ao longo do capítulo, são efetuadas análises sintáticas do período. No caso deste exemplo específico, a autora considera os itens sintáticos na seguinte análise: “o verbo da primeira oração (acho) é transitivo direto e não tem, nessa mesma oração, um objeto direto que complete o seu sentido”. Veja-se que a consideração da estrutura predicadora do verbo parece remeter à análise do período simples (aliás, sempre trazido à tona nas análises do período composto) e, por conseguinte, a oração substantiva, responsável pelo preenchimento sintático do verbo da principal, comporta-se como um complemento, sendo neste caso um complemento oracional.

Além das análises sugeridas em caixas autoexplicativas, os recursos visuais (setas, cores distintas, legendas) são, com frequência, usados no texto expositivo deste livro didático. A segmentação entre orações principais e orações substantivas é empreendida por via desses recursos visuais, o que torna a leitura igualmente autoexplicativa. Talvez o leitor não saiba definir uma oração principal após a leitura atenta do texto, mas indubitavelmente ele é levado a refletir sobre a sua estrutura morfossintática ao longo da exposição e dos comentários dos exemplos.

A seleção de exemplos para a segmentação das orações principais mostra uma preocupação constante das autoras (2016) em fornecer, para a apreensão e o reconhecimento do período composto, gêneros textuais variados (tirinhas, artigos de opinião). Embora esses textos sejam oferecidos ao leitor, eles não encaminham, na obra, a noção de que o texto é pretexto para o ensino de gramática. Por essa ótica, vê-se que o livro didático de Abaurre (2016) oferece ao leitor um panorama acerca do ensino de gramática e sua consequente reflexão sobre os usos da língua. A seguir, exploram-se as atividades destinadas ao reconhecimento de orações principais e substantivas neste livro.

5.3 Sugestão de atividades em livros didáticos

Como o livro didático de Cereja (2016) não oferece práticas pedagógicas – exercícios e outras atividades – a respeito do funcionamento sintático das orações principais, pontuam-se a seguir algumas observações acerca de atividades sugeridas no livro didático *Português: contexto, interlocução e sentido*, de Abaurre (2016).

Após apresentar os conceitos e os respectivos exemplos das orações substantivas, sem a conceituação de oração principal, Abaurre (2016) propõe seis exercícios para a aplicação do que se estudou na unidade período composto, de modo a evidenciar uma aplicação pedagógica em torno dessas orações em estudo. São, de modo geral, exercícios de interpretação, de decomposição e de classificação de orações.

Sobre os exercícios de interpretação, pode-se dizer que eles são um investimento na compreensão dos enunciados do cartum, da tirinha e do artigo de

opinião, todos usados como item motivador das perguntas mais globais, isto é, perguntas voltadas para o que se pode chamar de interpretação textual. Nenhuma dessas perguntas, portanto, vale-se da oração principal como item motivador de algum fator de interpretação.

Os exercícios de decomposição e de classificação de orações têm basicamente o seguinte comando (2016, p. 202): “essa fala tem uma estrutura subordinada. No caderno, transcreva as orações que a compõem e classifique-as”. Espera-se, desse modo, que o aluno classifique as orações mencionadas no comando da questão como principal e substantiva. Nesse sentido, os exercícios de classificação parecem exigir, no livro didático em questão, apenas a memorização das estruturas que sequenciam, de modo que questões como o posicionamento de ambas as orações e a seleção das unidades que as compõem sejam negligenciadas.

No entanto, há um exercício, no livro em questão, que busca enfatizar o uso das orações principais como fator de reiteração e de construção de posicionamento de enunciador. Este exercício localiza-se na última página do capítulo destinado à análise das orações substantivas e é elaborado em torno de um artigo de opinião, intitulado “O grito” e escrito por Martha Medeiros.

Transcreve-se abaixo um trecho deste artigo de opinião que motivou a produção do exercício, o único portanto, em que o uso de orações principais antepostas a orações substantivas parece ter um alcance no domínio sintático-semântico:

O grito
Não sei o que está acontecendo comigo, diz o paciente para o psiquiatra.
Ela sabe.
Não sei se gosto mesmo da minha namorada, diz um amigo para o outro.
Ele sabe.
Não sei se quero continuar com a vida que tenho, pensamos em silêncio.
Sabemos, sim. (MEDEIROS *apud* ABAURRE, 2016, p. 202).

O exercício que avalia essa potencialidade sintático-semântico das orações principais diz: “para tratar desse assunto, a autora utiliza uma estrutura sintática recorrente. Transcreva no caderno os períodos em que ocorre essa estrutura”. Obviamente, a questão pede que o aluno apresente as orações em estrutura de paralelismo sintático iniciadas por “não sei”, que é uma oração principal recorrente, reiterada nos períodos do texto de Martha Medeiros.

Evidencia-se, em um exercício desta natureza, que as orações principais podem ter uma função discursiva, a saber: elas podem ser a âncora discursiva para o que se quer veicular em termos de opinião. O texto opinativo de Martha Medeiros construiu-se motivado pelas estruturas reincidentes de oração principal. Sem essas orações, não seria possível projetar a estrutura argumentativo-opinativa que constitui a arquitetura de todo o texto.

Da análise específica dos exercícios do livro de Abaurre (2016), constata-se o seguinte equívoco: não há um diálogo explícito entre a parte teórica da obra e a sua respectiva sugestão prática, na medida em que as orações principais não são sequer conceituadas, não têm sua potencialidade discursiva explorada ao longo da exposição, mas, contraditoriamente, são exigidas (por meio de reconhecimento, classificação e atribuição de valor semântico) ao longo da elaboração dos exercícios.

Embora a análise dos dois livros didáticos tenha ratificado a noção de que a estrutura e o funcionamento da oração principal são negligenciados, há que se destacar um aspecto conveniente a este trabalho: talvez a estrutura e o funcionamento da oração principal sejam menos relevantes quando a principal antecede uma oração substantiva; talvez a oração principal que tenha posição de destaque, ou seja, que se antepõe a uma oração adjetiva ou a uma oração adverbial, mereça mais destaque quanto ao seu conteúdo semântico nas gramáticas escolares.

No mesmo livro didático de Abaurre (2016, p. 211), quando se expõem os conteúdos sintático-semânticos das ditas orações adverbiais, a autora lança mão do seguinte exemplo:

(16) “O Papa ficou tão furioso com o cacarejo das galinhas que mandou desativar o galinheiro.”

De acordo com a autora (2016, p. 211), a oração sublinhada deve classificar-se como oração principal e, conseqüentemente, a oração restante, como oração adverbial consecutiva. É a explicação não para por aí. Ainda segundo a autora, a oração sublinhada apresenta o intensificador semântico “tão”, o que cria no período uma tensão discursiva em que o conteúdo semântico que decorre daí deve ser interpretado como conteúdo consecutivo. O exemplo mostra como um item posicionado no interior da oração principal intervém, sobremaneira, para que haja uma reinterpretação da oração subordinada adverbial.

Este descompasso de análise – só as orações principais que estão diante das orações adverbiais merecem tratamento discursivo – parece se reproduzir nos materiais didáticos adotados no ensino médio. Essa incongruência teórica tem, portanto, consequências decisivas para o ensino de língua portuguesa, mais especificamente em torno do período composto por subordinação.

A falta de conceituação e de materiais linguísticos que deem conta de uma abordagem mais discursiva das orações principais antepostas a orações substantivas deve redirecionar o olhar investigativo dos professores de língua portuguesa e de outros profissionais da linguagem, no sentido de que pode implicar a reprodução de práticas pedagógicas cujos efeitos são majoritariamente a mera reprodução de exercícios de decomposição e de classificação de períodos.

Vê-se, por intermédio da análise das duas obras didáticas voltadas para o ensino médio, que a incoerência metodológica na descrição pode acarretar um trabalho improdutivo com categorias da gramática. Dessa forma, revisitar o texto didático pode significar, por parte do analista da língua, um retorno acerca do que se tem feito em nível de pesquisa linguística no Brasil, de modo que os materiais didáticos parecem, ainda, conservar moldes descritivos que não investem, portanto, em questões como pragmática, discurso e expressividade no uso de certas categorias gramaticais.

O exame das orações principais que antecedem orações substantivas demonstrou que há um descompasso significativo em relação ao tratamento das principais no eixo do que se tem chamado análise do período composto. De modo geral, pode-se dizer que não é só nas obras de referência que ainda figuram inconsistências de abordagem gramatical, mas também pode-se notá-las em obras destinadas à escola básica. A Tabela 6, a seguir, sintetiza essa inconsistência nas obras estudadas:

Tabela 6 – Abordagens dos livros didáticos

AUTORES/OBRAS	CONCEITOS
Cereja (2016, p. 331) / <i>Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso</i>	Sobre a oração substantiva: “São aquelas que têm valor de substantivo e exercem em relação à oração principal uma das funções próprias do

	substantivo, que pode ser de sujeito, de objeto direto, de objeto indireto, de complemento nominal, de predicativo do sujeito e de aposto. Introduzidas pelas conjunções integrantes que e se.”
<i>Abaurre (2016, p. 181) / Português: contexto, interlocução e sentido</i>	Sobre o período composto por subordinação: “Período composto por subordinação é aquele constituído por uma oração principal à qual se subordinam as demais orações, que atuam, sintaticamente, como termos da oração principal (sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, predicativo, aposto, agente da passiva, adjunto adnominal e adjunto adverbial).”

6 ORAÇÃO PRINCIPAL E CONJUNÇÃO INTEGRANTE

Uma investigação que leve em conta o papel das orações principais imersas em um território em que a oração substantiva assume extrema relevância não pode prescindir também do papel que exercem as conjunções integrantes para a combinação de unidades complexas com potencial significativo.

Injustamente, as conjunções integrantes são alojadas e rotuladas na tradição gramatical como unidades responsáveis apenas pelo encadeamento sintático de orações principais e de orações substantivas. Conforme aponta Ataliba (2012, p. 356-357),

a conjunção integrante *que* deriva do latim vulgar *quid*. Nessa variedade, várias conjunções ligavam as substantivas às matrizes (*quod, quid, quia, quomodo*), mas foi *quid* a que sobreviveu (Maurer Jr., 1959: 167 – 168, 217). As seguintes sintaxes eram possíveis: *dixit quod/quid/quia/quomodo* + verbo, em que o português arcaico encontra suas raízes: *disse que (<quid)/ca (<quia)/como (<quomodo)* + verbo. A conjunção integrante e a conjunção condicional *se* derivam de um mesmo étimo latino, *sí*.

Com o aprimoramento dos estudos em torno da teoria de gramaticalização de conectores no século XX, as conjunções integrantes passaram a receber tratamentos variados acerca do seu conteúdo meramente estrutural e acerca de sua capacidade de contribuir com possíveis valores semânticos na construção do período composto por subordinação.

Neste capítulo, resgata-se o conceito de gramaticalização para a observação mais atenta dos possíveis papéis discursivos das conjunções integrantes na construção de períodos. Um olhar mais atento em torno desses papéis discursivos das integrantes tem contribuído para uma visão ambivalente de seu papel na sequenciação e na segmentação das principais. Estudos mais recentes têm demonstrado que podem existir elementos no seio das principais que permitem a seleção de determinada conjunção integrante e vice-versa.

Além de resgatar a discussão sobre os papéis da conjunção integrante, o capítulo sugere a existência de estruturas cristalizadas no português, cuja amplitude ultrapassa os domínios da segmentação sintática, de modo a trazer valores semânticos variados, como a modalização (ver capítulo 7). Estudos recentes também têm demonstrado que determinadas construções – “acho que”, “creio que” –

sofreram um processo complexo de gramaticalização e portam mais conteúdos pragmáticos quando são enunciadas em determinadas condições de uso da língua.

Ainda neste capítulo, busca-se compreender como alguns itens localizados na órbita da oração principal são decisivos para determinadas escolhas sintáticas e discursivas. Defende-se, aqui, a noção de que as orações principais veiculam materiais linguísticos cuja constituição implica acarretamentos discursivos para o encadeamento de todo o período.

6.1 Gramaticalização de conjunções integrantes

A concepção mais global que se pode fazer sobre o processo de gramaticalização está em Casseb-Galvão (2007, p. 15):

Dentre os vários processos de mudança linguística, a gramaticalização é considerada um dos mais comuns que se tem observado nas línguas em geral. A constante renovação do sistema linguístico – percebida, sobretudo, pelo surgimento de novas funções para formas já existentes e de novas formas para funções já existentes – traz à tona a noção de “gramática emergente”, concepção assumida de modo explícito ou não por vários estudiosos da gramaticalização.

Uma das investigações mais comum dos estudos de gramaticalização diz respeito à alteração de estatuto categorial, quando uma categoria da gramática “migra” para outra categoria, de modo a assumir os traços semânticos dessa outra categoria. Os estudos atuais acerca de gramaticalização têm apontado, com frequência, um maior índice de alteração do estatuto categorial de palavras gramaticais, como no caso das conjunções.

Um desses casos, portanto, é o da conjunção integrante “que”. Essa palavra gramatical teve o seu estatuto gramatical historicamente modificado ao se somar, por exemplo, a outras palavras – porque, uma vez que, mesmo que, ainda que etc. – de modo que contribui para que outras nuances semânticas surjam na língua. Alguns estudos, como o de Ataliba (2012), demonstram que a conjunção integrante sofreu, historicamente, processos complexos em torno de sua constituição sintático-semântica.

Na tradição gramatical, a conjunção integrante “que” tem o seu traço sintático de conector acentuado e, diferentemente do que ocorre com outros itens categoriais cuja relevância significativa no processo de conexão é acentuada, o seu traço semântico foi negligenciado ao longo dos estudos linguísticos. Dessa forma, a conjunção integrante, diferentemente das conjunções adverbiais, adquire uma função prototipicamente sintática, a saber: fazer a conexão entre a oração principal e as orações substantivas.

Os estudos recentes sobre gramaticalização têm investido na análise de ressignificação sintática das integrantes. A base para esses estudos parece residir na seguinte consideração de Casseb-Galvão (2007, p. 17):

Com o objetivo de tornar a exposição didática, é suficiente, por ora, entender a gramaticalização como as alterações de propriedades sintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas de uma unidade linguística que promovem a alteração de seu estatuto categorial.

Embora seja reservado à conjunção integrante “que” o papel de conexão entre as orações principais e as orações substantivas, outras conjunções podem igualmente assumir esse papel e, ainda, portar conteúdos semânticos de modo a continuar veiculando os seus traços significativos em estruturas complexas. Os exemplos de (17) a (19) dão conta dessa realidade sintático-semântica:

(17) Não sei quando a UERJ sairá da greve.

(18) Não sei como a UERJ sairá da greve.

(19) Não sei se a UERJ sairá da greve.

Em todos os casos, os conectores – “quando”, “como” e “se” – comportam-se como conjunção integrante, na medida em que conectam o conteúdo estrutural da oração principal ao conteúdo estrutural das orações substantivas. Todos esses conectores, além de encabeçar a estrutura oracional das orações substantivas, portam valores semânticos diferenciados: “quando” assume um valor temporal; “como” assume um valor modal; “se” assume um valor hipotético/dubitativo. Consequentemente, pode-se dizer que conjunções adverbiais assumem traços sintáticos de conjunção integrante em determinadas estruturas da língua, em um processo de gramaticalização que envolve a mudança de estatuto semântico.

Toda essa revitalização dos estudos em torno das conjunções integrantes tem demonstrado que a combinação dos itens no eixo do período composto esteve aquém das expectativas dos estudos pragmático-discursivos, de modo que o

esvaziamento e o conseqüente apagamento das marcas semânticas foram negligenciados em descrições mais tradicionais do português.

Essa revitalização descritiva tem contribuído no sentido de que tem dado pistas significativas em relação aos matizes semânticos da conjunção integrante, no sentido de que sua participação imediata à estrutura da oração principal traz para o resto do período interpretações semânticas variadas. As descrições mais tradicionais do português negligenciaram essa participação das integrantes na constituição dos matizes semânticos das orações principais, uma vez que a segmentação canônica de orações principais e de orações substantivas segregava/segrega as integrantes e estas últimas orações.

6.2 Construção de blocos cristalizados

Sobre a produtividade dos processos de gramaticalização, destaca Dias (2007, p. 92):

Dos muitos fenômenos de gramaticalização de itens, a formação de conjunções tem se mostrado um domínio extremamente fértil, visto que, na história das línguas, essa classe de palavras sempre esteve sujeita à renovação.

Com a conjunção integrante esse processo de “renovação” dá-se frequentemente na língua. Uma breve análise da constituição sintático-semântica nos exemplos abaixo corrobora o fato de que as integrantes, a depender do diálogo estrutural que estabelecem com as orações principais, podem conferir a estas orações conteúdos discursivos distintos. Vejam-se os exemplos:

(20) Sei que a UERJ sairá da crise.

(21) Não sei que a UERJ sairá da crise.

(22) Sei se a UERJ sairá da crise.

(23) Não sei se a UERJ sairá da crise.

A partir dos pares oracionais, pode-se fazer a seguinte constatação: as orações (20) e (23) não parecem causar estranheza fônica aos usuários da língua quanto à sua organização sintático-semântica, no entanto, o mesmo não se pode dizer das orações (21) e (22). Uma análise minuciosa dos constituintes oracionais

fornece-nos pistas valiosas a respeito dos fatores de estranhamento das construções em (21) e (22).

Observando a organização sintática das orações (20) e (21), constata-se que houve o acréscimo de partícula negativa (advérbio de negação) em uma delas, na oração (21). O fato é que essa partícula negativa ocorre justamente nos territórios da oração principal, mais precisamente antes do verbo da oração principal (o verbo saber).

Essa ocorrência de “não” na oração principal de (21) retira o teor de certeza dessa oração – o que se costuma chamar modalização epistêmica asseverativa – e, conseqüentemente, gera um período com conteúdo mais agramatical, no sentido de que causa estranhamento quanto à sua configuração prosódica e enunciativa.

Em (22) e (23), ocorre exatamente o contrário. O uso do verbo “saber” seguido da conjunção integrante “se” em (22) causa estranhamento porque há o embate de duas noções semânticas – o verbo “saber” veicula conteúdo de certeza, e a conjunção integrante “se” veicula conteúdo dubitativo. Talvez, os usuários da língua questionem essa construção pelo fato de ela portar conteúdo paradoxal (a certeza e a dúvida ao mesmo tempo).

A co-ocorrência de partícula negativa na oração principal e a sequenciação da conjunção integrante “se” em (23) conferem à construção global o que se costuma chamar modalização epistêmica dubitativa, o que confere ao enunciado um matiz de incerteza. Em linhas gerais, o produtor de (20) compromete-se mais com o que enuncia, e o produtor de (21) compromete-se menos. Esses graus de comprometimento, por conseguinte, são mediados pela estrutura das orações principais (todo o seu material linguístico evidencia esse processo) e pela sequenciação de determinada conjunção integrante (uma categoria em processo de gramaticalização).

Essa breve análise de casos particulares de usos de orações principais e conjunções integrantes recebe especial atenção em estudos recentes de gramaticalização. Não é só com o verbo “saber”, localizado na oração principal, que a conjunção integrante manifesta matizes significativos variados. Pesquisas recentes² têm mostrado que verbos como “achar” e “parecer” veiculam igualmente

2 Lima-Hernandes (2007, p. 187) aborda a questão da modalização epistêmica em verbos como “achar” e “parecer”.

graus variados de comprometimento do enunciador, a depender de sua configuração sintático-discursiva.

Ainda que seja bastante recente, a sugestão de um estudo que leve em conta a relevância das conjunções integrantes para a interpretação das orações principais redireciona o olhar do analista para uma outra ótica, a saber: considerando a segmentação e a divisão de orações, será que é válido dizer que as conjunções integrantes encabeçam orações substantivas, mas podem formar blocos semânticos com as orações principais?

A sugestão de uma abordagem funcionalista das orações principais, como se verá no próximo capítulo, não desprestigia os fatores sintáticos envolvidos na articulação de orações, mas não deixa de fazer incursões pelo território dos usos. Como se verá, a observação da organização sintático-semântica das principais tem revelado um potencial discursivo para além de fatores como reconhecimento e classificação.

Por ora, pode-se dizer que ainda são iniciais os estudos sobre os valores semânticos das conjunções integrantes, mas eles têm contribuído para que haja uma revisão teórica da categoria, em termos de incidência e de frequência na língua. A gramaticalização é, portanto, um fenômeno envolto à mudança linguística e, neste domínio, o estudo das conjunções integrantes tem sido promissor, de modo a construir um quadro teórico em que não se pode esquecer todo o entorno do período, incluído neste caso o estudo das orações principais.

6.3 Combinação de itens na oração principal

Em artigo intitulado “Construções subjetivas”, Abraçado (2017, p. 167) assim define esse tipo de construção:

As construções subjetivas são constituídas de oração matriz seguida de oração (ou orações) que respondem às mesmas demandas de um sujeito oracional. No entanto, esse sujeito não é revestido dos traços de um sujeito prototípico, pois detém traços negativos de agente, de tópico, de tema, de informatividade dada, de individuação e não pode ser avaliado segundo os critérios de animacidade.

A autora (2017, p. 167) refere-se, neste caso, às orações ditas substantivas subjetivas. Na Nomenclatura Gramatical Brasileira, as orações substantivas são assim classificadas: subjetiva, objetiva direta, objetiva indireta, completiva nominal e predicativa. Essas orações, prototipicamente, ocupam posição posterior às orações principais, denominadas por Abraçado (2017) orações matrizes.

Neste estudo de Abraçado (2017, p. 167), dá-se especial relevância à constituição dos itens da oração matriz e à sua topicalização diante de orações substantivas subjetivas. De acordo com a autora (2017, p. 167), a oração matriz, “além da função predicadora, selecionadora da oração tida como sujeito”, assume a “função modalizadora (epistêmica, deôntica) podendo refletir ainda avaliação (expressa como apreciação, afeto e julgamento)”.

A partir do exemplo (24), Abraçado (2017, p. 170) faz as seguintes sugestões de análise:

(24) “É incrível / que ele tenha vencido”.

“a oração matriz da construção subjetiva é expressa pelo adjetivo qualificativo antecedido ou não do verbo ser”.

Esta posição da oração matriz (“É incrível”) anteposta à oração subjetiva (“que ele tenha vencido” contribui, segundo a autora, para a veiculação das seguintes peculiaridades da oração matriz: a predicação do sujeito oracional; o equilíbrio entre as formas verbais das duas orações; o acúmulo de valores textuais-discursivos nessas orações topicalizadas.

Operando um estudo sistemático em *corpus* do português brasileiro, Abraçado (2017, p. 189) pontua o processo de tensão discursiva criado pela estrutura verbo de ligação seguido de adjetivo posta antes de conjunção integrante. Nesta posição de tópico, segundo a autora (2017, p. 189), a oração matriz/oração principal assume os seguintes traços:

O primeiro ponto é a ordem em que as orações se posicionam. A posição inicial da oração matriz servirá como local de marcação de posicionamento/atitude do falante/escrevente que, cognitivamente, reconhece o espaço de sua expressão e, por isso, textualmente, aponta para o início da sentença, o que desencadeia a inversão do sujeito oracional, numa estrutura VS. Como resultado, a oração subjetiva apresenta-se pesada linguisticamente, e posicionada categoricamente, após a oração matriz (...).

Sobre o deslocamento de itens na estrutura interna e externa à oração principal, observa-se que a tradição gramatical lida apenas com os casos reservados aos exemplos abaixo:

(25) É incrível que ele tenha vencido.

(26) Que ele tenha vencido é incrível.

(27) Incrível é que ele tenha vencido.

Em (25), a oração principal encontra-se em posição prototípica: antecede a oração substantiva e cria com ela uma estrutura de tensão discursiva; Em (26), a oração principal encontra-se posposta à oração subjetiva: na tradição gramatical, esse posicionamento implica a posição prototípica de sujeito-predicado; em (27), houve mobilidade no interior da própria oração principal: na tradição gramatical, ocorre a mudança classificatória (de subjetiva para predicativa). A oração que mais veicula conteúdo tenso/discursivo (avaliação do enunciador) é a (25).

Veja-se que também é possível essa mobilidade interna na oração principal por meio da estrutura pronome-verbo ou verbo-pronome:

(28) Eu acho que a UERJ sairá da crise.

(29) Acho eu que a UERJ sairá da crise.

Os estudos de constituição estrutural e de mobilidade das orações principais no âmbito do período composto têm efetivado a noção de que existem sentidos veiculados a partir do arranjo e da mobilização dos constituintes nas orações principais e nas orações substantivas. As pesquisas de Abraçado (2017) sugerem que existem traços morfossintáticos das orações principais que revelam conteúdos pragmáticos e discursivos imersos na tensão do período composto.

Obviamente, a complexa organização dos itens da oração principal e o seu consequente uso revelam, por parte do enunciador, um monitoramento da linguagem, em que os conteúdos mais argumentativos, sobretudo no texto escrito, são concretamente dispostos com vieses discursivos intencionais.

6.4 Marcação de tipologia opinativo-argumentativa

Abraçado (2017, p. 189) ressalta os aspectos tipológicos das orações matrizes no seguinte excerto:

O segundo ponto importante é a morfossintaxe da oração matriz, estrutura verbal em 3ª pessoa do singular, forma unipessoal, que permite ao falante/escrevente simular o distanciamento do assunto abordado e, certamente, simular o próprio descomprometimento da informação veiculada.

A constituição morfossintática das orações principais que encabeçam orações substantivas tem revelado a marcação de uma sequência tipológica (itens linguísticos) que configura a ordenação de determinados gêneros textuais por meio do modo de organização discursivo argumentativo.

Por se localizar na estruturação do período composto por subordinação – complexo e monitorado por excelência – a oração principal anteposta à oração substantiva pode veicular, por intermédio de sua topicalização, marcas textuais de argumentação, em que o enunciador lança mão de estratégias para persuadir e para convencer o outro.

Decat (2010, p. 234-236) aborda a questão das “estruturas retóricas” dos gêneros textuais. A autora (2010, p. 234-236), em seus estudos de linguagem em uso, relaciona a estrutura linguística de alguns gêneros (a receita, por exemplo) para dizer que há uma estabilidade dessas estruturas e as conseqüentes intenções textuais específicas de determinados gêneros. Nesse sentido, as marcas linguísticas da receita (os verbos de comando estruturados no imperativo) dão prova de que esse material linguístico repete-se em todas as receitas como um protótipo.

As orações principais que precedem as orações substantivas têm, por conseguinte, um potencial discursivo e uma estrutura retórica, na medida em que podem figurar em determinados gêneros discursivos, tais como: artigo de opinião, editorial, carta de leitor. Essa materialidade dos usos da oração principal traz determinadas motivações para o estudo de marcas opinativas nesses gêneros textuais, a saber: o enunciador pode comprometer-se; o enunciador pode proteger a própria face.

A seguir transcreve-se uma carta de leitor, em que as estruturas argumentativas veiculam o conteúdo retórico opinativo da parte do enunciador. Veja-se a relevância discursiva das orações principais:

Acredito que nem a própria VEJA tenha noção do profícuo e imenso trabalho social dessa reportagem digna de prêmios e aplausos. Jamais se saberá quantas vidas vão se poupar em decorrência desse magnífico e profundo atrevimento jornalístico... Dá orgulho e satisfação ser leitor dessa

enciclopédia semanal. Cumprimento a jornalista Natalia Cuminale e a revista VEJA por suas sempre relevantes reportagens – foi demais, e sei que vem mais! [Celso Borges / Uberaba, MG] [Veja, 23/01/2013]

A carta de leitor apresenta duas construções com oração principal – uma que inicia e a outra que encerra o texto. Ambas marcam, em primeira pessoa, a opinião do enunciador, o leitor da Revista Veja. As duas orações principais ratificam o conteúdo da carta, que, em linhas gerais, dirige um elogio à revista.

A primeira oração principal, que está em posição de tópico na carta, porta um verbo de matiz semântico voltado à volição, ou seja, o elogio do leitor parte de uma concepção bastante particular do que seja uma reportagem bem elaborada. Todos os períodos que se seguem após esta construção confirmam a intencionalidade do leitor, que tem a oportunidade de parabenizar a reportagem.

A segunda oração principal, sublinhada no fim do texto, denota na linha discursiva um conteúdo semântico da certeza. Por meio do verbo “saber”, o leitor não só tem certeza do que se sucederá após a publicação da primeira reportagem, como também compromete a Revista Veja, no sentido de que o corpo editorial terá de dar o seu melhor para publicar matérias tão relevantes quanto àquela que se está elogiando.

Sintaticamente, as orações principais encabeçam e encerram o texto, respectivamente. A posição de ambas, no início do período, ratifica a noção de que elas criam uma tensão textual. Por meio do monitoramento sintático, o leitor tem consciência de sua participação no que escreve.

Discursivamente, as orações principais comprometem o leitor no sentido de que ele ora parece comportar-se como um leitor pró-ativo da Revista, ora parece “autorizar” o que se pode ou não veicular nas reportagens da Revista. De modo geral, este leitor configura-se como um filtro do que se deve ou não publicar semanalmente na Veja. Ele parece ser o leitor que fornece o *feedback* diário, aquele que autoriza outras leituras de outros leitores.

Como se pode observar, o tratamento sintático-discursivo das orações principais parte, neste trabalho, de uma perspectiva microtextual – a consideração da oração em si – para uma perspectiva macrotextual – a oração principal contribui significativamente para a marcação das individualidades enunciativas. O seu conteúdo de avaliatividade parece confirmar a sua potencialidade tipológica opinativo-argumentativa.

7 ORAÇÃO PRINCIPAL NA GRAMÁTICA FUNCIONAL

A gramática funcional, que tem como principal representante o linguista britânico M. A. K Halliday, pode ser definida, segundo sugere Neves (1997, p. 15), da seguinte forma:

Por gramática funcional entende-se, em geral, uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Trata-se de uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões do uso.

Dessa forma, as unidades da gramática, citadas por Neves (1997), assumem uma outra configuração, na medida em que constituem o sistema, mas, na verdade, estão sujeitas a “pressões do uso”, o que equivale dizer que morfemas, palavras, sintagmas, orações e períodos, como unidades linguísticas, são descritas pela gramática funcional de modo a privilegiar os usos subjacentes às suas peculiaridades dentro do sistema.

Ainda de acordo com Neves (1997, p. 22), o objetivo dessa proposta funcional é “explicar regularidades dentro das línguas”, levando em consideração o fato de que existem “circunstâncias sob [sic] as quais as pessoas usam a língua”. Vale ressaltar que, como vertente teórico-metodológica, esse tipo de gramática ocupa posição intermediária entre abordagens que visam somente à sistematicidade ou à mera instrumentalidade da língua.

Nesse sentido, duas questões, entre outras, se mostram relevantes, por se colocarem como centrais nos estudos das investigações funcionalistas, conforme aponta Neves (2013, p. 17):

(...) relações entre discurso e gramática (porque o discurso conforma a gramática, mas principalmente porque ele não é encontrável despidido da gramática;
liberdade organizacional do falante, dentro das restrições construcionais (porque o falante processa estruturas regulares, mas é ele que faz as escolhas que levam a resultados de sentido e a efeitos pragmáticos).

Dentro do quadro teórico da gramática funcional, torna-se nítida a noção de que uma descrição coerente dos elementos da língua deve levar em consideração fatores pragmáticos, já que existe uma certa indissociabilidade entre gramática e

pragmática. Esta última corrente teórica surgiu dos estudos mais recentes da Análise do Discurso, no século XX, e, aliada ao Funcionalismo, trouxe contribuições relevantes à concepção funcional de sintaxe.

Na gramática funcional, “a sintaxe é vista”, segundo Neves (1997, p. 24), “como a codificação de dois domínios funcionais distintos: a semântica (proposicional) e a pragmática (discursiva), o que já sugere que a modalização passa a ser observada sob a ótica da discursividade, como se verá no próximo tópico.

É importante notar que ao domínio semântico ou proposicional compete a decomposição e a análise dos itens constantes na hierarquia da estrutura gramatical. Dessa forma, constitui-se tarefa do domínio proposicional encontrar, por exemplo, o tema – sujeito – e o rema – predicado – de uma sentença. Desse modo, essa operação de reconhecimento das unidades do sistema não é abandonada, na medida em que a gramática funcional visa, como já se disse, à exploração da regularidade das unidades dentro desse sistema.

Já ao domínio pragmático ou discursivo compete a investigação acerca da intencionalidade do usuário da língua que tem à sua disposição os recursos necessários à produção do discurso. Por conseguinte, a intencionalidade e a motivação para a produção de certos enunciados constituem o objeto investigativo da pragmática, na medida em que o analista de determinado texto coloca em xeque construções linguísticas para chegar a um plano de análise mais aprofundado acerca das intenções subjacentes ao ato de enunciar.

De modo geral, pode-se dizer que a abordagem sintático-discursiva proposta pela teoria funcional ajuda-nos a compreender o fenômeno da modalização, uma vez que nos proporciona um escopo metodológico mais amplo diante dos estudos sintáticos. Nessa medida, a agenda atual dos estudos funcionalistas reivindica um espaço teórico-metodológico, no qual se tornam indissociáveis abordagens de cunho semântico e pragmático. Como nos afirma Neves (2013, p. 25), “incorporar a pragmática na gramática equivale a admitir determinações discursivas na sintaxe”.

A constituição da oração principal recebe, portanto, um olhar reflexivo da gramática funcional, na medida em que há um enfoque na incidência dos verbos que ocupam posição estratégica diante das orações subordinadas substantivas. Como já se viu em Castilho (2012), as formas verbais da oração principal portam valores semânticos (asseverativo, dubitativo, deôntico) de modo a denotar, por parte de um

enunciador, posicionamentos que repercutem na interpretação das orações substantivas.

7.1 Conceituação de modalização

A abordagem das sequências linguísticas que comportam a segmentação da oração principal e a decorrente posposição das orações substantivas serve-nos a partir deste tópico como recurso de explicitação sintático-discursiva da modalização. A seguir, são apresentadas as principais manifestações linguísticas da modalização de modo a contemplar a sua concretude fora e dentro do território das orações principais. Vale ressaltar que essa abordagem continua a considerar o viés sintático-discursivo do fenômeno em questão.

Admitir que sintaxe e discurso assumem pontos de interseção na produção de significados equivale a considerar que as escolhas feitas no âmbito da sintaxe contribuem para que haja a intenção discursiva no interior dos enunciados da língua. Nesse sentido, a posição de um advérbio, a reordenação de uma oração subordinada e a topicalização de um dado conteúdo de uma frase apontam, nitidamente, para a noção de que não existem estratégias discursivas sem a manifestação dos recursos postos à disposição na língua.

Com a modalização não é diferente. Existem recursos na língua que sugerem um certo grau de comprometimento do enunciador em relação aos seus enunciados. Um exemplo claro sobre esse grau de comprometimento pode ser encontrado no discurso jornalístico: o uso do futuro do pretérito denuncia o recurso de proteção de face³ por parte de jornalistas (veja-se, por exemplo, o uso no período *O homem preso estaria envolvido no crime*).

A modalização, como se verá nos tópicos seguintes, é assumida por diversas formas linguísticas, e uma delas, a que nos interessa no momento, é a que se manifesta na composição do período composto, mais detidamente na oração

3 Os estudos interacionais, como os apontados em Goffman (1980, p. 76-114) e em Charaudeau e Maingueneau (2014: 235-236), nos permitem refletir que os indivíduos costumam construir para si uma imagem ou face positiva, em situações de demonstração de credibilidade. Os processos de autopromoção ou de validação do próprio discurso assumem marcas peculiares, como é o caso do futuro do pretérito em questão.

principal construída diante de orações substantivas. O nosso enfoque dá-se basicamente na análise de verbos e de adjetivos que precedem a conjunção integrante.

Para fins didáticos, cumpre destacar que existem, segundo Charaudeau e Maingueneau (2014, p. 334-337), três abordagens distintas para o tratamento do fenômeno modalização: a da lógica, a da semiótica e a da linguística. Na ótica desses autores, a modalização “designa a atitude do sujeito falante em relação a seu próprio enunciado”.

A tarefa de conceituara modalização torna-se, conforme aponta Neves (2013, p. 151), um dilema teórico-metodológico, na medida em que entram em jogo dois percursos adotados por diferentes direcionamentos conceptuais: a) a modalização é uma constante nos enunciados da Língua Portuguesa, independentemente de sua representatividade linguística; b) a modalização é representada por elementos linguísticos mapeados nas sequências de enunciados.

Nesse sentido, há correntes teóricas que investigam a modalização intrínseca aos enunciados, e, segundo estas, haveria certa dificuldade de se encontrar frases em que houvesse isenção total da modalização. Ainda de acordo com Neves (2013, p. 152), “a discussão inicial, no estudo da modalidade, diz respeito, pois, à possibilidade, ou não, da existência de enunciados não modalizados”.

Por outro lado, existem direcionamentos teóricos que trabalham a modalização pelo viés linguístico (essencialmente estrutural). Para essa vertente, os estudos recentes desenvolvidos pelo Funcionalismo consideram os enunciados atitudinais (em que há comprometimento de quem fala/escreve), portadores de marcas linguísticas essencialmente necessárias à ocorrência da modalização.

Como a discussão entre os que defendem o estudo cognitivo da modalidade e os que defendem um estudo de natureza linguística é produtiva nas pesquisas sobre modalização, passa a existir uma certa concomitância de abordagens no que tange à caracterização funcional desse recurso da língua. Dessa forma, conferindo materialidade à intenção modalizante, os modalizadores “são usados na interação verbal, em princípio, para exprimir o ponto de vista do enunciador” (NEVES, 2013, p. 154).

A circunscrição da modalização no âmbito dos conteúdos proposicionais e atitudinais permite-nos a oposição das noções de *dictum* e *modus*.

7.2 *Dictum e Modus*

A dicotomia que se estabelece entre *dictum* e *modus* pode ser útil à delimitação do campo de atuação da modalização, na medida em que a oposição entre conteúdo proposicional e conteúdo atitudinal ajuda a compreender em que circunstâncias a modalização instala-se em um enunciado. Veja-se a atuação da oração principal e, sobretudo, da conjunção integrante para a expressão de um conteúdo atitudinal a seguir.

Não é nova a consideração de que a conjunção integrante apresenta-se semanticamente fraca, funcionando como conector no sentido mais estrito. Contudo, há dois pontos que podem ser destacados, ao se refletir criticamente sobre o fato apontado:

- a) a existência de sutil colaboração semântica da conjunção integrante, ocorrendo diferentemente conforme se use “se” ou “que”, em enunciados como “Ele sabe se o concurso foi fraudado” e “Ele sabe que o concurso foi fraudado”, em que há atenuantes para diferenciados graus de certeza;
- b) o fato de que a conjunção integrante, ao participar especificamente de um tipo de estrutura modalizante, adquire papel importante na construção e, de certa forma, direciona o sentido do verbo atitudinal (localizado, sobretudo, na oração principal), dando-lhe vetor.

Ao recrutar ao sistema recursos modalizantes, o falante/escritor produz materialidades para o que é de ordem ideológica e/ou emocional. Sabe-se que a modalização linguística

aponta, fundamentalmente, para a atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional de seu enunciado, distinguindo-se o *dictum* do *modus*. O *dictum* é o conteúdo proposicional e o *modus* é o que determina a atitude ou o modo como aquilo que se diz é dito (SILVA, 2002, p. 482).

Sabe-se, igualmente, que a materialidade do texto apenas sugere um universo de intenções ideologicamente marcadas, que se situam no campo do discurso, num estado nem sempre tangível, muitas vezes só passível de inferência. Nesse ponto, o *modus* surge como uma porta, pela qual se pode atingir camadas mais profundas do ato comunicativo e do posicionamento do falante quanto ao que

se enuncia: “Em outras palavras, o *modus* fornece as pistas para que se vá além do *dictum*” (CUNHA, 2004, p. 71).

Assim, considerar a participação efetiva da oração principal no *modus* significa contemplar sua discreta, mas efetiva função na constituição de um material linguístico à disposição do falante/escritor. A esta altura, já se torna viável a explicitação, por meio de exemplos, das principais formas de manifestação da modalidade, seja na constituição geral dos enunciados, seja na constituição da oração principal.

Optou-se pela separação dos conteúdos modalizantes dos enunciados analisados abaixo justamente pelo fato de que há um interesse particular pelo fenômeno da modalidade mapeada no período composto por subordinação. Os exemplos que seguem são oriundos das cinquenta cartas de leitor que constituem o nosso corpus específico. Por conseguinte, os exemplos sugeridos são apenas uma mostra de como se materializam alguns dos conteúdos atitudinais – de comprometimento – nessas cartas.

7.3 Materialidade linguística da modalização

Ilari (2013, p. 34), para quem o *modus* significa, necessariamente, a utilização de recursos com o objetivo que o falante tem de se comprometer diante de enunciados, vale-se de alguns itens que são pontuais na descrição da modalidade e que podem ser agrupados sob o rótulo “material linguístico”.

Dessa forma, para o autor (2013, p. 34), os materiais linguísticos da modalização apresentam-se em relação às suas diversas funcionalidades, como: a) advérbios que indicam diferentes graus de certeza (*indubitavelmente, possivelmente, talvez*); b) verbos regentes como *parecer, constar*, com valor de transferência de responsabilidade; c) advérbios que validam uma afirmação (*tecnicamente, popularmente*); d) marcadores de inexatidão (*de certo modo, por assim dizer, grosso modo*); e) tempos e modos verbais que graduam o compromisso (*estaria*); f) advérbios que qualificam a fala (*francamente, para falar a verdade*); g) aspas como recurso que confere credibilidade ao próprio discurso.

Segundo esses matizes funcionais, temos os seguintes grupos e seus respectivos itens representados nas cartas de leitor:

i) advérbios terminados em *-mente*

1) Certamente, o avanço tecnológico tem facilitado e melhorado, e muito, nossa vida pessoal e profissional, porém, não devemos ser reféns da tecnologia, o que pode nos tornar mais superficiais, sedentários e solitários. [Veja, 16/01/2013]

2) Lamentavelmente, nossos administradores públicos não governam com a mesma eficiência do trio de empresários bem-sucedidos em destaque na reportagem “Sonhar pequeno não vale a pena” (3 de abril). [Veja, 10/04/2013]

3) Brilhante a Seleção do Supremo escalada por Roberto Pompeu de Toledo. Como bom entendedor de futebol e assíduo assistente das partidas, para os próximos jogos tiraria o lateral esquerdo Toffoli, que me pareceu disperso e preso a problemas externos, e escalaria o truncado, experiente e comprovadamente conhecedor da posição, Teori Zavaschi. [Veja, 09/01/2013]

É nítido como os advérbios “certamente”, “lamentavelmente” e “comprovadamente” denunciam os posicionamentos dos enunciadores por meio de um conteúdo de certeza, de frustração e de embasamento diante dos seus enunciados. É interessante notar que nos exemplos 1) e 2) esses advérbios modificam todo o conteúdo do período.

ii) verbos com claro valor de responsabilidade e permissividade

4) Bem sabemos que devemos proteger as crianças e os jovens, mas isso não lhes dá o direito de tirar a vida dos nossos filhos. Cada um deve responder na medida do entendimento do ato que praticou [Veja, 01/05/2013].

5) Sou professora municipal e acredito que o que deve definir o número de alunos em uma turma é a faixa etária e o nível de desenvolvimento. Quando uma classe é formada por alunos que exigem mais do professor, ela deve ser menor. Quando formada por alunos que não precisam tanto do mestre, pode ser maior [Veja, 19/12/2012].

No exemplo 4), o verbo “deve” assume dois pontos de vista distintos, na medida em que introduz uma tese anterior à oração adversativa e outra posterior a essa oração, o que dá a entender que o enunciador trabalha com dois níveis de compromisso, com uma certa ressalva.

iii) verbo com graduação de compromisso

6) Muito oportuna a reportagem “Quem prevê melhor” (2 de janeiro). Nesta era de aprendizagem digital, impõe-se a inclusão do senso do porvir na formação de crianças, adolescentes e jovens. Aprender a fazer antevistas deveria contribuir para isso. Sou professor e considero VEJA indispensável para o futuro dos que a leem [Veja, 09/01/2013]

Note-se que a flexão verbal no futuro do pretérito é responsável pela intensificação do conteúdo atitudinal do verbo “dever”. Do mesmo modo, o discurso jornalístico cria uma certa proteção dos seus enunciados, como se pode observar no enunciado já sugerido neste trabalho: “O homem preso estaria envolvido no crime”, que se distancia de um conteúdo essencialmente asseverativo.

iv) marcador discursivo de inexatidão

7) Como leitor e historiador, não posso concordar com a comparação entre a presidente Dilma Rousseff e a ex-primeira-ministra Margaret Thatcher. A apressada e – talvez – injusta equiparação peca principalmente por não contextualizar o tempo de poder das duas. Sem uma necessária “decantação temporal”, nenhuma avaliação histórica sobre as atuações de governantes pode ser correta [Veja, 24/04/2013].

A comparação entre os advérbios “certamente” e “talvez” torna-se indispensável à análise de enunciados que se localizam em polos distintos, já que de um lado apresenta-se um discurso de valor asseverativo e, de outro, um discurso de valor dubitativo. Ambos, no entanto, demonstram graus diversos da atitude de enunciadores marcada na modalidade escrita, sem sombra de dúvida, mais monitorado.

v) aspas

Embora não haja no nosso *corpus* de cartas de leitor exemplos de orações principais isoladas por aspas que sustentem a noção de que esses recursos gráficos são um recurso para a modalização, enfatizamos a noção de que as aspas conferem credibilidade a um enunciado, uma vez que permitem a seleção de enunciados de outros (ILARI, 2013, p. 34): 8) As famílias de pessoas com deficiência têm muitos desafios, que vão além de “incomodar” os outros em salas de aula. Entendo que artigos são opinativos e que opiniões devem ser respeitadas. [Veja, 09/01/2013].

7.4 Materialidade linguística da modalização no período composto por subordinação

Já que o objetivo emergente de considerar a modalidade a partir de seu material linguístico constitui a finalidade de inserir a oração principal em um segmento funcional de análise, cumpre-nos destacar a relevância das construções verbo modal adicionado à integrante: “acho que”, “acredito que” etc. (ILARI, 2013, p. 34).

Partimos, portanto, da descrição de Neves (2002, p. 172), que aponta a existência de estrutura modal na sequência formada por elementos que respondam pela “expressão de atitudes proposicionais (com verbos que expressam estado cognitivo, emocional ou volitivo + oração completiva)”. De igual modo, torna-se relevante material linguístico modal aquele que recobre predicados cristalizados, em que um adjetivo funciona como predicativo, em sequências como *é possível*, *é provável*. Interessam-nos especificamente os casos em que tais predicados cristalizados se fazem seguir de orações subjetivas desenvolvidas, com a participação da conjunção integrante.

Desse modo, ao considerarmos a modalidade no período composto por subordinação e identificá-la em estruturas como *acho que*, *acredito que*, *é possível que*, estamos fazendo um recorte consciente, isolando as orações desenvolvidas correspondentes aos tipos já mencionados, de modo que a estrutura verbo atitudinal/predicado cristalizado + conjunção integrante está presente. É sobre tais estruturas que recai nossa análise nas cartas de leitor:

i) verbo atitudinal + conjunção integrante

9) Em “A ética da traição” (26 de dezembro), Roberto Pompeu Toledo fez a resenha que eu gostaria de ter feito assim que terminei de ler *Anatomia de um Instante*, do romancista espanhol Javier Cercas. Como ele, acho que foi talvez o melhor lançamento de 2012 no gênero história/política [Veja, 02/01/2013].

ii) predicado cristalizado + conjunção integrante

10) É melhor que chova, nem que molhe aqueles tênis novos que você ganhou no Natal, do que chegar em casa, depois daquela corridinha de uma hora, e não ter água gelada por falta de energia elétrica. Acorda, Lobão, a sua toca no ministério está por uma gota-d’água[Veja, 23/01/2013].

Os exemplos de 1) a 10) são a demonstração de que a modalidade assume diversas roupagens sintático-discursivas. No próximo tópico, buscamos conceituar as cartas de leitor, bem como iniciamos o trabalho de tabulação dos dados a partir dos conteúdos epistêmicos e deônticos mapeados nas orações principais.

8 ORAÇÃO PRINCIPAL NO CORPUS

A escolha do gênero textual *carta de leitor* para a descrição de itens de cunho modalizador é motivada por: i) a possibilidade de aliar noções de sintaxe e de discurso em uma proposta que concorre para um redirecionamento da descrição e do ensino da análise sintática na escola básica, em uma perspectiva funcional; ii) a exploração da modalização, vista como recurso da língua, e a possibilidade de se discutir a segmentação linguística de base argumentativa no texto opinativo; iii) o reconhecimento da modalização como recurso que favorece a eficácia de um trabalho com leitura e escrita na escola básica, mais especificamente nas últimas séries do ensino médio.

De modo geral, a tentativa de aliar sintaxe e discurso na proposta de um trabalho desta natureza mostra-se pertinente pelo fato de haver uma crítica ao mero reconhecimento de funções sintáticas, manifestado na escola, nos livros didáticos e nos compêndios gramaticais em geral. De certa forma, a temática deste trabalho não visa à troca de uma prática por outra, de modo que considerações sobre intenção discursiva e mecanismos de exploração dos recursos linguísticos da modalização conjugam-se para uma descrição mais coerente desse fenômeno da linguagem.

Nesse sentido, a noção de segmentação linguística passa também pelo domínio da gramática funcional ou gramática de usos, na medida em que o reconhecimento de unidades gramaticais é orientado no âmbito dos textos e não apenas com base em exemplos isolados (frases curtas e descontextualizadas). Dessa forma, pode-se mapear um número dessas unidades de acordo com sua frequência/incidência na superfície textual e investigar sua relação com estratégias variadas de construção – comprometimento do enunciador, seleção do ponto de vista.

Além de favorecer o reconhecimento de funções textuais dos mecanismos gramaticais disponíveis na língua, a conjugação entre sintaxe e discurso pode ampliar a capacidade acerca da leitura e da produção textual em nível de escola básica. Trata-se, pois, de um redirecionamento sobre esses domínios distintos mas não distantes, já que tem sido a preocupação de muitos teóricos, sobretudo os que se ocupam do ensino de língua materna, em busca de uma linha cada vez menos tênue entre leitura e escrita.

Dessa forma, estes redirecionamentos sugerem a necessidade de um enfoque linguístico direcionado à compreensão e à produção de textos, visto que o enfoque dado à oração principal nos compêndios da tradição gramatical não sugere um trabalho efetivo/produtivo em relação à textualidade, à capacidade da qual um segmento dispõe para ancorar compromisso discursivo.

8.1 Por que analisar a ocorrência das orações principais em cartas de leitor

Como o objetivo deste trabalho não visa à segregação das noções de gênero textual (materialização e funcionalidade de textos consideradas pelo viés interativo da linguagem) e de tipologia textual (sequências linguísticas que contribuem para a materialização dos gêneros), cumpre destacar que a escolha do gênero textual *carta de leitor* deve-se ainda ao fato de que essa unidade discursiva guarda algumas especificidades, como salienta Bezerra (2010, p. 226):

(...) o gênero textual carta de leitor, divulgado em revistas, a respeito de notícias ou reportagens publicadas nesse veículo de comunicação, ou solicitações feitas pelos leitores, pois é de fácil acesso, demonstra um contato, por parte deles, com os fatos recentes da sociedade e está escrito em registro formal ou semiformal do português.

Por se tratar de um gênero produzido basicamente na língua escrita, a carta de leitor ganha relevo aqui, justamente pela noção compartilhada por vários membros da comunidade atual do ensino de Língua Portuguesa sobre a relevância da língua escrita ensinada pela escola. Igualmente ganha destaque a noção de que se trata de um gênero em que há o monitoramento da língua escrita, de modo a se estabelecerem níveis de linguagem ou registros.

Quanto aos propósitos comunicativos ou “funções comunicativas”, como bem ressalta Bezerra (2010, p. 227), essas cartas têm papéis bastante delimitados. De acordo com a ideologia do jornal ou revista veiculadores de material impresso ou virtual, elas podem funcionar com os seguintes propósitos: “pedido, agradecimento, informações, cobrança, intimação, notícias familiares, prestação de contas, propaganda e outros”.

Embora haja a atuação dos veículos de comunicação/informação no que tange à editoração (correção, exclusão de dados, seleção de informações que os

interessem etc.), não nos interessa aqui esse tipo de manuseio das cartas, na medida em que a análise que se buscou empreender tem finalidades de investigação textual-discursiva da modalização manifestada nesses textos de cunho opinativo, divulgados em edições da Revista Veja.

Dessa forma, a análise de sequências linguísticas que denunciam a aproximação da escrita nas cartas à tipologia textual argumentativa sugere a possibilidade de se trabalharem “pontos gramaticais”, com o intuito de favorecer a escrita/leitura em níveis distintos de escola básica, sobretudo, no que diz respeito ao conteúdo tipológico da argumentação, em que a modalização atua com maior frequência por via do monitoramento discursivo preponderante.

A descrição sintático-discursiva das cartas de leitor, igualmente com outros gêneros de sequências linguísticas argumentativas, pode favorecer o exercício constante de uma aproximação aos textos que efetivamente denotam em sua superfície materiais linguísticos do posicionamento, da defesa desse posicionamento e, é claro, da nítida manifestação de conteúdos comprometedores.

O trabalho com as cartas de leitor propicia, por assim dizer, uma possível iniciação no terreno da argumentatividade, visto que se trata de um gênero que se constrói sobre as bases da opinião, em que enunciadores diversos têm a oportunidade de lançar mão de um ponto de vista e defendê-lo.

Conseqüentemente, há um diálogo formal e discursivo entre as cartas de leitor e outros gêneros textuais, tais como artigo de opinião, editorial etc., o que nos dá um aparato intertextual entre gêneros que congregam especificidades funcionais (aqui vale lembrar os propósitos comunicativos supracitados) próprias da argumentação. Trazer esses propósitos para a descrição linguística implica apontar os recursos linguísticos para que o falante/redator saiba transitar no terreno da persuasão e do convencimento.

Alves Filho (2011, p. 128) considera as cartas de leitor um gênero de utilidade pública:

De fato, a carta de leitor tem se transformado num espaço de expressão pública de opinião e de pressão dos leitores em relação às mídias (ADGHIRNI; BAESSE, 2009). Trata-se de um gênero que serve para a discussão de questões relevantes da sociedade, mas também se presta como uma ferramenta de comunicação para as pessoas exigirem seus direitos.

Segundo Alves Filho (2011, p. 129), a produção de uma carta de leitor envolve, como em qualquer outro gênero, um “processo composicional”, e isso não deve ser compreendido como um mero processo de elaboração tipológica (no sentido apenas de seleção linguística). O processo composicional da carta de leitor envolve, segundo o autor, “regularidades no papéis sociais dos usuários dos gêneros, regularidades nas práticas de leituras e regularidades nos processos de composição”.

Para Alves Filho (2011, p. 129-131), a produção das cartas de leitor envolve necessariamente doze etapas condizentes com o processo composicional e, portanto, etapas condizentes com o fluxo leitura – produção – leitura, em que o leitor/produtor da carta publicada em revistas ou em jornais dialoga (às vezes, sem conhecer) o editor da revista ou do jornal. Segue o processo composicional da carta de leitor nos tópicos seguintes.

Alves filho (2011, p. 129) chama de “evento deflagrador” a leitura de matérias, reportagens, artigos de opinião e quaisquer outros textos que estimulem a produção da carta de leitor por parte do leitor. Segundo o autor, além dessas motivações, o leitor pode ainda coletar da sua vida cotidiana algum acontecimento que seja relevante para que ele redija uma carta a algum jornal ou revista.

Após ler o texto motivador, o leitor redige a carta de leitor. É importante observar que, com a facilidade de acesso à rede de internet, os leitores têm a oportunidade de enviar, periodicamente, muitas cartas às redações dos jornais e das revistas. Embora esse acesso e essa facilidade de envio sejam evidentes, cabe mencionar, de acordo com Alves Filho (2011, p. 129), que o envio de cartas é frequente mas a extensão das colunas de leitor não ultrapassa uma página e, às vezes, restringe-se à meia página dos grandes jornais em circulação no país.

O autor (2011, p. 129) diz, ainda, que as cartas de leitor são textos produzidos no “calor da hora”. Pelo fato de o leitor ter acesso frequente aos textos já mencionados, ele se sente na obrigação de dar uma resposta (por isso a base de produção opinativa) ao veículo de informação. Esse processo, leitura e produção imediata, acompanha um fluxo de velocidade de informação em que o jornal ou revista publica, e o leitor contribui para que haja um *feedback*, uma resposta de insatisfação ou de aderência ao que é veiculado. Por isso, o ritmo de produção das cartas de leitor precisa ser diário, no sentido de que as informações são sempre renováveis e perderiam o seu potencial informativo imediato.

Assim como o processo de leitura e de produção do leitor deve atender a um requisito de maior velocidade, cabe também ao editor da revista ou do jornal a leitura imediata das cartas, uma vez que esse gênero deve figurar com frequência nas colunas do leitor. De acordo com critérios da revista ou do jornal, algumas cartas são selecionadas conforme os seguintes ideais, a saber: deve haver um interesse sobre temas do momento; deve haver uma seleção que prioriza a temática da carta com alguma temática recém-publicada na revista ou no jornal; deve haver a seleção de cartas com temas polêmicos, uma vez que estes estimulam a leitura de outros leitores; deve haver a seleção de cartas que tenham uma ideologia parecida com a equipe editorial.

Após a leitura das cartas por parte do editor da revista ou do jornal, Alves Filho (2011, p. 130) diz que há um trabalho de intervenção do editor em relação à escrita. O editor pode, conforme aponta o autor (2011, p. 130): resumir, parafrasear, retirar informações ou acrescentar informações. Obviamente, as cartas que não atendem aos requisitos editoriais são descartadas e, portanto, não são publicadas. Esse processo, segundo ao autor, apaga o primeiro dos três processos (“seção de contato, núcleo da carta e seção de despedida”), geralmente, pensados pelo leitor que escreve cartas com frequência. Nesse sentido, o texto do leitor comporta-se com um palimpsesto em que “outra mão” intervém na escrita primária.

Sobre a publicação das cartas de leitor, comenta Alves Filho (2011, p. 130):

O editor cria um título para cada carta ou grupo de cartas e as publica, geralmente na edição do dia seguinte (jornal) ou semana seguinte (revista semanal);

Leitores cujas cartas não foram publicadas por vezes escrevem uma nova carta reclamando da não publicação ou exigindo que ela seja publicada em próximas edições.

É interessante pontuar que, às vezes, criam-se diálogos entres os próprios leitores da revista ou do jornal, mediados pelos editores. Quando isso acontece, há, segundo Alves Filho (2011, p. 131) uma compreensão das “ações sociais”, em que os leitores sentem-se úteis para o trabalho editorial e vice-versa. As cartas de leitor configuram-se, por conseguinte, num gênero em que o ciclo leitura – produção textual – leitura parece denotar nitidamente o propósito comunicativo da escrita, uma vez que a funcionalidade e a concretude de sua escrita parecem motivar os leitores na sua produção diária.

A seguir, estão alguns dos resultados preliminares da nossa investigação em torno do que a oração principal oferece de resquícios da modalização nas cartas de leitores. Vale lembrar que as nossas hipóteses iniciais preveem uma maior manifestação de estruturas com predicados cristalizados do tipo verbo de ligação + adjetivo + conjunção integrante e, logo em seguida, esperamos uma manifestação também recorrente de verbo suporte, geralmente transitivo direto, seguido da conjunção integrante. Após a exposição desses resultados preliminares, apontam-se alguns juízos de valor a respeito desse material linguístico extraído das cartas.

A organização dos dados do *corpus* foi feita de acordo com os parâmetros estipulados a seguir. Foram delimitadas etapas para a análise do comportamento das orações principais nas cartas de leitor, a fim de corroborar as hipóteses iniciais, que também estão listadas no processo metodológico. Como se verá a base da pesquisa realizada em torno do *corpus* é de base quantitativa e qualitativa.

8.2 Metodologia

Para observar o comportamento sintático-discursivo de orações principais precedentes de orações substantivas, submeteram-se à análise a seguir 50 (cinquenta) cartas de leitor, todas elas publicadas na Revista *Veja* entre os anos 2011 e 2013. Para análise dessas cartas, buscou-se o seguinte percurso pontuado nos itens a), b), c), d) e e):

a) coleta dos dados

As cinquenta cartas de leitor (disponíveis no anexo a este trabalho e numeradas de (1) a (50)) foram coletadas no triênio que compreende os anos de 2011, 2012 e 2013. Todas elas foram selecionadas na Revista semanal *Veja* impressa e, portanto, constituem *corpus* de língua culta escrita no Brasil.

Essas cartas estão organizadas na seguinte composição: i) apresenta-se o texto do leitor da *Veja*; ii) pontua-se a sua autoria, por meio das assinaturas constantes no fim das cartas; iii) aponta-se a data em que a carta foi publicada na Revista semanal impressa. Dessa forma, optou-se pela estrutura do gênero na

forma como ele é publicado na Revista Veja – sem nenhuma intervenção que afetasse a organização do texto, na forma como ele foi publicado.

Inicialmente, as cartas foram dispostas de acordo com a data de publicação na Veja, de modo que a primeira é de 12 de outubro de 2011, e a última foi publicada em 05 de junho de 2013. Essa seleção temporal é aleatória e, por conseguinte, não afeta a análise sugerida neste trabalho, já que o enfoque dado reside, sobretudo, no fato de que se lida aqui com um *corpus* escrito, o que sugere um grau maior de monitoramento da escrita.

Cada carta passou por uma análise criteriosa, no sentido de que teve os seus períodos compostos por subordinação avaliados de modo a se isolar a oração principal cujo encaixe com as orações substantivas mostrou-se evidente. Dessa forma, não se investe, neste trabalho, na análise de orações principais que encabeçam orações adjetivas ou adverbiais, já que o modo de organização das principais com esses tipos de orações envolve outros mecanismos sintático-discursivos não contemplados nesta abordagem.

Os períodos compostos por subordinação mapeados a partir da organização oração principal seguida de oração substantiva foram isolados para posterior organização dos dados. Os períodos foram posteriormente organizados por esta seguinte constituição: primeiramente, segregaram-se as orações principais que encabeçam orações substantivas desenvolvidas e, posteriormente, isolaram-se as orações principais que encabeçam orações substantivas reduzidas. Essa disposição dos dados foi adotada pelo fato de que há diferenças substanciais entre as principais e o seu comportamento com orações desenvolvidas e reduzidas, uma vez que, como se verá mais adiante, o encaixe das desenvolvidas, por exemplo, pode afetar o conteúdo semântico da principal (a conjunção integrante pode intervir no sentido da principal).

b) transcrição dos dados

Os quadros 7 e 8 foram dispostos neste trabalho de modo a contemplar uma análise das orações principais pela ótica de dois eixos: o eixo horizontal dos dois quadros permite uma análise estrutural das orações principais; o eixo vertical disponível nos dois quadros permite uma análise discursiva das orações principais.

Por análise estrutural, entende-se que o material gramatical constitutivo das orações principais foi posto à prova. Dessa forma, dois modelos de análise estrutural

das principais foram cotejados – o primeiro essencialmente construído com verbos atitudinais (verbos que apontam o comprometimento do enunciador com o seu enunciado), e o segundo essencialmente construído nas bases da sequência verbo de ligação seguido de adjetivo (o deslocamento de ambos também foi considerado neste grupo de orações).

Por análise discursiva, entende-se o conjunto de valores significativos que essas orações principais portam quando encabeçam as substantivas. Nesse sentido, as orações principais estudadas podem veicular valores discursivos destas quatro naturezas: modalização epistêmica asseverativa (o enunciador demonstra certeza ao enunciar o conteúdo da principal), modalização epistêmica dubitativa (o enunciador demonstra incerteza ao enunciar o conteúdo da principal), modalização deôntica (o enunciador investe em um grau de obrigatoriedade em relação ao que enuncia na principal) e *dictum* (o enunciador não se vale de nenhum grau de comprometimento).

Vale ressaltar que há transcrição de parte dos períodos em análise pelo fato de a transcrição integral das cartas não contribuir justamente para o exame do encaixe oracional operado pelas principais e pelas substantivas. Desse modo, optou-se pela exposição, nos dois quadros, dos segmentos de orações principais vinculadas a orações substantivas. Essa disposição dos segmentos vale-se do recurso formal das aspas de modo a sinalizar que os períodos foram transcritos *ipsis litteris* sem nenhuma intervenção no corpo do texto.

Para efeito de consulta ao anexo deste trabalho, os períodos transcritos vêm seguidos do número da carta em que foram selecionados. Para observar, portanto, o conteúdo geral da carta, há que se remeter a uma análise específica no fim do trabalho. A fim de facilitar a consulta, dispuseram-se após as transcrições os números correspondentes a cada carta que serviu os períodos para análise (como se viu, as cartas são numeradas de (1) a (50)).

c) codificação dos dados

Para localizar o material linguístico das orações principais e a sua consequente delimitação no eixo do período composto das transcrições, optou-se por sublinhar as orações de modo a destacá-las do todo. Esse recurso foi escolhido pelo fato de poder subsidiar o manejo das orações principais para posterior interpretação dos dados.

Por conseguinte, não há destaques previsíveis para a conjunção integrante e para a oração substantiva neste trabalho. A economia de recursos gráficos para o mapeamento das principais decorre justamente do fato de que essas orações estão dispostas no quadro das transcrições, o que facilita a consulta no decorrer da análise.

Vale pontuar que um mesmo período pode apresentar um número considerável de orações principais; no entanto, uma prática foi adotada, a saber: os períodos podem se repetir nas transcrições, mas cada um deles terá a sua oração principal destacada no seu devido eixo. A repetição dos períodos é vista, aliás, como um recurso preponderante para a análise, na medida em que isso revela maior grau de monitoramento por parte do enunciador e, conseqüentemente, será considerado na interpretação dos dados.

As transcrições com as respectivas orações principais sublinhadas estão dispostas nos quadros 7 e 8 de acordo com a ordem em que apareceram nas cartas de leitor. Portanto, pode haver mais de uma transcrição para uma dada realidade estrutural ou discursiva, e esses dados estão organizados pela segmentação das aspas (no período) e do sublinhado (na oração principal em análise).

Como o trabalho não dispõe de gráficos para a organização dos dados, a transcrição e a segmentação nos quadros prezaram pela economia descritiva, no sentido de que poucos recursos visuais são empregados para o tratamento das orações principais. Mais uma vez vale mencionar que a análise global das principais no âmbito das cartas de leitor pode ser operada na consulta ao anexo.

Por outro lado, a análise pontual das principais nos períodos fornece dados numéricos para o cotejo das informações sintático-discursivas nos quadros em análise. O fato de as orações principais estarem sublinhadas favorece a análise imediata dos componentes estruturais dessas orações. O recurso das barras oblíquas dispostas entre as orações principais e as orações substantivas pode não ser produtivo (como se nota na constante intervenção dos livros didáticos), uma vez que não aponta, de fato, os componentes que, em conjunto, organizam estruturalmente as principais.

d) quantificação dos dados

Como o direcionamento da análise não se vale específica e pontualmente de dados quantitativos, não se investe neste trabalho na quantificação de resultados

por via percentual. No entanto, cabe ressaltar que as ocorrências dos dados são relevantes para os juízos de valor acerca do comportamento das orações principais.

Neste sentido, investe-se na última coluna dos quadros 7 e 8 na manifestação das ocorrências. Nessa coluna, encontrar-se-ão números (de natureza cardinal) a respeito das ocorrências das orações principais consideradas na ótica do eixo horizontal (dados estruturais) e do eixo vertical (dados discursivos). Os números, portanto, não têm a pretensão de apontar dados estatísticos em relação à pesquisa, eles tão somente fornecem dados mais precisos a respeito da ocorrência da categoria descrita.

O investimento potencial desta pesquisa está na análise qualitativa veiculada após o cotejo dos dados nos quadros descritivos. Os dados numéricos das ocorrências são úteis, portanto, para mapear a frequência com que determinados usos da principal manifestam-se na língua escrita. É importante dizer que a frequência de determinadas formas da principal tem muito a sugerir a respeito dos conteúdos discursivos da categoria.

A conjugação de análises quantitativa e qualitativa tem muito a oferecer em um trabalho desta natureza, na medida em que as ocorrências podem sugerir qual a forma mais frequente na elaboração do gênero carta de leitor. Como se pode perceber, só a investigação por via de dados numéricos não é suficiente, pelo fato de que, isolados, esses dados em nada podem contribuir para a investigação dos resultados discursivos que levam determinado escritor a optar por uma forma de principal e não por outra.

A análise quantitativa pode conduzir a uma abordagem mais coerente das orações principais, mas sem o apoio da análise qualitativa seria impossível chegar à compreensão de que as cartas de leitor têm uma estrutura retórica – estão incluídas em uma tipologia – e, por essa razão, veiculam materiais linguísticos nas principais, cuja pretensão, como se viu no excerto teórico deste trabalho, ultrapassa os limites do mero encaixe sintático para operar discursivamente.

A partir da análise das ocorrências, disponíveis na última coluna das tabelas descritivas, é que se poderá chegar à sistematização das interpretações acerca desses materiais linguísticos das principais. Os dados numéricos fornecem aqui os subsídios para o acesso ao conteúdo significativo das orações no projeto pragmático de elaboração das cartas de leitor.

e) interpretação dos dados

Diferentemente dos itens a), b), c) e d), esta etapa do trabalho não se encontra reduzida no interior dos quadros descritivos. A interpretação dos dados fornecidos pelos quadros configura-se, portanto, como a última e mais relevante etapa, no sentido de que é aqui que se concentra o cotejo dos dados observados.

Após os quadros, haverá considerações a respeito dos dados mais significativos da pesquisa. Haverá, ainda, a confirmação ou a refutação dos dados em relação aos pressupostos iniciais e às hipóteses lançadas. A fim de confirmar ou refutar as hipóteses iniciais, lançadas neste trabalho, vale mencioná-las:

- I) as orações principais com conteúdo modalizador mais comprometedor seriam aquelas organizadas a partir de verbo de ligação seguido de adjetivo/substantivo;
- II) as outras orações principais em que mais se manifestam conteúdos modalizadores seriam aquelas organizadas a partir de verbo suporte.

9 ANÁLISE DOS DADOS

A seguir, organizam-se os dados do *corpus* na Tabela 7, cuja finalidade é a sistematização de orações principais precedentes de orações substantivas desenvolvidas. Após essa transcrição dos dados, opera-se mais precisamente com a posterior interpretação de modo a se desenvolver juízos de valor acerca das ocorrências.

Tabela 7 – Primeira síntese dos dados

	Oração principal (verbo suporte)	Oração principal (verbo de ligação + adjet./subst.)	Ocorrências
	Antecedente de oração desenvolvida		
Modalização epistêmica asseverativa	<p>“<u>espero</u> que não nos tornemos internautas incapazes de voltar ao mundo real” (2)</p> <p>“<u>acredito</u> que o que deve definir o número de alunos em uma turma” (6)</p> <p>“<u>tenho certeza</u> de que seus votos para 2013 são os mesmos” (8)</p> <p>“<u>Espera-se</u> que a Polícia Federal e o Ministério Público</p>	<p>“<u>É inconcebível</u> que a maior penalidade imposta para os magistrados” (3)</p> <p>“<u>Fica evidente para o leitor</u> que o time de VEJA também é campeão!” (15)</p> <p>“<u>sendo favorável à ideia</u> de que o “tão glorioso” Legislativo descumprisse decisão do STF” (19)</p> <p>“<u>É melhor</u> que chova” (29)</p>	<p>18 (com verbo suporte)</p> <p>11 (com verbo de ligação + adjet./subst.)</p>

	<p>investiguem” (14)</p> <p>“<u>espero</u> que em 2013 o novo presidente da Câmara dos Deputados seja coerente” (19)</p> <p>“<u>Entendo</u> que artigos são opinativos” (22)</p> <p>“<u>Acredito</u> que nem a própria VEJA tenha noção” (27)</p> <p>“<u>Jamais se saberá</u> quantas vidas vão se poupar” (27)</p> <p>“<u>sei</u> que vem mais!” (27)</p> <p>“<u>Espero</u> que se dissemine a prática de acrescentar a vitamina a certos alimentos e que as pessoas se habituem” (28)</p> <p>“<u>Acredito</u> que, com</p>	<p>“<u>Está provado</u> que a dizimação do rebanho na região do semiárido não ocorre” (31)</p> <p>“<u>é uma pena</u> que uma parte delas se banalize” (32)</p> <p>“<u>É fato</u> que hoje em dia se formam menos profissionais especializados” (35)</p> <p>“<u>É evidente</u> que nos últimos quatro anos houve uma mudança” (36)</p> <p>“<u>É um tremendo despautério</u> que a verba pública federal seja destinada” (39)</p> <p>“<u>É impressionante</u> como as famílias foram obrigadas” (42)</p> <p>“<u>é uma grande verdade</u> que são características humanas” (43)</p>	
--	--	--	--

	<p>bom-senso, humanidade e delicadeza, a nossa querida escritora repensou” (30)</p> <p><u>“Concordo</u> <u>plenamente</u> que as mulheres lutem” (32)</p> <p><u>“Espero</u> que nossas instituições não se deterioreem, como ocorreu no país vizinho, e que a nossa imprensa” (33)</p> <p><u>“Não acredito</u> que – sem que essa situação seja resolvida ou amenizada” (36)</p> <p><u>“Bem sabemos</u> que devemos proteger as crianças” (41)</p> <p><u>“Espero</u> que esses desmandos acabem em breve” (44)</p>		
--	--	--	--

	<p>“<u>considero</u> que o momento de engravidar já passou para mim” (46)</p> <p>“<u>entendo</u> que veio em boa hora essa entrevista” (47)</p>		
Modalização epistêmica dubitativa	<p>“<u>Acho</u> que dificilmente a minha geração” (16)</p> <p>“<u>acho</u> que foi talvez o melhor lançamento de 2012” (17)</p>		2 (com verbo suporte) 0 (com verbo de ligação + adjet./subst.)
Modalização deôntica			0 (com verbo suporte) 0 (com verbo de ligação + adjet./subst.)
<i>Dictum</i>	<p>“<u>Sempre digo</u> que posso viver sem geladeira” (1)</p> <p>“<u>assusta-nos como cidadãos</u> que a punição para membros do Judiciário” (4)</p> <p>“<u>saber</u> que sua língua nativa tem</p>		21 (com verbo suporte) 0 (com verbo de ligação + adjet./subst.)

	<p>como principal expoente o país onde você reside, e que atualmente esse idioma é procurado por estrangeiros” (7)</p> <p>“<u>confirmei</u> que a grande maioria dos policiais é composta de pessoas decentes” (9)</p> <p>“<u>a Confederação Brasileira de Tênis (CBT) esclarece</u> que isso ocorreu em gestão passada” (10)</p> <p>“<u>Meu temor é</u> que muitos jovens” (11)</p> <p>“<u>prova</u> que, dos papiros ao tablet, pouco importa o suporte” (12)</p> <p>“<u>imaginei</u> que uma punição ao popular ex-presidente só aconteceria pela</p>		
--	--	--	--

	<p>história” (13)</p> <p><u>“tenho esperanças</u> de que o nosso povo possa ser educado” (13)</p> <p><u>“reconhecer</u> que ele não foi tão bom presidente assim” (13)</p> <p><u>“ressalto</u> que o número de “pulseiras” é pequeno” (18)</p> <p><u>“Se alguma coisa</u> <u>nos ensina a história</u> <u>é</u> que em economia, a mágica não prevalece” (20)</p> <p><u>“Lya _____ Luft</u> <u>demonstrou _____ a</u> <u>verdade</u> do que ela representa” (30)</p> <p><u>“reconhecendo</u> que pode ter cometido um erro” (30)</p> <p><u>“deixando claro</u> que</p>		
--	--	--	--

	<p>tem a postura” (30)</p> <p>“<u>saber</u> que em nosso país ainda existem” (40)</p> <p>“<u>A mais recente manobra do governo nos dá a nítida sensação</u> de que o nosso voto é inútil” (45)</p> <p>“<u>afirmando</u> que ‘só se sentem plenas após a maternidade’” (46)</p> <p>“<u>mostrou</u> que eu não sou a única” (46)</p> <p>“<u>informo</u> que o comprometimento da receita corrente líquida” (49)</p> <p>“<u>diz</u> que não consegue comprar uma calça” (50)</p>		
--	---	--	--

9.1 Frequência

Na Tabela 7, a coluna das ocorrências refuta, portanto, a concepção inicial deste trabalho de que os conteúdos asseverativos da oração principal estariam alocados na estrutura verbo de ligação seguido de adjetivo/substantivo. Os dados da tabela comprovam, neste sentido, que a escolha mais frequente dos escritores de carta de leitor dá-se pela seleção de oração principal portadora de verbo suporte. Embora os materiais linguísticos mais frequentes sejam de asseveratividade (29 ocorrências), há que se destacar a efetividade desse conteúdo discursivo no verbo suporte.

Outro dado que chama a atenção é a frequência de uso da oração principal esvaziada de comprometimento (*dictum*). As ocorrências (21 orações construídas com verbo suporte) revelam que há uma escolha dos escritores por verbos menos comprometedores, o que sugere justamente o efeito contrário: em vez de os redatores das cartas demonstrarem participação/anuência em relação ao que dizem, eles buscam se posicionar menos na oração principal.

A baixa ocorrência de modalidade dubitativa (com conteúdo menos assertivo) e de modalidade deôntica (com tom de obrigatoriedade) sinaliza, portanto, uma flutuação dos dados, na medida em que esses tipos de modalidade estão entre a asseveratividade e o *dictum* de modo a marcar menos conteúdos de certeza ou de inserção mais obrigatória nas orações principais.

Os conteúdos mais frequentes de asseveratividade e de *dictum* sinalizam, de modo geral, dois comportamentos distintos dos redatores das cartas: ou eles marcam com assertividade, até mesmo com veemência, o conteúdo opinativo veiculado no texto ou eles asseguram uma certa distância, até mesmo com proteção de face, em relação ao conteúdo das cartas de leitor, como se pode depreender das comparações do próximo tópico.

9.2 Implicações discursivas

Para efeito de observação dos graus variados de asseveratividade e de distanciamento em relação aos conteúdos das orações principais, comparem-se as cartas abaixo:

Lúcida, a reportagem. Ela lança luz sobre uma antiga discussão acerca da permanência da literatura e prova que, dos papiros ao tablet, pouco importa o suporte, a boa literatura permanecerá. Mas, cá entre nós, folhear um livro, dobrar uma página marcante, grifar uma passagem especial, anotar nas margens proporciona um prazer que não cabe na virtualidade. [Alana Freitas El Fahl / Professora doutora da Universidade Estadual de Feira de Santana / Feira de Santana, BA] [*Veja*, 26/12/2012] (12)

Acredito que nem a própria VEJA tenha noção do profícuo e imenso trabalho social dessa reportagem digna de prêmios e aplausos. Jamais se saberá quantas vidas vão se poupar em decorrência desse magnífico e profundo atrevimento jornalístico... Dá orgulho e satisfação ser leitor dessa enciclopédia semanal. Cumprimento a jornalista Natalia Cuminale e a revista VEJA por suas sempre relevantes reportagens – foi demais, e sei que vem mais! [Celso Borges / Uberaba, MG] [*Veja*, 23/01/2013] (27)

As cartas de leitor (12) e (27) figuram nestas considerações discursivas justamente pelo fato de representarem polos distintos acerca do *dictum* e da asseveratividade. No caso de (12), a oração principal representa um *dictum*; já no caso de (27), as orações principais representam modalidades epistêmicas asseverativas.

Quais as implicaturas discursivas?

A oração principal de (12) não marca comprometimento do redator em relação ao que ele escreve. Pelo contrário. A base opinativa de sua carta reside tão somente no fato de que a “reportagem” mencionada merece crédito. O conteúdo sintático-discursivo da principal serve aqui para pontuar o mérito da Revista pelo fato de ter investido na produção da matéria.

As orações principais de (27) marcam o mérito da Revista por ter produzido uma “reportagem” digna de nota, mas, além disso, marcam o comprometimento do enunciador. Por meio do verbo “acreditar”, na primeira pessoa, o enunciador assevera o seu apoio em relação ao conteúdo da dita reportagem; por meio do verbo “saber”, no futuro do presente, o enunciador assevera o alcance da reportagem, confirmado obviamente pelo uso do advérbio “jamais”; por meio do

verbo “saber”, na primeira pessoa, o enunciador encerra o texto e, ao mesmo tempo, projeta certeza.

O conteúdo epistêmico da certeza/asseveratividade veiculado nas orações principais de (27) corrobora este fato: a postura de elogio e de crédito que o enunciador confere à reportagem pode revelar-nos a noção de que esse enunciador compromete-se em um grau de elevada anuência em relação ao conteúdo da reportagem (outro enunciador pode não conferir o mesmo crédito) e pode revelar-nos a noção de que a Revista terá o compromisso de produzir mais matérias dignas de nota (neste caso, a postura do redator da carta compromete a Revista).

A seguir, organizam-se os dados do *corpus* na Tabela 8, cuja finalidade é a sistematização de orações principais precedentes de orações substantivas reduzidas. Após essa transcrição dos dados, opera-se mais precisamente com a posterior interpretação de modo a se desenvolver juízos de valor acerca das ocorrências.

Tabela 8 – Segunda síntese dos dados

	Oração principal (verbo suporte)	Oração principal (verbo de ligação + adjet./subst.)	Ocorrências
	Antecedente de oração reduzida		
Modalização epistêmica asseverativa		<p>“<u>É emblemático</u> termos duas mulheres do Judiciário” (4)</p> <p>“<u>É exultante</u> saber que sua língua nativa” (7)</p> <p>“<u>É até cômico</u> ver o deputado Marco Maia” (19)</p>	<p>0 (com verbo suporte)</p> <p>5 (com verbo de ligação + adjet./subst.)</p>

		<p><u>“É vergonhoso</u> saber que em nosso país ainda existem” (40)</p> <p><u>“É muito difícil</u> não ser mãe numa sociedade” (46)</p>	
Modalização epistêmica dubitativa	<p><u>“quanto podemos</u> aprender com ela?” (23)</p> <p><u>“possa</u> superar o Brasil como líder” (36)</p> <p><u>“não posso</u> concordar com a comparação” (38)</p>		<p>3 (com verbo suporte)</p> <p>0 (com verbo de ligação + adjet./subst.)</p>
Modalização deôntica	<p><u>“Deveria</u> ser uma punição verdadeiramente severa” (4)</p> <p><u>“o que deve</u> definir o número de alunos” (6)</p> <p><u>“O Brasil não</u> <u>precisará</u> ser conhecido apenas pelo Carnaval” (7)</p>		<p>9 (com verbo suporte)</p> <p>0 (com verbo de ligação + adjet./subst.)</p>

	<p><u>“Aprender a fazer antevistas deveria contribuir para isso” (21)</u></p> <p><u>“também deveríamos</u> dividir em castas nossa sociedade” (23)</p> <p><u>“não devemos</u> ser reféns da tecnologia” (25)</p> <p><u>“precisam</u> salvaguardar o conquistado” (26)</p> <p><u>“devemos</u> proteger as crianças” (41)</p> <p><u>“Cada um deve</u> responder na medida do entendimento” (41)</p>		
Dictum	<p><u>“mas não consigo</u> <u>mais</u> viver sem internet” (1)</p> <p><u>“posso</u> viver sem geladeira” (1)</p>		<p>9 (com verbo suporte)</p> <p>0 (com verbo de ligação + adjet./subst.)</p>

	<p><u>“A sua ação mais visível é reduzir o tempo de sono dos usuários” (2)</u></p> <p><u>“Dá orgulho e satisfação ser leitor” (27)</u></p> <p>“pode ter cometido um erro” (30)</p> <p><u>“isso não lhes dá o direito de tirar a vida” (41)</u></p> <p><u>“A projeção fiscal do governo de Pernambuco é encerrar o exercício” (49)</u></p> <p><u>“não consegue comprar uma calça” (50)</u></p> <p><u>“não consigo encontrar em meu armário” (50)</u></p>		
--	---	--	--

9.3 Dados atípicos

Embora haja uma flutuação categórica em torno do verbo “dever”, já que se questiona a sua natureza de verbo semiauxiliar ou de verbo suporte, o fato é que na amostra dos dados da Tabela 8 esse verbo assume um comportamento sintático-discursivo de verbo suporte, na medida em que se comporta como verbo prototípico de oração principal e passa a veicular conteúdo semântico de deonticidade (obrigatoriedade).

Dados das ocorrências da Tabela 8 sugerem que diminuem os casos de orações principais com conteúdo epistêmico asseverativo diante de orações reduzidas. Ao mesmo tempo que há essa queda, aumentam as ocorrências de orações principais de valor epistêmico deôntico (9 ocorrências), em que se distribuem de modo distinto os usos de verbos como “dever” e “precisar”, com matizes discursivos também distintos.

Ainda que não haja exemplos com verbo suporte para a manifestação da modalidade epistêmica asseverativa, vale ressaltar que a estrutura de predicado complexo (verbo de ligação + adjetivo) continua a figurar entre os casos de asseveratividade. Esse tipo de modalidade epistêmica asseverativa torna-se emblemático na medida em que revela o conteúdo prototípico da oração substantiva: todas elas são reduzidas de infinitivo.

A comparação entre os dois quadros revela, portanto, frequências de uso em relação ao comportamento das principais quer antes de orações desenvolvidas quer antes de orações reduzidas. Os dados comprovam que as escolhas mais frequentes de modalidade asseverativa dão-se diante de orações desenvolvidas (quadro 7), enquanto que as escolhas mais frequentes de modalidade deôntica dão-se na órbita de orações reduzidas.

Mas qual a diferença na frequência destes usos?

A análise comparativa dos dois quadros revela um dado significativo: orações principais de caráter asseverativo portam o comprometimento do enunciador nas cartas de leitor; orações principais de caráter deôntico portam não só o comprometimento do enunciador mas também um tom intrinsecamente propositivo/sugestivo, na medida em que esse tipo de enunciador busca a resolução ou a solução de algo demandado no espaço discursivo da carta.

Na modalidade epistêmica deôntica, o enunciador, portanto, compromete-se e sugere alguma solução para a demanda apresentada. O caráter de obrigatoriedade veiculado na oração principal tende a ser mais incisivo, no sentido de que pode sugerir uma saída para o problema apresentado na carta ou pode representar uma imposição discursiva por parte do enunciador, que nem sempre pode ter a anuência de outros leitores ou da própria revista.

No português, a deonticidade é veiculada em formas verbais como em “dever”, “poder”, “precisar” e em locuções como “ter de + verbo no infinitivo”. Nas orações principais, a postura deôntica do verbo pode atenuar ou intensificar o caráter impositivo do enunciador. Indubitavelmente, a frequência dos usos de oração principal de caráter deôntico não era esperada neste trabalho, no sentido de que esse tipo de estrutura não estava previsto na grade descritiva das principais.

Esta manifestação nas ocorrências das orações principais tende a revelar, por conseguinte, que há uma outra estrutura epistêmica – a de oração principal deôntica anteposta à oração reduzida – que participa do projeto retórico/tipológico do gênero carta de leitor, para veicular conseqüentemente o tom impositivo notado em determinadas construções por parte de alguns leitores que emitem cartas à revista.

9.4 Implicações discursivas inesperadas

Comparem-se os exemplos de carta de leitor abaixo:

É exultante saber que sua língua nativa tem como principal expoente o país onde você reside, e que atualmente esse idioma é procurado por estrangeiros que veem no português uma perspectiva de crescimento. O Brasil não precisará ser conhecido apenas pelo Carnaval e pelo futebol. [Gustavo Almeida de Almeida / Belém, PA] [Veja, 19/12/2012] (7)

Ao ler o artigo da escritora Lya Luft, fiquei perplexa. VEJA tem uma imensa projeção sobre a sociedade brasileira e, infelizmente, um texto como esse gera preconceito. Se fôssemos pensar de maneira similar, também deveríamos dividir em castas nossa sociedade: os amarelos, os vermelhos, os negros, os pardos, os gordos, os magros, e assim por diante. Onde fica o respeito à diversidade e a quanto podemos aprender com ela? [Simone Pires / São Paulo, SP] [Veja, 09/01/2013] (23)⁴

4 Os exemplos de cartas de leitor deste capítulo estão numerados de acordo com a ordem em que figuram no anexo a este trabalho.

O uso da oração principal de (7) atenua a opinião do redator da carta. Se, em vez de optar pelo verbo “precisar” para ser a âncora discursiva de menor comprometimento, o enunciador optasse pela forma locucional “ter que ser conhecido”, o conteúdo sintático-discursivo teria um caráter, sem dúvida, mais impositivo. Ao contrário do que se percebe, o verbo “precisar” no futuro do presente perde a sua carga impositiva e ganha, na constituição epistêmica da oração principal deôntica, tom mais sugestivo.

No entanto, o uso do verbo “dever”, na forma do futuro do pretérito, tal como é veiculado na carta (23), revela uma estrutura mais complexa de deonticidade na oração principal: em vez de manifestar o conteúdo de comprometimento por parte da enunciativa da carta, o verbo “deve” constitui, neste caso, uma estratégia indutiva, em que a enunciativa vale-se da sugestão de Lya Luft para conduzir o seu raciocínio.

Do modo como está inserido discursivamente, o uso do verbo “dever” não pode ser compreendido como a inserção de uma opinião da redatora da carta, esse uso é, antes de tudo, monitorado, no sentido de que os leitores da carta passam a questionar a colunista Lya Luft. Neste caso, o verbo “dever”, com seu caráter deôntico, compromete não o primeiro enunciador (a redatora da carta), já que ele é usado, intencionalmente, para comprometer a outra enunciativa (a autora do outro texto veiculado pela Veja, Lya Luft).

Determinados usos, como o do verbo “dever”, podem “mascarar” estratégias discursivas (como comprometer a face discursiva de um enunciador). A incidência desses usos na oração principal revela, por conseguinte, um monitoramento significativo no texto opinativo, de modo a tornar a oração principal uma sequência tipológica potencialmente portadora de conteúdos argumentativos nas cartas de leitor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição de um trabalho desta natureza, cuja pretensão é a revisão e o redirecionamento da abordagem da oração principal, corrobora a noção de que existem lacunas consideráveis em relação ao tratamento desse item gramatical no âmbito da sintaxe do período composto. A proposta, portanto, visa ao encaminhamento dos seguintes aspectos para um tratamento mais coerente das orações principais.

a) aspectos sintáticos

Uma revisão teórica que perpassa os domínios da gramática (normativa, descritiva e funcional) aponta diretrizes para uma interpretação estrutural mais consistente das orações principais precedentes de orações substantivas. Esse tipo de oração principal apresenta realizações sintáticas particulares na organização do período composto.

Um olhar mais atento para as orações principais precedentes de orações substantivas pode favorecer uma análise mais instrumentalizada do período, no sentido de que o mapeamento das principais pode agregar estratégias não só de reconhecimento sintático mas também de relevância para o todo oracional.

Na historiografia gramatical, dedica-se bastante espaço à descrição das orações subordinadas, de modo que as orações principais não recebem um tratamento específico, já que a sua conceituação, reconhecimento, classificação e exemplificação ficam aquém das expectativas descritivas nas gramáticas e nos diversos manuais, o que comprova, *grosso modo*, uma intervenção sintática geralmente superficial.

Nesse sentido, um estudo mais aprofundado dos verbos e dos constituintes formadores da oração principal precedente de oração substantiva aponta que há articulações sintáticas responsáveis não só pelo encaixe oracional como também pelo nexos semântico que subjaz a esse tipo de construção.

A combinação do verbo das principais com outros itens (como a conjunção integrante, partículas negativas, flexão temporal etc.) sugere que essas orações portam conteúdos sintáticos que podem intervir no conteúdo estrutural das orações substantivas, como é o caso da correspondência equilibrada entre os verbos dessas

orações. A organização sintagmática das principais precedentes de substantivas pode ser favorecida, como se viu, por arranjos sintáticos que desconstroem a noção de que se trata de orações sem deslocamento.

Dessa forma, o redirecionamento ora proposto não visa à anulação do reconhecimento sintático das principais. No entanto, esse reconhecimento do conteúdo sintático das principais precisa efetivar uma análise mais minuciosa acerca dos constituintes dessas orações, para que se efetive uma interpretação mais produtiva de análise sintática do período.

b) aspectos discursivos

O desafio de mapear os conteúdos discursivos das orações principais torna-se oportuno, na medida em que essa categoria da gramática não recebe nos estudos linguísticos um tratamento que conceda a ela um espaço de privilégio em relação aos estudos da significação.

O estudo pontual das orações principais ligado ao valor semântico da modalidade pode contribuir para a sistematização de formas linguísticas que portam conteúdos variados de comprometimento discursivo. Existem, portanto, categorias de língua cuja ocorrência ajuda a mobilizar a modalidade, em graus variados de compromisso do enunciador, em relação ao seu enunciado.

Como a modalidade é uma categoria discursiva, sua apreensão é viável no estudo dos gêneros textuais, uma vez que ela materializa-se neles. Neste caso particular, o mapeamento da modalidade no gênero *carta de leitor* permite ao analista verificar que existem coerções de forma que portam conteúdos discursivos nas cartas. Nesse sentido, uma estrutura tipológica, como as orações principais, é responsável por introduzir os graus variados de modalidade a partir da escrita dos leitores de uma seção de revista, nas cartas de leitor.

A sistematização dos estudos de modalidade tem demonstrado que os leitores transitam entre recursos discursivos, a saber: as cartas podem ter conteúdo asseverativo (neste caso, as cartas de leitor têm orações principais de caráter assertivo); as cartas podem ter conteúdo dubitativo (o leitor atenua a sua opinião por meio de incertezas); as cartas podem ter conteúdo deôntico (o leitor pode lançar mão de estratégias impositivas no seu dizer); as cartas podem ser esvaziadas de comprometimento (as orações principais são organizadas a partir do *dictum*).

A proposta, tal como é apresentada neste trabalho, enseja uma série de implicações discursivas no tratamento das orações principais. O desafio da descrição do português contemporâneo, sem dúvida, é operar uma incursão na análise sintático-discursiva de modo a oferecer subsídios para uma abordagem mais eficaz das categorias de língua. Desse modo, o trabalho com a interface sintaxe e discurso operacionaliza e instrumentaliza, com mais proveito, a seleção e a abordagem das categorias de língua, uma vez que fornece ferramentas de investigação em potencial.

c) aspectos de ensino

Além dos benefícios descritivos apontados, um tratamento das orações principais na interface sintaxe e discurso pode ser útil à abordagem em sala de aula da escola básica. Esse tipo de investigação proporciona um trabalho menos contraproducente em nível de análise sintática do período composto no Ensino Médio.

A efetividade dessa interface pode ensejar um ensino de gramática aplicada, pelo fato de a leitura dos gêneros textuais ser dotada de mecanismos que estimulem a compreensão de que existem formas da língua responsáveis pela inserção de marcas opinativas cujos recursos sugerem a frequência de marcas tipológicas, como a oração principal.

Na mesma medida, essa interface pode implicar um trabalho mais proveitoso no que diz respeito à produção textual. Mapear a frequência dos dados de um suposto gênero (como a carta de leitor) motiva a produção escrita e possibilita ao aluno a oportunidade de conceber o gênero textual como um conjunto de tipologias textuais que mobilizam conteúdos regulares para a sua organização retórica/discursiva.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Bernadete M. et. al. *Português: contexto, interlocução e sentido*, v. 3. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2016.

ABRAÇADO, Jussara; DIAS, Nilza Barrozo; LIMA-HERNANDES, Maria Célia. “Construções subjetivas”. In: BAGNO, Marcos; CASSEB-GALVÃO, Vânia; REZENDE, Tânia Ferreira (Org.). *Dinâmicas funcionais da mudança linguística*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2017.

ALI, Manuel Said. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1951.

ALVES FILHO, Francisco. *Gêneros jornalísticos: notícias e cartas de leitor no ensino fundamental*. São Paulo: Cortez, 2011.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2011.

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. *Gramática básica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1969.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEZERRA, Maria Auxiliadora. Por que cartas do leitor na sala de aula. In: DIONISIO, Angela Paiva et al. *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola, 2010.

BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1963.

CAMPOS, Elísia Paixão de. *Por um novo ensino de gramática: orientações didáticas e sugestões de atividades*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2014.

CASSEB-GALVÃO, Vânia et. al. As construções subordinadas substantivas. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *A construção das orações complexas*. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. Tratado geral sobre gramaticalização. In: _____. *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CEREJA, William et. al. *Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*, v.3. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Tradução: Fabiana Komesu. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CRUZ, José Marques da. *Português prático: gramática para as 4 séries do ciclo ginásial*. 25.ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

CUNHA, Lúcia Deborah Araujo de Salles. *O gerúndio como expressão da modalidade em português*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Estrutura retórica e articulação de orações em gêneros textuais diversos: uma abordagem funcionalista. In: MARINHO, Janice Helena Chaves et. al. *Estudos da língua em uso: da gramática ao texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DIAS, Nilza Barrozo et. al. Estudos de caso: gramaticalização de conjunções. In: CASSEB-GALVÃO, Vânia et. al. *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

DUARTE, Maria Eugênia. Coordenação e subordinação. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues (Org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

DUBOIS, Jean et. al. *Dicionário de linguística*. Tradução: Izidoro Blikstein. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 27.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GOFFMAN, E. A elaboração da face: uma análise dos elementos rituais da interação social. In: FIGUEIRA, S. (Org.). *Psicanálise e ciências sociais*. Tradução de I. Russo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

GÓIS, Carlos. *Sintaxe das relações*. 15.ed. Belo Horizonte: Edição e Propriedade do autor, 1948.

HAUY, Amini Boainain. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola, 2009.

ILARI, Rodolfo. *A expressão do tempo em português*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *Introdução à semântica: brincando com a gramática*. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

KOCH, Ingedore; VILELA, Mário. *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso*. Portugal: Almedina, 2001.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 9.ed. São Paulo: Ática, 1999.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

_____. *Teoria da análise sintática*. 3.ed. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy, 1956.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia et. al. Gramaticalização e ensino. In: CASSEB-GALVÃO, Vânia et. al. *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 2.ed. São Paulo: Globo, 2002.

MELO, Gladstone Chaves de. *Novo manual de análise sintática*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.

MIRA MATEUS et. al. *Gramática da língua portuguesa*. 5.ed. Portugal: Caminho, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

_____. A modalidade. In: KOCH, IngedoreVilaça. *Gramática do português falado*, v.6. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

_____. *Texto e gramática*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. Categorias gramaticais em materiais didáticos. In: CASSEB-GALVÃO, Vânia; NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *O todo da língua: teoria e prática do ensino de português*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2017.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. 4.ed. São Paulo: Ática, 2009.

_____. *Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical*. São Paulo: Parábola, 2006.

_____. *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais*. São Paulo: Parábola, 2008.

RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva et. al. *Gramática do português*, v. 1. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013a.

_____. *Gramática do português*, v. 2. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013b.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Tradução: Izidoro Blikstein. 20.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SAUTCHUK, Inez. *Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática*. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

SCHLEE, Magda Bahia. A oração principal na gramaticografia portuguesa: breve histórico. *Revista Matraca*, Rio de Janeiro, n. 26, 2010.

_____. A modalidade em português: uma abordagem sistêmico-funcional das orações principais. 2008. Tese (Doutorado) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Ademar da. A sobreposição modal em ir + infinitivo. In: ABAURRE, M.B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Tradução: Rodolfo Ilari. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

ANEXO

(1) Tenho 52 anos e com certeza me incluo na geração F, que muito melhora a minha vida. O Facebook é uma das ferramentas que utilizo sempre para fazer parte desse mundo novo e estar antenado com o que se passa à minha volta. Com as inovações previstas, o empresário americano Mark Zuckerberg deve melhorar ainda mais o que já é bom (“O que quer o senhor das redes”, 5 de outubro). Sempre digo que posso viver sem geladeira, mas não consigo mais viver sem internet. [Luiz Thadeu Nunes e Silva / São Luís, MA] [Veja, 12/10/2011]

(2) Não conheci nada tão viciante quanto o Facebook. A sua ação mais visível é reduzir o tempo de sono dos usuários, que mal dormem e já acordam na rede. O site atua, incansável, para ter o facebookiano on-line o maior tempo possível. Isso é fácil, pois a interação entre ver e ser visto, entre escrever e ser lido no mesmo instante, e com avisos, funciona como uma cachaça que embebeda, embala e inebria. Com as mudanças propostas, espero que não nos tornemos internautas incapazes de voltar ao mundo real – e, se houver fuga, que não seja definitiva. [Mara Narciso / Montes Claros, MG] [Veja, 12/10/2011]

(3) É inconcebível que a maior penalidade imposta para os magistrados que atuam de forma desonesta seja a aposentadoria compulsória com proventos integrais. Isso não é penalidade, e sim recompensa. [Luciano Zotto / Curitiba, PR] [Veja, 12/10/2011]

(4) É emblemático termos duas mulheres do Judiciário – a ministra Eliana Calmon e a juíza Patrícia Acioli -, retratadas por VEJA na edição 2237, com a coragem necessária para penalizar funcionários públicos corruptos travestidos de autoridade, ainda que uma delas tenha pago com a própria vida. Contudo, assusta-nos como cidadãos que a punição para membros do Judiciário pegos em erro seja a aposentadoria compulsória. Deveria ser uma punição verdadeiramente severa, até porque são beneficiários de vários direitos que o cidadão comum não tem. [Rômulo Brigadeiro Motta / Paulínia, SP] [Veja, 12/10/2011]

(5) São totalmente infundadas as denúncias apresentadas pelo senhor Mardel Moraes na reportagem “A ONG do general”, pois não existe uma correlação entre os períodos e os fatos narrados e nem sequer foram apresentadas provas de suas fantasiosas alegações. Trata-se, na verdade, de tentativa infundada para abalar o instituto do qual ele fez parte e de que, devido a atitudes como esta, foi sumariamente afastado. [Ana Catarina Casilo / Diretora-presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Ambiental (Inda), Brasília, DF] [Veja, 12/10/2011]

(6) Sou professora municipal e acredito que o que deve definir o número de alunos em uma turma é a faixa etária e o nível de desenvolvimento. Quando uma classe é formada por alunos que exigem mais do professor, ela deve ser menor. Quando formada por alunos que não precisam tanto do mestre, pode ser maior. [Maria Aparecida Fulanete / Belo Horizonte, MG] [Veja, 19/12/2012]

(7) É exultante saber que sua língua nativa tem como principal expoente o país onde você reside, e que atualmente esse idioma é procurado por estrangeiros que veem no português uma perspectiva de crescimento. O Brasil não precisará ser conhecido apenas pelo Carnaval e pelo futebol. [Gustavo Almeida de Almeida / Belém, PA] [Veja, 19/12/2012]

(8) A analogia feita por Ioschpe entre o papel da educação e a convicção de Michelangelo sobre suas obras de arte foi sublime. Sou professor e diretor pedagógico e tenho certeza de que seus votos para 2013 são os mesmos da maioria dos educadores brasileiros. [Marcos Correa Guedes / Rio de Janeiro, RJ] [Veja, 19/12/2012]

(9) Infelizmente, no Brasil o policial é tratado como bandido até que se prove o contrário. Sou primeiro-tenente médico da Polícia Militar do estado de Sergipe e, em seis anos de corporação, confirmei que a grande maioria dos policiais é composta de pessoas decentes e trabalhadoras. Falta o Brasil reconhecer isso (“Lição de uma hora fúnebre”, 12 de dezembro). [Venancio Gumes Lopes / Aracaju, SE] [Veja, 19/12/2012]

(10) Com relação ao pouco aproveitamento da imagem de Gustavo Kuerten no seu auge, mencionado pelo presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, em entrevista a VEJA (“Falta ambição pela vitória”, 5 de dezembro), a Confederação Brasileira de Tênis (CBT) esclarece que isso ocorreu em gestão passada. Atualmente, a CBT tem Gustavo Kuerten como parceiro em seu projeto de desenvolvimento do tênis para a Olimpíada de 2016. [Jorge Lacerda / Presidente da Confederação Brasileira de Tênis, São Paulo, SP] [Veja, 19/12/2012]

(11) Sou médico e escritor e achei estupenda a reportagem especial “A revolução do pós-papel” (19 de dezembro), sobre as mudanças no hábito de ler e escrever na era digital. Será que Marcel Proust teria escrito Em Busca do Tempo Perdido caso usasse um tablet? Todos aqueles anos, cercado de papéis, anotando “cacos” em pedaços de papel e vendo sua vida se esvaír não apressavam sua alma para criar? Meu temor é que muitos jovens que nasceram na era do computador passem a valorizar mais a moldura do que a pintura. [João Evangelista Teixeira Lima / Vila Velha, ES] [Veja, 26/12/2012]

(12) Lúcida, a reportagem. Ela lança luz sobre uma antiga discussão acerca da permanência da literatura e prova que, dos papiros ao tablet, pouco importa o suporte, a boa literatura permanecerá. Mas, cá entre nós, folhear um livro, dobrar uma página marcante, grifar uma passagem especial, anotar nas margens proporciona um prazer que não cabe na virtualidade. [Alana Freitas El Fahl / Professora doutora da Universidade Estadual de Feira de Santana / Feira de Santana, BA] [Veja, 26/12/2012]

(13) Depois da implantação dessa moral ao avesso pelo PT, imaginei que uma punição ao popular ex-presidente só aconteceria pela história. Mas ainda tenho esperanças de que o nosso povo possa ser educado o suficiente para discernir entre boas políticas assistenciais e políticas assistencialistas e reconhecer que ele não foi tão bom presidente assim (“Tudo ao avesso”, 19 de dezembro). [Izilda M. Stracci Deyrmendjian / Valinhos, SP] [Veja, 26/12/2012]

(14) Mais um vergonhoso descalabro: 1,18 bilhão de dólares por uma refinaria americana, velha e inadequada (“1 bilhão pelo ralo”, 19 de dezembro). Dilma

Rousseff tinha bons motivos para mudar a chefia da estatal ao assumir a Presidência da República. Espera-se que a Polícia Federal e o Ministério Público investiguem em profundidade esse caso. [Carlos Antonio Coimbra / Natal, RN] [Veja, 26/12/2012]

(15) Excelente o trabalho realizado no especial para tablets (“O mundo é do Corinthians”, dezembro de 2012) – a edição comemorativa do segundo título mundial conquistado pelo clube paulista. Fica evidente para o leitor que o time de VEJA também é campeão! Vocês não largam a taça. Uma formidável recordação. Obrigado e parabéns! [Arnaldo Bittencourt Filho / Por e-mail] [Veja, 26/12/2012]

(16) Acho que dificilmente a minha geração e as que virão depois de mim conseguirão ver o voto distrital acontecer. [Ivan de Lima Noronha Salles / Rio Claro, SP] [Veja, 02/01/2013]

(17) Em “A ética da traição” (26 de dezembro), Roberto Pompeu de Toledo fez a resenha que eu gostaria de ter feito assim que terminei de ler *Anatomia de um Instante*, do romancista espanhol Javier Cercas. Como ele, acho que foi talvez o melhor lançamento de 2012 no gênero história/política. [Tamara Benakouche / Florianópolis, SC] [Veja, 02/01/2013]

(18) Bem sugestiva a ilustração da capa de VEJA, com a árvore de Natal ornada com algemas. Só resalto que o número de “pulseiras” é pequeno para abarcar os tentáculos petistas e sua prole. Nem a Torre Eiffel seria suficiente para todos esses adereços. [Alberto Luiz Novaes Santana / Por e-mail] [Veja, 02/01/2013]

(19) É até cômico ver o deputado Marco Maia (PT-RS), que passou o ano batendo de frente com o Executivo, sendo favorável à ideia de que o “tão glorioso” Legislativo descumprisse decisão do STF. Infelizmente, fui um eleitor desse senhor, mas espero que em 2013 o novo presidente da Câmara dos Deputados seja coerente. [Julio Cesar Alves Bueno / Porto Alegre, RS] [Veja, 02/01/2013]

(20) O economista Maílson da Nóbrega brindou o Natal dos leitores com mais um de seus artigos invariavelmente seguros e pragmáticos: “2013, o ano da volta ao

passado” (26 de dezembro). Se alguma coisa nos ensina a história é que em economia, a mágica não prevalece: ela dura tanto quanto a sorte do mágico ou a credulidade da plateia. [Ruy Coutinho / Brasília, DF] [Veja, 02/01/2013]

(21) Muito oportuna a reportagem “Quem prevê melhor” (2 de janeiro). Nesta era de aprendizagem digital, impõe-se a inclusão do senso do porvir na formação de crianças, adolescentes e jovens. Aprender a fazer antevistas deveria contribuir para isso. Sou professor e considero VEJA indispensável para o futuro dos que a leem. [Francisco Gomes de Matos / Recife, PE] [Veja, 09/01/2013]

(22) As famílias de pessoas com deficiência têm muitos desafios, que vão além de “incomodar” os outros em salas de aula. Entendo que artigos são opinativos e que opiniões devem ser respeitadas. [Andréa Natal / São Paulo, SP] [Veja, 09/01/2013]

(23) Ao ler o artigo da escritora Lya Luft, fiquei perplexa. VEJA tem uma imensa projeção sobre a sociedade brasileira e, infelizmente, um texto como esse gera preconceito. Se fôssemos pensar de maneira similar, também deveríamos dividir em castas nossa sociedade: os amarelos, os vermelhos, os negros, os pardos, os gordos, os magros, e assim por diante. Onde fica o respeito à diversidade e a quanto podemos aprender com ela? [Simone Pires / São Paulo, SP] [Veja, 09/01/2013]

(24) Brilhante a Seleção do Supremo escalada por Roberto Pompeu de Toledo. Como bom entendedor de futebol e assíduo assistente das partidas, para os próximos jogos tiraria o lateral esquerdo Toffoli, que me pareceu disperso e preso a problemas externos, e escalaria o troncado, experiente e comprovadamente conhecedor da posição, Teori Zavaschi. [Emmanuel Sampaio / Salvador, BA] [Veja, 09/01/2013]

(25) Certamente, o avanço tecnológico tem facilitado e melhorado, e muito, nossa vida pessoal e profissional, porém, não devemos ser reféns da tecnologia, o que pode nos tornar mais superficiais, sedentários e solitários. [Rafael Miashiro / Curitiba, PR] [Veja, 16/01/2013]

(26) A reportagem de VEJA e os entrevistados sem dúvida embasam positivamente pensamentos e atitudes do cidadão comum. Vêm a calhar neste momento em que muitos brasileiros ascendem a novos patamares e precisam salvaguardar o conquistado. [Ronaldo Pelozo / Artur Nogueira, SP] [Veja, 16/01/2013]

(27) Acredito que nem a própria VEJA tenha noção do profícuo e imenso trabalho social dessa reportagem digna de prêmios e aplausos. Jamais se saberá quantas vidas vão se poupar em decorrência desse magnífico e profundo atrevimento jornalístico... Dá orgulho e satisfação ser leitor dessa enciclopédia semanal. Cumprimento a jornalista Natalia Cuminale e a revista VEJA por suas sempre relevantes reportagens – foi demais, e sei que vem mais! [Celso Borges / Uberaba, MG] [Veja, 23/01/2013]

(28) Parabéns pela reportagem “Um lugar ao sol para a vitamina D” (16 de janeiro). Muito pontual e didática. Tenho orientado meus pacientes a tomar sol sempre que possível e, na maioria dos casos, após solicitar exames de sangue, acabo prescrevendo a suplementação via oral. Espero que se dissemine a prática de acrescentar a vitamina a certos alimentos e que as pessoas se habituem a fazer ao menos uma simples caminhada durante o dia. [Georgia Magri Gomes / Nutricionista / São Caetano do Sul, SP] [Veja, 23/01/2013]

(29) É melhor que chova, nem que molhe aqueles tênis novos que você ganhou no Natal, do que chegar em casa, depois daquela corridinha de uma hora, e não ter água gelada por falta de energia elétrica. Acorda, Lobão, a sua toca no ministério está por uma gota-d'água. [Alysson Camilo da Conceição / São Paulo, SP] [Veja, 23/01/2013]

(30) Hoje estou feliz. A nossa brilhante escritora Lya Luft demonstrou a verdade do que ela representa para todos nós, reconhecendo que pode ter cometido um erro, resultado de quem escreve para um número imenso de leitores (“Os pingos nos is”, 16 de janeiro). Acredito que, com bom-senso, humanidade e delicadeza, a nossa querida escritora repensou o que escreveu, deixando claro que tem a postura, o desejo e a intenção nobre de um ser humano passível de erro, comprovando o que

demonstram a sua linda história e obra literária. [Gutemberg Cardoso de Oliveira Junior / Pai de Carolina Camara de Oliveira / São Paulo, SP] [Veja, 23/01/2013]

(31) O que a presidente Dilma Rousseff tem a dizer à dona Maria Holanda, de Banabuiú, no Ceará, e aos demais pequenos agropecuaristas do Nordeste? Está provado que a dizimação do rebanho na região do semiárido não ocorre só por falta de chuva. Expressiva parte do prejuízo deve ser debitada à ineficiência do governo, bem como à sua desumana burocracia (“O Parkinson burocrático”, 13 de março). [Alberto de Sousa Bezerril / Natal, RN] [Veja, 20/03/2013]

(32) Concordo plenamente que as mulheres lutem por seus direitos e consigam êxito, mas é uma pena que uma parte delas se banalize e se vulgarize tanto. Mulheres, valorizem-se mais! [Juliane Albuquerque / Porto Velho, RO] [Veja, 20/03/2013]

(33) Infelizmente a desinformação, a falta de cultura e consciência política dessas populações carentes alimentam déspotas mundo afora. Muitos choraram por Chávez, Getúlio, Perón e ainda chorarão por Fidel, Christina, Lula, Evo Morales, Rafael Correa. Quem viveu os anos obscuros da ditadura no Brasil sabe perfeitamente o que significa a palavra liberdade. Os remanescentes desse período tenebroso conhecem bem as dificuldades de sobreviver em regimes totalitários, como o da Venezuela. Espero que nossas instituições não se deteriorem, como ocorreu no país vizinho, e que a nossa imprensa independente cumpra seu papel de sempre defender os direitos individuais e a liberdade de expressão (“Lágrimas para o déspota”, 13 de março). [Cesar Marcelo de Oliveira Paiva / São Luís, MA] [Veja, 20/03/2013]

(34) A lei melhora a vida das domésticas e das famílias também. Tudo se organiza. O que acontecerá? Os familiares voltarão a se encontrar mais, as crianças certamente verão mais a mãe (tanto as das patroas como as das empregadas), todos na casa terão alguma função, uns ajudarão aos outros em pequenos e grandes detalhes e, assim, talvez haja mais união, amizade, camaradagem entre seus membros. Não precisamos de uma ajudante o tempo todo. A cooperação e a

participação de todos, com certeza, vão unir mais pais e filhos. [Maria Lúcia Capanema Cáceres / Belo Horizonte, MG] [Veja, 10/04/2013]

(35) É fato que hoje em dia se formam menos profissionais especializados e mais “profissionais genéricos”. O problema do Brasil não está na demanda, mas sim na oferta. [Cristofersom David / Rio Tinto, PB] [Veja, 10/04/2013]

(36) Viajo desde 1993 a trabalho para o México pelos menos duas vezes por ano. É evidente que nos últimos quatro anos houve uma mudança radical no comportamento dos mexicanos em reação ao terror e à insegurança opressiva do narcoterrorismo. Não acredito que – sem que essa situação seja resolvida ou amenizada – o México possa superar o Brasil como líder econômico na América Latina. [Marcio Menezes Meirelles / Ribeirão Preto, SP] [Veja, 10/04/2013]

(37) Lamentavelmente, nossos administradores públicos não governam com a mesma eficiência do trio de empresários bem-sucedidos em destaque na reportagem “Sonhar pequeno não vale a pena” (3 de abril). [Silas Nunes Alves / São Lourenço, MG] [Veja, 10/04/2013]

(38) Como leitor e historiador, não posso concordar com a comparação entre a presidente Dilma Rousseff e a ex-primeira-ministra Margaret Thatcher. A apressada e – talvez – injusta equiparação peca principalmente por não contextualizar o tempo de poder das duas. Sem uma necessária “decantação temporal”, nenhuma avaliação histórica sobre as atuações de governantes pode ser correta. [José de Anchieta Nobre de Almeida / Rio de Janeiro, RJ] [Veja, 24/04/2013]

(39) É um tremendo despautério que a verba pública federal seja destinada a uma cidade comandada, por décadas, pela família Calheiros para sustentar o atraso patrimonialista, o cabide de empregos e o arcaico clientelismo (“Parada no tempo”, 17 de abril). [Ângela Luiza S. Bonacci / São Paulo, SP] [Veja, 24/04/2013]

(40) É vergonhoso saber que em nosso país ainda existem localidades em que o coronelismo se impõe. [Antônio Francisco Pitanga Filho / Aracaju, SE] [Veja, 24/04/2013]

(41) Bem sabemos que devemos proteger as crianças e os jovens, mas isso não lhes dá o direito de tirar a vida dos nossos filhos. Cada um deve responder na medida do entendimento do ato que praticou. [Coronel Camilo / Vereador (PSD) / São Paulo, SP] [Veja, 01/05/2013]

(42) É impressionante como as famílias foram obrigadas a criar estratégias rígidas de segurança em sua vida. [Ana Lúcia Aguiar Cavallieri / Rio de Janeiro, RJ] [Veja, 01/05/2013]

(43) Decerto, é uma grande verdade que são características humanas a violência, a hipocrisia e a estupidez. O que nos diferencia é o grau. A violência se combate com a força policial; a hipocrisia, com a exposição dos fatos, mas a estupidez é invencível. [Pedro Sá / Serra, ES] [Veja, 01/05/2013]

(44) Absurdo dos absurdos! O PT está criando no Brasil o mesmo sistema que o falecido Hugo Chávez impôs na Venezuela para se perpetuar no poder (“A ordem é sufocar”, 24 de abril). Até quando vamos agüentar isso? Espero que esses desmandos acabem em breve. [Alexandre Rocha Pinto Coelho / Rio Casca, MG] [Veja, 01/05/2013]

(45) A mais recente manobra do governo nos dá a nítida sensação de que o nosso voto é inútil. Infelizmente, as eleições são decididas pela grande parcela da população que não tem acesso (sic) a educação e informação de qualidade. [Marcos G. Ristow / Blumenau, SC] [Veja, 01/05/2013]

(46) Tenho 39 anos e, assim como uma das entrevistadas, considero que o momento de engravidar já passou para mim. É muito difícil não ser mãe numa sociedade que cobra isso o tempo todo. As revistas de celebridades que colocam as grávidas da vez na capa, afirmando que “só se sentem plenas após a maternidade”, são um soco no estômago. Obrigada, VEJA. A reportagem me mostrou que eu não sou a única a passar por todos os questionamentos que envolvem a opção de não ter filhos. [Karla Amaral Meirelles / Rio de Janeiro, RJ] [Veja, 05/06/2013]

(47) Como católico, entendo que veio em boa hora essa entrevista, porque explica muitas das declarações do sumo pontífice, dando-lhes a verdadeira dimensão. [Wilson João Schuber / Belém, PA] [Veja, 05/06/2013]

(48) VEJA foi feliz ao abordar o trabalho realizado até o momento pela Comissão Nacional da Verdade. Realmente, esse grupo foi formado única e exclusivamente pelo revanchismo, pois se ateve a só apurar os atos praticados pelos que exerciam o poder. Em nenhum momento foi tomada qualquer atitude para analisar a atuação dos que, do outro lado, também praticaram atos de violência contra inocentes. [José Roberto Evangelista Marques / Santos, SP] [Veja, 05/06/2013]

(49) Sobre a reportagem “Com a corda no pescoço” (29 de maio), informo que o comprometimento da receita corrente líquida (RCL) com a despesa total de pessoal em 2012 do Poder Executivo do estado de Pernambuco foi de 45, 19%. A projeção fiscal do governo de Pernambuco é encerrar o exercício de 2014 com resultado de 43,7%. [Décio Padilha / Secretário de Administração de Pernambuco / Recife, PE] [Veja, 05/06/2013]

(50) Alarmante o potencial destruidor na educação dos beneficiários do programa Bolsa Família (“A massa de manobra do PT”, 29 de maio). A reflexão da beneficiária Francisca Flores (Veja Essa, 29 de maio), de São Luís (MA), quando diz que não consegue comprar uma calça de 300 reais para a filha, pois recebe apenas 134 reais, sustenta minha convicção e repúdio a esse absurdo. Sou gerente de uma grande agência de propaganda de Manaus, com um salário muito bom, e não consigo encontrar em meu armário nenhuma calça que tenha custado 300 reais. O Bolsa Família perpetua a dependência de miseráveis do benefício do governo. Os danos culturais e a perda de valores éticos por venderem-se à fome eleitoreira do PT trazem ao Brasil o caos social. É no berço familiar que aprendemos a pôr as mãos apenas onde alcançamos. Assim meus pais criaram onze filhos. Algo deve ser feito, mas por quem? [Tania de Miranda / Manaus, AM] [Veja, 05/06/2013]